

MARIA JACY CAJÚ DO EGITO

**EXPANSÃO URBANA E MEIO AMBIENTE:
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AGENTES DA CONSTRUÇÃO
CIVIL EM JOÃO PESSOA – PB.**

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Doralice Sátyro Maia

João Pessoa – PB
2005

E29 e Egito, Maria Jacy Caju do
 Expansão Urbana e Meio Ambiente: representação social
 dos agentes da construção civil em João Pessoa - PB/ Maria
 Jacy Caju do Egito, - João Pessoa, 2005. 145 p.: il.-
 Orientadora: Doralice Sátyro Maia
 Dissertação (mestrado) - UFPB/CCEN

1. Meio ambiente 2. Urbanização 3. Percepção ambiental
4. Representação social

UFPB/BC

CDU

MARIA JACY CAJÚ DO EGITO

**EXPANSÃO URBANA E MEIO AMBIENTE:
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AGENTES DA CONSTRUÇÃO
CIVIL EM JOÃO PESSOA – PB.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Doralice Sátyro Maia

João Pessoa – PB
2005

MARIA JACY CAJÚ DO EGITO

**EXPANSÃO URBANA E MEIO AMBIENTE:
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS AGENTES DA CONSTRUÇÃO
CIVIL EM JOÃO PESSOA – PB.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento às exigências para obtenção de grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr.^a Doralice Sátyro Maia - UFPB
Orientadora

Prof. Dr. Luiz Dias Rodrigues - UFPB
Examinador

Prof. Dr.^a. Ana Maria Farias - UFS
Examinadora

Everaldo do Egito, companheiro e amigo,
demonstrando constante incentivo, auxílio na
busca de subsídios para embasar este
trabalho, e plena compreensão nos momentos
que precisei estar ausente.

Dean, Yosef e Amon, filhos carinhosos e
atenciosos. Esteios para minha alma.

Dedico.

Agradecimentos

À professora **Dr.^a Doralice Sátyro Maia**, competente e conceituada orientadora, com quem desenvolvi idéias e conceitos que muito ajudaram na concretização deste trabalho. Além da segurança e eficiência de orientação, agradeço também a especial oportunidade de ter podido presenciar, junto com a elaboração deste, uma real gestação, tão essencial à raça humana, na pessoa do Pedro.

À professora **Dr.^a Maristela Oliveira de Andrade**, coordenadora do curso de Mestrado, pelo apoio institucional e aos incentivos às atividades de altos estudos.

Aos professores **Dr. Luiz Dias Rodrigues**, amigo prestativo e, acima de tudo, eterno mentor, e **Dr.^a Ana Maria Farias**, pela firme disposição de participarem dos trabalhos da banca examinadora.

Ao professor **Jozemar Pereira**, do Departamento de Estatística da UFPB, pela atenção e prestabilidade com que nos atendeu.

Ao professor **Eduardo R. Viana de Lima** pela missão em servir de intermediário encaminhando correções.

Ao **Ronilson José da Paz**, IBAMA-Pb, por esclarecimentos e correções significativas, contribuindo para o bom andamento desse trabalho.

À **Lygia Caju Madson**, irmã e amiga querida, pelo apoio incondicional.

Aos bons amigos, **Clarissa Lima M. de Souza** e **João Elson B. Inocêncio** pelo suporte, sem o qual, ficaria impossível a conclusão desse estudo.

Às amigas, sempre solidárias, **Kátia Pizzol** e **Niedja Lemos**, com quem compartilhamos alegrias e sabores, lutas e paz, congressos, seminários e encontros, todos entremeados de muita harmonia, camaradagem e empatia.

Ana Carolina Sá, colega de turma, que abriu diversas portas e contatos para a efetivação das pesquisas.

Maria, da SUPLAN, que, com muita solidariedade, nos apresentou a diversos profissionais da área da construção e, aos quais, pudemos entrevistar.

A todos os **profissionais entrevistados** que, doando tempo e prestabilidade, responderam as questões, e cujas opiniões muito contribuíram para elucidar questões pertinentes a esse estudo.

A **todos** aqueles que, direta ou indiretamente, participaram deste trabalho, ora fornecendo dados imprescindíveis e preciosas fontes de consulta, ora facilitando-nos o acesso aos profissionais pesquisados, sem o que seria impraticável levar a termo o objetivo desta dissertação.

A todos os **professores** e **colegas de mestrado**, pois juntos pudemos construir mais do que conhecimento, solidificamos amizades.

À **CAPES**, cujo apoio foi imprescindível para a consecução desse trabalho.

À **família**, cuja paciência, apoio e amabilidade nos momentos de maior estricção, foram fundamentais.

Aos funcionários do PRODEMA, **Hélia e Saulo**, pela prestimosidade em nos atender.

***“O mundo não é. O mundo está sendo.
Como subjetividade curiosa, inteligente,
interferidora na objetividade com que
dialeticamente me relaciono, meu papel no
mundo não é só o de quem contata o que
ocorre mas também o de quem intervém
como sujeito de ocorrências.”***

Paulo Freire

RESUMO

Na cidade, embora vigore o espaço construído, desde o século XIX existe a preocupação com a manutenção de áreas verdes, ou seja, com a questão ambiental urbana. Dessa forma, a proposta deste trabalho é analisar a percepção dos “construtores”, universo de profissionais que trabalham com a edificação: engenheiros, arquitetos e construtores em geral, na cidade de João Pessoa - PB, evidenciando algumas questões a respeito da problemática ambiental. Para tanto, utilizou-se entrevista semi-estruturada com perguntas fechadas e abertas, procurando investigar a percepção dos entrevistados segundo as especificidades de cada categoria profissional. A pesquisa concluiu que, embora aparentemente distintos, os três grupos de profissionais apresentam certa uniformidade no entendimento da problemática ambiental urbana. As três categorias percebem como elementos ambientais da cidade as áreas: *Jardim Botânico*, também nomeado *Mata do Buraquinho*; *Parque Arruda Câmara* – espaço verde localizado no centro comercial da cidade; as *praias*; a *Lagoa (Parque Solon de Lucena)* e ainda as *Matas*, em alusão aos resquícios da Mata Atlântica. Constatou-se que, muito embora alguns profissionais destaquem a importância desses elementos naturais na cidade, a maioria deles prioriza a construção, a verticalização e a ocupação densa da cidade. Além disso, verificou-se que a subjetividade da questão envolve os pesquisados, de modo que aparentes contradições surgem provocando ambigüidades, oscilação singular entre o conhecimento sobre a temática ambiental e a prática do “imobiliário”.

Palavras-chave: meio ambiente, urbanização, percepção ambiental, representação social.

ABSTRACT

In the city, although it is in effect the built space, since the 19th century there is the concern with the maintenance of green areas, in other words, with the urban environmental matter. So being, the proposal of this work is to analyse the perception of the “builders”, universe of professionals who work with the building of the city: engineers, architects and constructors in general, in the city of João Pessoa–PB, highlighting some questions about the environmental matter. For such, it was used a semi-structured interview with open and multiple choice questions, in order to investigate the perception of the interviewees according to the specifications of each professional category. The research’s conclusion was that, although apparently distincts, the three groups of professionals have certain uniformity in the understanding of the urban environmental matter. The three categories understand as environmental elements of the city: *Jardim Botânico*, also known as *Mata do Buraquinho*, *Arruda Câmara Park* – green space located in the city comercial center, the *beaches*, the *Lagoa (Solon de Lucena Park)* and also the *Woods*, in reference to the traces of Atlantic Forest. It was noticed that, although some professionals distinguish the importance of this natural elements in the city, the majority gives priority to the construction, verticalization and the heavy ocupation of the city. Besides it was verified that the subjectivity of the matter involves the interviewees, in a way which aparent contradictions appear provoking ambiguities, unique oscilation between knowledge about the environmental matter and "reality" practice.

Key Words: environment, urbanization, perception, social representation.

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 1 - Mapa de localização do município de João Pessoa – Pb.....	44
FIGURA 2 - A Lagoa na década de 1920, antes da urbanização.....	46
FIGURA 3 - Finalização das obras na Av. Epitácio Pessoa.....	47
FIGURA 4 - Vista aérea dos bairros Manaíra e São José.....	49
FIGURA 5 - Lateral do Shopping Manaíra, o rio Jaguaribe e o bairro São José.....	51
FIGURA 6 - Rio Sanhauá.....	53
FIGURA 7 - Malha urbana atual com a divisão de bairros.....	54
FIGURA 8 - Vista aérea de João Pessoa destacando-se a Mata do Buraquinho.....	56
FIGURA 9 - Manancial presente no Jardim Botânico Benjamim Maranhão.....	57
FIGURA 10 - Parque Arruda Câmara.....	59
FIGURA 11 - Parque Solon de Lucena na década de 1940.....	60
FIGURA 12 - Vista aérea do Parque Solon de Lucena.....	61
FIGURA 13 - Futuro Parque Lauro Xavier.....	63
FIGURA 14 - Futuro Parque Lauro Xavier.....	63
FIGURA 15 - Mapa das áreas edificadas, vegetação e drenagem de João Pessoa – Pb.....	65
FIGURA 16 - Mapa das áreas verdes da cidade de João Pessoa- Pb.....	66
FIGURA 17 - Limpeza pública no Centro da cidade.....	69
FIGURA 18 - Comunidade próxima ao rio Jaguaribe.....	71
FIGURA 19 - Enchentes ocorridas na cidade depois das chuvas de janeiro de 2004.....	73
FIGURA 20 - Enchentes ocorridas na cidade depois das chuvas de janeiro de 2004.....	73
FIGURA 21 - Edifício em construção no Bairro Altiplano.....	96
FIGURA 22 - Edificações próximas ao Aeroclube.....	97
FIGURA 23 - Edificações próximas ao Aeroclube.....	97
FIGURA 24 - Estrutura PSR para organização e apresentação de informação ambiental....	104

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1 - Temas do Relatório <i>Dobris Assessment</i>	106
TABELA 2 - Estrutura temática dos Indicadores do Desenvolvimento Sustentável.....	107
TABELA 3 - Opinião dos construtores sobre expansão urbana.....	133
TABELA 4 - Opinião dos arquitetos sobre expansão urbana.....	134
TABELA 5 - Opinião dos engenheiros sobre expansão urbana.....	137

LISTA DE QUADROS

	Pág.
QUADRO 1 - Demonstrativo da população urbana e rural do município de João Pessoa.....	52
QUADRO 2 - Relação dos sujeitos da pesquisa.....	111

LISTA DE GRÁFICOS

	Pág.
GRÁFICO 1 - Percepção ambiental do arquiteto referente às áreas verdes.....	117
GRÁFICO 2 - Percepção ambiental do engenheiro referente às áreas verdes.....	118
GRÁFICO 3 - Percepção ambiental do construtor referente às áreas verdes.....	119
GRÁFICO 4 - “Cidade verde” na percepção dos construtores.....	129
GRÁFICO 5 - “Cidade verde” na percepção dos arquitetos.....	130
GRÁFICO 6 - “Cidade verde” na percepção dos engenheiros.....	132

SUMÁRIO

	Pág.
INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA.....	16
1. Aspectos metodológicos.....	16
1.1 – Sujeitos da pesquisa.....	18
1.2 - Coleta de dados.....	21
1.2.1 – O instrumento utilizado.....	21
1.3. Forma e apresentação dos resultados.....	23
CAPÍTULO II. CIDADE E NATUREZA.....	25
1. Percurso Histórico.....	25
2. A produção da cidade e a temática ambiental urbana.....	34
3. O processo de expansão urbana e a cidade de João Pessoa.....	42
4. A urbanização e o processo de degradação ambiental em João Pessoa.....	67
CAPÍTULO III. MARCOS DE DECISÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS.....	75
1. Delimitação do campo teórico da política urbana.....	75
2. Política Ambiental e cidadania.....	87
3. Instrumentos de legislação urbana e o meio ambiente.....	91
3.1 - O Estatuto da Cidade.....	91
3.2 - O Plano Diretor.....	93
3.3 – Agenda 21 e Cidades Sustentáveis.....	99
3.4 – Sustentabilidade Urbana e os Indicadores Ambientais.....	102
CAPÍTULO IV. O MEIO AMBIENTE NA PERSPECTIVA DOS AGENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA.....	110
1. Representações sobre as categorias profissionais: os sujeitos e suas respectivas formações profissionais.....	110
2. Espaços naturais da cidade na visão dos agentes da construção civil.....	116
3. “Cidade verde” ou a emergência do saber ambiental.....	127
4. A expansão urbana: positividade e negatividade.....	133
REFLEXÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	146

INTRODUÇÃO

O modo de representarmos o ambiente em que vivemos não é uma simples ‘cópia’ da ‘realidade’, mas contém em si a própria possibilidade de articularmos livremente essa representação. (Edmund Leach)

A problemática ambiental não deve ser analisada exclusivamente no âmbito do meio ambiente natural. Na cidade, embora vigore o espaço construído, existe a natureza constituindo o meio ambiente urbano. Portanto, pensar o meio ambiente num contexto da ‘natureza intocada’ é um enorme equívoco. No meio urbano não se pode desvincular o elemento ‘homem’, produtor do espaço, da atividade econômica e, portanto, da realidade social. Estes compõem um quadro de relações a serem construídas e reconstruídas.

Partimos do pressuposto de que o termo meio ambiente designa não tanto uma “peça” específica tal como assentamentos, paisagens, espaço natural ou construído, mas uma inter-relação dos seres vivos com o ambiente dotados de total interdependência. Compreendendo esse ponto, percebemos que os temas sobre meio ambiente podem ser construídos a partir do perfilhamento de diferentes perspectivas e escalas de entendimento.

O presente estudo aborda, portanto, a cidade – meio ambiente urbano. Trata-se de um tema que é extremamente caro aos diversos estudiosos da sociedade – historiadores, sociólogos, economistas, arquitetos - urbanistas, geógrafos, entre outros que refletem sobre

problemáticas pertinentes e específicas no campo de ação das diferentes áreas de especialização, buscando a interdisciplinaridade. A temática interessa aos planejadores e políticos, ao órgão de classe, no caso específico o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e àqueles que detêm alguma fração de capital fundiário ou imobiliário.

A partir da década de 1980, a cidade de João Pessoa – PB, espaço de investigação desse estudo, tem alcançado uma expansão urbana, tanto em termos de área construída, onde os espaços limítrofes estão avançando e concretizando outros limites mais adiante, quanto de verticalização, onde o número de edifícios e a ocupação destes na malha urbana têm provocado maiores reflexões.

Ainda que a expansão urbana seja uma característica comum à maioria das cidades brasileiras e que possa ter sua explicação básica, ela não forma um todo homogêneo. Nesse sentido, os tipos de agentes que interferem na formação e no crescimento da mancha urbana assumem características locais, com especificidades próprias e que tornam o seu entendimento tarefa mais complexa. Neste espaço, a ação do Estado, de empresas imobiliárias e de empreendedores particulares com atuações predominantes em momentos históricos distintos e com intensidades diferentes, têm sido determinantes na formação e expansão da urbe, incluindo ainda, nesse contexto, o próprio cidadão, pois este também constrói a cidade. Optamos, porém para esse estudo específico, trabalhar os sujeitos, conhecidos como agentes da construção civil: arquitetos, engenheiros e construtores.

Como o direito à cidadania é um exercício que pode se dar em diversos níveis, convocamos para serem os sujeitos dessa pesquisa uma entidade civil organizada, os “construtores” da cidade, os quais formam um segmento de classe responsável por muitas resoluções de gestão ambiental. Dessa forma, buscamos captar esses agentes espaciais como

elementos formadores e intervenientes na organização que se opera no conjunto urbano, investigando-se a compreensão ambiental destes para com a cidade.

Logicamente, nos limites de sua atuação não cabe somente ao arquiteto, urbanista ou ao engenheiro e construtor a solução de todas as complexas variáveis da vida urbana, muitas delas de caráter político, econômico e social, mas cabe a cada um deles agir apontando direções no sentido de estabelecer limites de degradação na formulação de determinados espaços urbanos. Estes podem oferecer, à sociedade, maior e melhor qualidade ambiental, se conscientes de que seus esforços têm relação imediata com a melhoria das condições de vida, à medida que definem uma estrutura urbana adequada e comparecem com novas proposições ambientais.

Essa atuação deve objetivar a busca da superação dos problemas das cidades contemporâneas, numa perspectiva transformadora, visando ao respeito ao ser humano, aos traços histórico-culturais dos povos e, essencialmente, à sustentabilidade, implicando não só o uso racional dos recursos ambientais, mas também a aquisição da capacidade de administrá-los, objetivando harmonizar a cidade.

Acredita-se que os construtores do urbano estão conscientes de que não atuam apenas como espectadores, e sim como agentes; que não estão na plateia, e sim no palco. A questão atual é principalmente saber se, mesmo conscientes disto, estes se sentem em condições de agir individualmente, isto é, agir segundo os ditames de sua própria consciência.

A proposta deste trabalho, portanto, é obter as opiniões dos “construtores” na cidade de João Pessoa; evidenciar a atuação de uma parcela de profissionais na área da construção civil, bem como o seu interesse intrínseco referente ao meio ambiente e a sua percepção com relação a este tema, inclusive como cidadão comum. Busca-se, assim, conferir o nível de conscientização ecológica da parcela consultada, fundamentando uma representação social, ou

seja, um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhados pelo grupo, formando condutas.

A idéia de trabalhar com a representação social torna-se pertinente no momento em que se pretende revisar o plano diretor, o estatuto da cidade está em foco com a efetivação das “Conferências das Cidades”, e uma ênfase ambiental sendo melhor divulgada com o apoio dos Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, além de uma busca constante de se colocar em prática a tão comentada (e pouco resolvida) sustentabilidade urbana. Como uma entidade civil organizada, esses profissionais (engenheiros, arquitetos e construtores) formam uma classe que em muito podem contribuir nas resoluções de uma gestão ambiental mais coerente e positiva.

Como objetivos específicos procuramos, nesta pesquisa, indagar dos profissionais, envolvidos com o espaço construído ou em construção, as suas opiniões sobre o(s) ponto(s) naturais da cidade, obter desses informações sobre em que áreas a expansão é mais visível - devendo ser apontado os efeitos positivos e negativos de tal ocupação, e captar a importância que é dada por esses agentes da construção com relação ao meio ambiente, observando a compreensão referente à valorização dos espaços verdes. Além disso, procuramos verificar as leis ambientais vigentes no Estatuto da Cidade e no plano diretor da cidade; e ainda, observar quais profissionais têm, em sua formação, uma fundamentação que vise a uma melhor compreensão referente ao meio ambiente urbano.

Inicialmente, apresentamos os aspectos metodológicos, fundamentados na Representação Social, cujo conceito tem suas raízes em trabalhos realizados por Serge Moscovici, publicado em 1961 com o título: *La Psychanalyse – Son image et son public*. As imagens que as pessoas possuem de determinados espaços do lugar onde vivem é um tema que vem despertando atenção na pesquisa urbana. Procuramos também captar a percepção ambiental dos sujeitos da pesquisa embasados em estudos de autores como Castoriadis

(1982), Tuan (1983), Del Rio (1997) e Lynch (1997). Para esta pesquisa, portanto, os dados foram obtidos através de questionário contendo questões abertas e fechadas e/ou entrevista semi-estruturada - quando o entrevistado optava por responder oralmente.

O segundo capítulo traz à tona o percurso histórico e a importância da natureza no contexto urbano para, assim, se buscar uma compreensão da cidade atual. Apresenta ainda as diversas maneiras de se abordar a temática cidade e métodos de estudo de análises ambientais. Preferiu-se, nesse momento, incorporar ao texto a cidade de João Pessoa, espaço de análise desse estudo.

Para se compreender melhor a importância das políticas públicas urbanas e a atuação do cidadão na pólis, no terceiro capítulo, optamos por uma análise geral, através de uma periodicidade temporal. Esta breve análise conduz ao entendimento do “fenômeno urbano” articulado à estrutura da sociedade, sendo apresentado, ainda, os instrumentos de Legislação Urbana e do Meio Ambiente. Instrumentos esses que produzem as regras e limitações no campo de atuação dos agentes da construção civil.

Por fim, o último capítulo traz os resultados da pesquisa onde investigamos a percepção dos três grupos de sujeitos, aparentemente distintos (construtores, arquitetos e engenheiros), com relação ao meio ambiente urbano; captamos as suas opiniões com relação à “João Pessoa - cidade verde” e perscrutamos a visão destes referente às áreas em expansão que ocorrem na cidade. Com isso, esperamos ter provocado a manifestação da percepção dos agentes da construção civil. Finalmente, traçamos algumas reflexões e, conscientes de que toda pesquisa desencadeia outras com o propósito de aprimoramento e atualização, apresentamos sugestões para possíveis futuros estudos.

I. TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

... Os matemáticos e os psicólogos nos abriram fecundas perspectivas sobre o problema universal da representação do espaço; mas também é evidente que essas perspectivas são tomadas de posições demasiado particulares, para que possam ser informativas da estrutura global do espírito humano. É indispensável completá-las com outros estudos, baseados no conhecimento de outros tipos de indivíduos e de actividades.

Pierre Francastel

1. Aspectos Metodológicos.

Para Minayo (1996, p.16) “metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Toda investigação assemelha-se ao trabalho de um arqueólogo, uma construção da realidade através da busca, da avaliação, da lapidação de informações que vão alimentar a pesquisa, fonte do investigador. “Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema de vida prática” e Popper apud RUDIO (2001, p. 21) acrescenta “o problema central da epistemologia sempre foi e continua a ser o problema do aumento do saber”.

Pretendendo obter melhor compreensão referente às questões cotidianas adotadas por profissionais da área da edificação e, com isso, acrescentar mais uma informação ao entendimento humano, demarcou-se a problemática urbana e meio ambiente, evidenciada pela

ótica dos agentes da construção civil em João Pessoa – PB, como objeto de estudo. Esse será fundamentado através de uma pesquisa qualitativa – onde se pretende estudar as opiniões¹ dos sujeitos da pesquisa - sobre o meio ambiente. Como essa investigação baseia-se em aspectos subjetivos - avaliadores das atitudes e motivações que conduzem a um melhor reconhecimento ambiental ou escassez deste – buscou-se, portanto, o conhecimento coletivo sobre a temática ambiental através da leitura de pensadores que trabalham com percepção e com a teoria da representação social² destacando-se Castoriadis (1982), Tuan (1983), Vigotsky (1984), Sá (1996), Del Rio (1997), Lynch (1997), Abric (1998), Moscovici (2003).

A aplicação de teorias da percepção e da representação, quando levadas a um determinado grupo, busca explicitar como o conjunto de pessoas pertencentes àquele grupo vê determinado tema (ABRIC, 1998)³.

É notório que cada indivíduo seja construído em sociedade, num ambiente em que ele busca o que lhe é de interesse pessoal. Cada ser tem sua própria história, perpassada pelas práxis sociais dos grupos a que pertencem. O que se pode admitir é que, ao compartilhar os mesmos interesses, dão origem a pactos, favorecendo a construção de uma realidade em comum, além de consolidação da maneira como todos pensam sobre as coisas

¹ Existem diversos estudos comportamentais como: “pesquisa ou desenho ambiental”, estudos “homem-meio ambiente” ou simplesmente “comportamento ambiental”. Tratam-se de trabalhos específicos da psicologia “comportamentalista” (behaviorista e piagetiana) ou ainda trabalhos inspirados por SKINNER (1989) onde defendem que a reação do homem é reflexo da situação em que este se encontra. Optou-se porém, para esse estudo, trabalhar as opiniões, percepções dos sujeitos da pesquisa sem se ater profundamente na visão comportamental.

² A Teoria da representação Social originou-se com Serge Moscovici, na França, através de trabalho sobre o conhecimento popular da Psicanálise e que lhe serviu de tese de doutorado, publicado em 1961 com o título: *La Psychanalyse – Son image et son public*.

³ Alguns autores, como Abric, afirmam que as Representações Sociais (RS) determinam diretamente o comportamento de indivíduos e grupos, outros, como Herzlich, negam esse determinismo admitindo, entretanto, influências sobre a conduta (HERZLICH, 1972). Provavelmente, entre as RS, a visão do mundo e as práticas sociais, interpõem-se algumas intervenções tais como o controle exercido pela máquina do poder –estatais; ou partidárias como, no caso específico do nosso estudo, orientações determinadas pelo conselho de classe (CREA), sindicatos dos engenheiros, dos construtores ou dos arquitetos. Acredita-se entretanto que, mesmo quando situações que forcem práticas novas, embora não desejadas em princípio, tendem a se consolidar, provocam adesão às idéias que vão, assim, alterando progressivamente as práticas sociais e confirmando a representação social do grupo.

“reais e imaginárias” daquele universo, ou seja, o conhecimento que cada pessoa do grupo tem daquele mundo vivenciado em comum e, portanto, socialmente construído. Desta forma, a noção do homem contextualizado, ou seja, o homem social em que a produção do pensamento individual resguarda-se no social, solidifica a idéia de que as concepções ou mesmo modificações de comportamento se processam tanto no indivíduo como no grupo. (CASTORÍADIS, 1982; VIGOTSKY, 1984; CATÃO, 2001; MOSCOVICI, 2003).

Portanto, as técnicas de levantamento, tratamento e formalização dos resultados conduzem à aceitação tácita de que o resultado homogeneiza a linguagem sobre o assunto, ao mesmo tempo em que se amplia a visão do conjunto sobre o objeto pesquisado, contribuindo com a explicitação de pontos de vista que transcendem aqueles inerentes a cada um dos sujeitos individualmente (WAGNER, 1998). Com isso, podemos chegar a uma conceituação de Representação Social como o conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhado pelo grupo, formando condutas, afinal, a “forma como as pessoas pensam sobre as coisas ‘reais e imaginárias’ do seu mundo, isto é, o conhecimento que as pessoas têm do seu universo, é o resultado de processos (...) socialmente construídos” (WAGNER, 1998, p.11). Ou seja, esse conhecimento é transmitido individual ou coletivamente, determinando orientações ou ações em algumas direções definidas, e ajuda a formar a representação.

1.1 Sujeitos da pesquisa

O sujeito da pesquisa constitui-se de parcela dos “construtores”⁴ da cidade, ou seja, arquitetos e urbanistas, engenheiros civis e empresários da construção, cadastrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), região da Paraíba e que exercem a profissão na cidade de João Pessoa.

⁴ A cidade também é construída pela população residente nesta. Optou-se, porém, em pesquisar exclusivamente aqueles que se tornaram aptos em exercer a profissão de “construir” a cidade em decorrência de estudos de técnicas e informações pertinentes.

Nesse referido cadastro consta a relação dos profissionais e empresas da construção locados em todo o estado da Paraíba. Assim, o primeiro passo da pesquisa foi selecionar aqueles que exercem suas atividades profissionais na cidade em estudo – João Pessoa. O cadastro do CREA registra a existência de três mil e setenta (3070) engenheiros locados em diferentes cidades do referido estado. Dessa seleção obteve-se um montante de mil duzentos e treze engenheiros (1213), duzentos e noventa (290) arquitetos, todos radicados na cidade em estudo, e de um total de seiscentos e oitenta e três (683) empresas instaladas na Paraíba que vão desde serviços elétricos, agrícolas a telecomunicações e saneamento, selecionamos duzentos e cinquenta e seis (256) empresas especializadas em construção, que é o nosso foco de análise, e locadas em João Pessoa.

Com esses dados em mãos e objetivando executar uma pesquisa o mais fidedigna possível, buscou-se estabelecer critérios estatísticos que validassem a investigação. A princípio, buscou-se apoio na obra de Lúcia Helena Geardi e Bárbara Nentwig Silva intitulada “*Quantificação em geografia*” (1981). Esse volume procura apresentar “soluções” no processo de retirada da amostra, ou seja, amostragem, trazendo uma tabela estruturada cujo título é “determinação do tamanho da amostra a partir do tamanho da população” em que, com o tamanho da população (N) obtém-se o tamanho da amostra (A). Essa tabela mostra-se eficiente em situações em que um levantamento completo possa ser executado pelo pesquisador. No entanto, torna-se inviável, senão impossível, em situações onde exista restrições de custo, tempo, material e mão de obra como o que era vivenciado nesse estudo. Aliado-se a isso, presenciava-se um período de greve, sem acesso a bibliotecas central ou setorial ou ainda a professores específicos do campo de ação (estatística) cuja dificuldade almejava-se resolver.

Depois de diversas tentativas, finalmente pôde-se encontrar a solução no Departamento de estatística da UFPB na pessoa do professor Jozemar Pereira que,

prestimosamente, orientou-nos sobre a obtenção de uma amostra estratificada proporcional com o nível de confiança de 95% e máxima margem de erro de 7%. Com o valor do universo (N) a ser estudado, ou seja, mil setecentos e cinqüenta e nove (1759) equivalente ao somatório de cada extrato específico de engenheiro (1213), arquitetos (290) e empreiteiros (275), aplicou-se o programa de software Microsoft Excel para cálculo do tamanho da amostra para população finita e obteve-se o valor de cento e setenta e sete (177). Ao calcular a fração de amostragem (f), dividindo-se o tamanho da amostra de população finita (n) pelo tamanho da população (N), obteve-se $f = 10\%$. Podendo-se afirmar, portanto, que ao entrevistar cento e vinte e um (121) engenheiros, trinta (30) arquitetos e vinte e seis (26) empreiteiros, estar-se-ia apresentando uma significativa representatividade do estudo em questão.

Esses indivíduos foram contactados, aleatoriamente⁵, em seus respectivos ambientes de trabalho ou em suas residências.

A facilidade em contactar arquitetos esteve presente no desenrolar da pesquisa, embora seis (6) optassem por respondê-la via email resultando que desses, somente três (3) chegaram a fazê-lo surgindo, portanto, a necessidade de contatar outros para completar o quadro de entrevistados.

Entre os engenheiros, por vezes, havia uma recusa em responder argumentando falta de tempo. Entre esses, alguns chegavam a ouvir ou ler as questões, mas argumentavam que necessitavam de maiores ponderações, ou seja, tempo para refletir e só assim responder. Depois de voltarmos diversas vezes aos seus ambientes de trabalho ou residências, sugerimos um retorno por email. Desses últimos, onze (11) afirmaram que utilizariam tal recurso para responder mas, somente três (3) o fizeram. Buscou-se, então novos profissionais

⁵ Segundo Kerlinger (1980, p. 115), “ o uso de seleção aleatória (de indivíduos ou instituição) permite ao pesquisador assumir que a probabilidade de que a amostra seja representativa é substancial. Assim, é alta a probabilidade de que os resultados obtidos em tais amostras sejam aproximadamente aplicáveis à população da qual foi tirada a amostra.”

para completar o quadro necessário de pesquisados que validaria esse estudo.

Teve-se a atenção de investigar empresas da construção de grande, médio e pequeno portes para, com isso, obter entendimento linear sem favorecimento de um ou outro profissional. A acessibilidade aos empresários das grandes firmas sempre se torna mais complexa necessitando-se de muita paciência, retornos constantes, certo processo de convencimento e, por vezes, desistência de persistir e partir para a busca de uma outra com a esperança de se conseguir melhor resultado do que na anterior. As respostas obtidas referentes à pesquisa, em geral, eram rápidas e diretivas dificultando um detalhamento das questões aplicadas. Nas pequenas e médias construtoras, com algumas exceções, a solicitude era mais presente, embora a maioria dos entrevistados também demonstrasse pressa e ansiasse pela conclusão da mesma, para assim poder voltar as suas atividades corriqueiras.

1.2 - Coleta de Dados

1.2.1 – O instrumento utilizado

Os dados foram obtidos através de questionário (contendo questões abertas e fechadas) e entrevista semi-estruturada (quando o entrevistado optava por responder oralmente), elaborados especificamente para este estudo (vide Anexo). Teve-se o cuidado de formular as mesmas indagações para todos os envolvidos, garantindo assim, “maior controle nas respostas, inclusive no resultado do estudo da pesquisa” (SANTOS, 2001, p. 223).

O material de pesquisa continha, na primeira etapa, questões em que se procurou traçar o perfil dos sujeitos, constituído por sexo, formação profissional, ano de conclusão de curso e também a instituição cursada para adquirir embasamento da profissão. Fez-se opção pela não colocação do nome do entrevistado pois, segundo Rudio (2001, p. 119) “ [...] quando o indivíduo não é obrigado a se identificar, geralmente pode responder com mais liberdade e

sinceridade...”. Buscou-se usar perguntas simples, diretas, para evitar ambigüidade “que podem ser interpretadas pelo informante de mais de uma forma”. (Mann, apud RUDIO, 2001, p.120). Evitou-se, ainda, jargão e terminologia técnica. Além disso, procurou-se estabelecer um plano com perguntas apresentadas numa seqüência pré-determinada. No primeiro momento, colocou-se as mais diretas como “Três palavras que lhe vêm à mente ao ouvir *João Pessoa – cidade verde*” e gradativamente foram surgindo questões mais complexas para, neste formato, ir ajudando o informante no desenvolvimento do pensamento lógico, à medida que iria dando suas respostas.

Na segunda etapa, foram elaboradas indagações direcionadas à análise do entendimento dos sujeitos envolvidos sobre meio ambiente, permitindo que estes manifestassem livremente as suas opiniões. Para isto, além das questões envolvidas, colocou-se o vocábulo “observações” para que o informante se sentisse à vontade para julgar, sentir e externar sua opinião.

Embora estruturado de forma convencional, tanto o questionário quanto a entrevista apresentam no primeiro bloco de questões uma adaptação dos elementos do núcleo central⁶ das representações, através do teste de associação, ou evocação livre de palavras.⁷ O caráter espontâneo e, portanto, menos controlado desse método, permite vislumbrar com mais clareza os elementos que constituem o universo semântico do objeto analisado e tem se mostrado bastante útil nos estudos de valores, atitudes, símbolos, imagens e percepções, conteúdos estes

⁶ As Representações Sociais se estruturam com dois componentes: o *núcleo central* – cuja determinação é essencialmente social, ligada às condições históricas, sociológicas e ideológicas, diretamente associado aos valores e normas, definindo os princípios fundamentais em torno dos quais se constituem as representações. É a base comum que define a homogeneidade do grupo; e os *elementos periféricos* – mais associados às características individuais e o contexto imediato e contigente, nos quais os indivíduos estão inseridos. (Cf. Abric, 1998, p.33)

⁷ A técnica de evocação livre, proposta desenvolvida por P. Vergés em L’ évocation de l’argent: une méthode pour la définition du noyau central d’une représentation. *Bulletin de Psychologie*, Tome XLV, nº 405, 1992, p. 203-209, constitui-se num tipo de investigação aberta estruturada na evocação de respostas dadas a partir de um estímulo indutor. No caso, solicitamos a associação de palavras estimulando os entrevistados com a frase: “o que lhe vem à mente ao ouvir *João Pessoa – cidade verde* - utilizando, no máximo, três palavras”.

fundamentais na estruturação das representações sociais.

1.3. Forma e apresentação dos resultados

A apresentação dos dados provenientes dos questionários e entrevistas foi estruturada em sub-itens, cada um dos quais referindo-se a assuntos específicos, a saber:

- Relação entre o entendimento ambiental e o embasamento alcançado pelo pesquisado na sua formação profissional.
- Como os agentes da construção civil percebem os espaços naturais da cidade.
- A visão dos entrevistados com referência ao *slogan* “João Pessoa – cidade verde”
- Análise dos efeitos positivos e negativos, na perspectiva dos agentes da construção, concernente à expansão da cidade em estudo.

Através da listagem de respostas obtidas, observou-se que em algumas das situações apresentadas no questionário como na questão “quais os espaços naturais da cidade” ou ao utilizar “três palavras para a sentença ‘João pessoa – cidade verde’”, alguns dos entrevistados utilizaram uma, duas ou, às vezes, mais de três palavras o que pode vir a dar a entender que existe alguma dissonância entre a razão dos números de palavras e de participantes da pesquisa. Essa aparente discrepância justifica-se, portanto, ao observar-se que a multiplicação de verbetes exigia tal situação.

A análise apresentada qualitativamente exige, por vezes, um estudo quantitativo. Quando esse ocorre, optou-se por empregar, num primeiro momento, termos numéricos, ou seja, quantidade de profissionais que citaram determinado espaço verde da cidade, por exemplo. Em situação subsequente, os números apresentados foram sempre transformados em porcentagem. Nesse caso, as porcentagens representam a razão entre o número de entrevistados que emitiu um certo tipo de resposta e o número total de entrevistados. Contudo, a utilização nesses itens específicos da análise quantitativa não caracteriza como tal a pesquisa, uma vez que estes dados servem para embasar a análise qualitativa.

Deve-se ainda acrescentar que se renunciou a construir, a propósito da cidade, um tipo qualquer de malha de leitura paisagística. O método que consiste em quantificar a medida da “atratividade paisagística” não pode se inscrever em uma perspectiva de arquiteto e geógrafo, já que nos obrigaria a contruir tantas malhas quanto sistemas perceptivos numa visão psicológica. Optou-se e acredita-se ser mais proveitoso concentrar a atenção na análise dos “agentes da construção”, nas suas reflexões e nas discussões que organizam os seus testemunhos.

II. CIDADE E NATUREZA

*“Não será melhor, em vez de cair no culto da cidade ou da natureza,
aprender a gerir a ambígua posição do homem na natureza,
ao mesmo tempo parte e transformador desta?”*

Alain Touraine

O propósito deste capítulo é apresentar a historicidade e a importância da natureza no contexto urbano. Faz-se necessário retomar um pouco da natureza histórica da cidade e discernir, entre a sua forma e função original, o que dela emergiu para se buscar uma compreensão da cidade atual. Não existe, porém, a intenção de traçar aqui a completa história evolutiva da cidade, mas apontar que viver nas cidades implica relacionar as inúmeras formas de apropriação espacial - caracterizadas por diferenciação social, divisão do trabalho, urbanização e concentração de poder político e econômico - com a natureza, considerando o período histórico, a organização e formação social, política e econômica de uma determinada civilização.

1. Percurso Histórico

A relação cidade e natureza é uma questão polêmica nos meios acadêmicos, provocando confrontos e reflexões, e contribuindo para que aqueles que usufruem da natureza e do espaço urbano possam conjuntamente ponderar sobre este vínculo. Para que se possa

entender esta relação faz-se necessário analisar o surgimento e analogia da cidade e natureza em cada época diferente, ou seja, em momentos históricos distintos. Para tornar efetivo essa proposição, procurar-se-á gerar considerações sobre cidade, urbano, natureza, técnica, economia, desenvolvimento, objetivando salientar as questões ambientais. Questões essas, por vezes denominadas de ‘problemas ambientais’ e que podem ser conceituados como: “todos aqueles que afetam negativamente a qualidade de vida dos indivíduos no contexto de sua interação com o espaço, seja o espaço natural [...], seja, diretamente, o espaço social” (SOUZA, 2000, p. 117)

A qualidade de vida⁸ é por demais abrangente na sua conceituação pois refere-se a todo um contexto de saúde, bem-estar social, político, econômico e ecológico. No entanto, está intrinsecamente associado à qualidade ambiental, pois vida e meio ambiente são inseparáveis, não significando, porém, que a vida determina o meio ambiente ou que este determina as diversas atividades da vida humana, mas existe um equilíbrio e uma interação entre ambos, uma vez que estão inclusos no meio ambiente e, como tal, as criações modernas e industriais fazem parte da natureza que, por sua vez, forma o meio urbano e o espaço social.

Para se conceber o espaço social, a coletividade e o urbano, é necessário o processo de produzir, e, com isto, extrair do meio natural o material desejado. Assim, o ser humano começa a alterar a sua relação com o meio, passando a construir espaço geográfico. Com isso, mudança significativa começa a se desenvolver tanto no homem como no ‘meio natural’, pois novas técnicas (arar, caçar, pescar) são aprimoradas para o suprimento das necessidades básicas de sobrevivência. A técnica fornece o controle sobre a natureza produzindo a base para o surgimento do capital através do sistema de trabalho – atividade com a qual o homem adapta os objetos da natureza, de modo a satisfazer as suas necessidades. Portanto, “A relação

⁸ Moyano, 1992 apud BASSANI, 2001, p.51 ao discutir a qualidade ambiental da cidade de Santiago do Chile e outras cidades, propõe que se utilize, nos estudos e intervenções urbanas, o conceito de qualidade ambiental urbana e não qualidade de vida, por considerar ser este um conceito muito amplo e de difícil mensuração completa.

homem - natureza dá-se dentro de um processo de trabalho que se situa dentro de um quadro mais amplo de produção de bens para satisfazer a existência humana”(CARLOS, 1997, p. 31). Assim, ao produzir seus meios de subsistência, o homem produz cultura e, com isso, consegue organizar uma economia e lhe confere significado dentro da sociedade criada.

Em conformidade com as especificidades do espaço urbano e das relações sociais geridas nesse ambiente, as cidades nascem com objetivos e razões distintas.

Buscando uma apresentação concisa sobre o surgimento das cidades, buscou-se apoio no parecer de Sjöberg (1977) que analisou este momento baseado em estágios que ele denominou como fases da economia: A primeira delas, com caráter de aprimoramento técnico, dando origem ao *pré-urbano* que quase não favorecia a especialização do trabalho e a estratificação social. Nesse período, o homem era extremamente dependente das condições naturais, retirando do planeta apenas o que era essencialmente necessário para a própria sobrevivência e, por ter uma atitude passiva com relação ao seu ambiente, não existia a necessidade da divisão do espaço físico. A cada momento em que suas necessidades básicas deixavam de ser respondidas naquele ambiente ocupado, imediatamente se buscava outros espaços mais “férteis”. Esses grupos de indivíduos eram nômades e viviam plenamente inseridos no contexto natural (natureza).

A segunda fase formada pela sociedade *pré-industrial* é caracterizada pela especialização do trabalho, organização da mão de obra e surgimento de uma liderança no grupo. Dispunham ainda da metalurgia, do arado e da roda – elementos multiplicadores da produção e facilitadores da distribuição –, além de um elemento organizador, a escrita, que servia para contabilizar e fixar fatos históricos. A composição humana da cidade, em embrião, era mais complexa sendo formada por caçadores, camponeses, pastores, mineiros, lenhadores, pescadores, cada qual levando consigo os instrumentos, habilidades e modo de vida. Portanto, a transformação da aldeia em cidade não foi uma mera mudança de tamanho e

dimensões, mas foi também uma mudança de direção e finalidade, manifestada num novo tipo de organização social, cultural e econômica (MUMFORD,1998).

Na cidade antiga, embora muitos dos habitantes trabalhassem nos campos do templo ou em áreas contíguas, uma crescente população ocupava-se de outros ofícios e profissões, reforçando a idéia dos ganhos de produtividade que o trabalho especializado assegura e impelindo o crescimento da cidade. Essa expansão das cidades não chegava a interferir vigorosamente na relação harmoniosa da natureza com a cidade.

No período medieval, a natureza continua tendo um imenso valor na formação do traçado da cidade, pois sua irregularidade muitas vezes está associada ao contorno definido pela natureza existente na localização da cidade. Estas eram

mais informais do que regulares. Isso ocorria porque mais freqüentemente se utilizavam sítios rochosos ásperos, pois apresentavam vantagens decisivas para a defesa (...). Como as ruas não eram adaptadas ao tráfego sobre rodas e não era necessário cuidar nem de encanamentos de água nem de condutor de esgotos, era mais econômico seguir os contornos da natureza. (MUMFORD,1998, p. 329).

A partir do período renascentista⁹, o distanciamento da natureza começa a se incorporar. Essa, que até então estava vinculada ao mito do sagrado, passa a ser “o que se encontrava além dos muros da cidade, o espaço não protegido, não organizado, não construído. Ao redor (...) do recinto sagrado da civilização ou da cidade” (MARCONDES, 1999, p.40). Portanto, o entendimento sobre a formação da cidade repousava na idéia de que esta tinha como sinônimo a civilidade. Paradoxalmente, o campo era considerado como âmbito de rudeza e rusticidade.

⁹ No período do Renascimento havia uma oposição ao misticismo, coletivismo, teocentrismo e geocentrismo, buscando incansavelmente o *racionalismo*.

A cidade era o berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Era a arena da satisfação do homem. Adão fora colocado em um jardim, e o Paraíso terrestre associado a flores e fontes. Mas, quando os homens pensavam no paraíso da salvação, geralmente o visualizavam como uma cidade, a Nova Jerusalém. (THOMAS, 1996, p. 290).

A cidade industrial moderna, classificada como terceira fase por Sjoberg (1977) e cujo marco histórico é a Revolução Industrial¹⁰, traz grande avanço tecnológico além da utilização de novas fontes de energia e utilização de materiais e instrumentos que não são mais a extensão do próprio corpo, mas que representam prolongamentos do espaço em que vive, da substituição das ferramentas pelas máquinas, da energia humana pela motriz e do modo de produção doméstico pelo sistema fabril.

Retratadas por Engels (1986), as grandes cidades industriais, em geral, mostravam bairros aristocráticos bem construídos e com extremo bom gosto. Em contrapartida, a classe operária concentrava-se nos “bairros de má reputação” – lugar separado e considerado a “parte mais feia da cidade”. Essas localidades eram áreas em que a burguesia da época não desejava se instalar pelo forte motivo de que durante a maior parte do ano (10 a 11 meses) o vento dominante deslocava para tais lugares a fumaça de todas as fábricas e a condição de habitação tornava-se insustentável. Esses bairros eram ocupados por cottager¹¹ onde

[...] as ruas não são planas nem pavimentadas, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e fétidos. [...] a ventilação torna-se difícil [...] e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira [...]. (ENGELS, 1986, p.38).

O autor faz ainda a descrição de “ruelas, becos e pátios” onde ficavam amontoados

¹⁰ Revolução em função do enorme impacto sobre a estrutura da sociedade num processo de transformação acompanhado por notável evolução tecnológica.

¹¹ Pequenas casas de três ou quatro cômodos e uma cozinha, alinhadas em longas filas e, quase sempre, irregularmente construídas. Os habitantes ficavam confinados a um espaço mínimo e, na maior parte dos casos, famílias inteiras dormiam em um único cômodo.

lixos, detritos e imundícies e casas em fase de ruínas, sujas e totalmente desconfortáveis. Portanto, a poluição (embora ainda não tivesse propriamente esse nome) era visível e, outros problemas ambientais, tais como agrupamentos de casas insalubres e esgotos a céu aberto eram uma visão corriqueira.

Revendo a história, é válido lembrar que após a Revolução Inglesa¹² a transformação agrária ocorre de forma célere. Com a ‘gentry’ no poder dispararam os cerceamentos autorizados pelo Parlamento Inglês. A divisão das terras coletivas beneficiou os grandes proprietários provocando a ruína do pequeno campesinato, pois as pequenas glebas acabavam sendo agrupadas em imensas propriedades, obrigando o homem do campo a vender sua força de trabalho aos grandes proprietários fundiários ou a abandonar literalmente o campo e se deslocar para a cidade, o que, conseqüentemente, provocava mão-de-obra em excesso nos grandes centros industriais.

Quando a industrialização vai começar [...] a produção agrícola não é mais predominante, nem a propriedade da terra. As terras escapam aos feudais e passam para as mãos dos capitalistas urbanos enriquecidos pelo comércio, pelo banco, pela usura. Segue-se que a “sociedade” no seu conjunto, compreendendo a cidade, o campo e as instituições que regulamentam suas relações, tende a se constituir em redes de cidades, com uma certa divisão do trabalho (tecnicamente, socialmente, politicamente) (LEFEBVRE, 1969, p. 11).

O desenvolvimento de nova tecnologia, baseada em fonte de energia inanimada, e a expansão do poder europeu para outros continentes contribuiu não apenas para o crescimento de cidades na Ásia, em partes da África e nas Américas¹³, mas também para o surgimento de

¹² Ocorrida no século XVII, representou a primeira manifestação de crise do sistema da época moderna sendo considerada primeira revolução burguesa da Europa, antecipando em 150 anos a Revolução Francesa. Esse movimento criou as condições para instaurar o regime parlamentarista e, com o avanço do capitalismo, o surgimento da Revolução Industrial.

¹³ Na Ásia, África e Américas os processos de surgimento e evolução das cidades não foram marcados pelas mesmas etapas e marcos históricos das cidades européias. Isso, porém, “não significa que não tenhamos superado a herança colonial, ou até tenhamos dentro da escala histórica avançado em termos de qualidade das nossas cidades [...]” (GOMES, 2001, p.232).

técnicas especializadas oriundas do conhecimento adequado e aplicação de métodos revolucionários, para a época, propiciando assim o surgimento da cidade moderna. Pode-se afirmar que a base da revolução industrial e da cidade industrial foi a junção do método científico com o saber empírico dos artesãos. Para Lefebvre (1969, p. 73), “ [...] a urbanização da sociedade industrializada não acontece sem a explosão daquilo que ainda chamamos de ‘cidade’”. Essa expansão da cidade industrial, por ser um lugar de consumo, provoca o consumo do lugar. Esse consumo era baseado na condição de poder pagar para morar nas melhores áreas. Havia uma necessidade de fugir das ‘áreas de risco’ (fumaça, lixo, violência), conseqüentemente, a revolução industrial provocou consideráveis mudanças na cidade, tanto na estrutura física ou na organização espacial como na formação social – caracterizada por “maior fluidez no sistema de classes, pelo aparecimento da educação e comunicação em massa e pelo afastamento de parte da elite do centro para os subúrbios” (SJOBERG, 1977, p.49). Ao se deslocarem no sentido dos subúrbios, esse grupo contribuía no processo de expansão das cidades tornando-as, cada vez mais, grandes conglomerados industriais e, conseqüentemente, pólos atrativos para aqueles que não vislumbravam mais nenhum meio de subsistência no campo.

Vale acrescentar que, no auge da revolução industrial, surgiu a palavra “ecologia” muito embora o seu significado intrínseco já fizesse parte das reflexões de antigos pensadores. O zoólogo alemão Ernest Haeckel, em 1866, introduzia com êxito essa palavra cuja terminologia deriva do grego com o sentido de “estudo da casa”. Uma definição mais utilizada é “o estudo da estrutura e função da natureza”. Antes de Haeckel, esse ramo da biologia era conhecido como história natural. No intuito de apresentar alternativas aos problemas urbanos da cidade industrial, inúmeras propostas foram formuladas por estudiosos europeus, todas aduzindo sobre a importância dos espaços abertos e da preservação do verde dentro do espaço urbano.

Planejadores da época, conferindo à vegetação o papel de saneador, purificador e amenizador do clima, afirmavam sobre a prioridade de criar “pulmões” para as cidades através da implantação de praças ajardinadas e parques nos aglomerados urbanos.

No contexto urbano, diversos idealizadores buscaram criar cidades mais voltadas à antiga imagem do campo, com sugestões relacionadas aos encantos da natureza, em detrimento à rigidez das cidades. Marcondes (1999) cita as propostas de Owen (1771-1858), em que os espaços verdes deveriam ser concebidos a partir do isolamento das indústrias em cidades voltadas às questões sanitárias; as de Fourier (1772-1837), que preconiza modelos de edificações comunitárias – as falanges –, dispostas em anéis concêntricos, separados por relvas ou plantações; e as de Cabet (1788-1856), cuja cidade foi idealizada com a presença abundante de vazios e do verde voltados à higiene e à salubridade; e ainda a concepção de Ebenezer Howard de cidades-jardins como veremos mais adiante.

Ao apresentar teorias sobre o surgimento das cidades, Sjoberg (1977) encerra a sua posição no momento histórico da cidade industrial moderna. Acredita-se, no entanto, que se torna pertinente apontar uma quarta fase - a pós-moderna ou contemporânea. Esta cidade consolida-se como cidade de opostos, de contrastes físicos e sociais, produto de uma “sociedade pós-moderna”¹⁴ e da globalização¹⁵ da economia e da cultura. O desenvolvimento

¹⁴ A ‘sociedade atual’ ainda não teve uma denominação precisa. Adotamos o termo utilizado por David Harvey na obra *Condição pós-moderna* e Vicente del Rio no artigo *Considerações sobre o desenho da cidade pós-moderna*. No entanto, Lefebvre (1991 apud MAIA, 2000) aponta as diversas terminologias adotadas pelos sociólogos: *sociedade industrial*, embora seja um termo real, não é conveniente pois “a capacidade econômica de produção material não foi dominada racionalmente”; *sociedade técnica* seguido de *sociedade tecnocrática* é a segunda denominação criticada por (disfarçar) “a exploração do espaço e o alcance estratégico desses ‘benefícios técnicos’[...] justifica a racionalidade burocrática.” A terceira designação, *sociedade da abundância*, denota seu equívoco ao avaliarmos o paradoxo entre a abundância reinante em alguns setores e a pobreza, verdadeira miséria, visível em toda parte. A denominação *sociedade de lazer* vem em seguida deixando a reflexão de que as atividades prazerosas ainda não superam as “exigências e imposições do trabalho produtivo material” reclamado na atual sociedade. O termo *sociedade de consumo* também é deixado à margem com a justificativa de que “não é o ‘consumidor nem tão pouco o objeto consumido que têm importância nesse mercado de imagens, é a representação do consumidor e do ato de consumir, transformado em arte de consumir’”. Por fim, Lefebvre denomina a sociedade atual de *sociedade burocrata de consumo dirigido* (MAIA, 2000, p.229-230).

¹⁵ Um termo aparentemente novo na linguagem contemporânea, mas que sua atuação remonta a longa data “[...] esse antigo processo de internacionalização e de criação de um mercado de alcance mundial foi lançado

da tecnologia da informação e da comunicação tem papel fundamental no processo de globalização gerando, conseqüentemente, uma transformação da cidade e da relação para com ela. Globalização esta que, como afirma Rodrigues (2001, p. 218),

mostram como os limites e os avanços técnicos impedem o desenvolvimento da potencialidade humana. A mundialização das rotinas do taylorismo fragmentou o conhecimento, transformando-o em gestos repetitivos. A globalização atual fragmenta todas as esferas da vida e do conhecimento [...]. O conhecimento científico se constrói, se desconstrói, sem cessar, é preciso argumentar para quem e por que se pretende descortinar a realidade.

Sabe-se que a civilização contemporânea está fundamentada em uma concepção transformista da natureza, relação esta muitas vezes nada pacífica. Na perspectiva de possível transformação por meio de técnicas e instrumentos disponíveis e diversos, o ser humano por vezes se exclui do meio ambiente e se antepõe perante o mundo natural ao qual ele também é integrante. Pode-se inferir que esse “antropocentrismo” resultou, além do desenvolvimento tecnológico, do consumismo, gerando assim, desperdícios sem precedentes. O ‘modo de consumo’ atual é fortalecido pelo marketing, pelas embalagens sofisticadas em que se paga mais por elas, que por fim são descartadas, do que pelo produto em si. Não se pretende entrar no mérito do consumismo desenfreado, no entanto, uma reflexão precisa ser consolidada: é necessário observar a origem dos descartáveis, a motivação de sua existência e as causas finais para o incentivo de seu descarte, afinal, o aumento de utensílios que podem ser reciclados deu origem à indústria da reciclagem, o que por sua vez faz com que a ‘questão ambiental’ possa ser altamente lucrativa e ainda ter a imagem de uma grande contribuição para a humanidade. “Essa nova mercadoria – os ‘resíduos sólidos recicláveis’ – é ‘vendida’ e ‘comprada’ no mercado, contudo o preço é definido pelo comprador e não por aqueles que a

pela colonização, tendo resultado em ampliação das desigualdades entre os países colonizadores e os demais. [...]. Caberia, inclusive, indagar se a chamada globalização não seria a continuação da colonização por outros meios. E se o entusiasmo que suscita em muitos círculos, não só no Brasil, como em outros países da periferia subdesenvolvida, não seria um reflexo atávico da mentalidade colonial” (BATISTA Jr, 1999 p.12).

‘descartam’. Estranha mercadoria que só tem valor para quem a utiliza e não para quem já pagou por ela [...].” (RODRIGUES, 2001, p.226).

A industrialização e a urbanização, decorrentes do avanço de um processo de acúmulo do capital e da utilização tecnológica, transformam o meio e, nessa metamorfose, vão acarretando fenômenos de degradação do meio ambiente. Desmatamentos, aquecimento global, ‘smog’, chuva ácida, poluição do ar, das águas, acúmulo dos resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), efeito estufa, entre outros, são termos recentes que foram incluídos no vocabulário corrente em decorrência da atuação humana sobre o seu meio e em consequência do modelo econômico vigente. Essa destruição ou alteração do equilíbrio de ecossistemas naturais a que chamamos de degradação ambiental são, em geral,

debitadas na conta da ‘ação humana’ ou, como dizem os cientistas naturais, do ‘fator antrópico’, sem se levar em conta que, em uma sociedade estruturalmente heterogênea e heterônima, o comando de processo de degradação é prerrogativa de alguns indivíduos e grupos, que os ganhos com esse processo não são uniformemente repartidos e que os impactos sociais negativos dessa degradação não incidem com a mesma intensidade sobre toda a população [...] (SOUZA, 2000, p.113).

No decorrer do processo histórico, o discurso sobre a temática ambiental urbana, muitas vezes utilizado por planejadores e construtores da cidade, tem se transformado e consolidado. As questões ambientais trouxeram à tona a importância de se analisar a relação cidade e natureza tentando compreender a complexidade dos modernos ‘problemas’ colocados dentro desta temática.

2. A produção da cidade e a temática ambiental urbana

A cidade está sempre em constante mutação. As maneiras como o ser humano articula o ambiente em que vive, promovendo as relações sociais, políticas, jurídicas, culturais e

ideológicas fazem com que o ambiente urbano seja criado e recriado, produzindo e reproduzindo o espaço.

[...] ao produzir sua existência os homens produzem não só sua história, conhecimento, processo de humanização mas também o espaço. Um espaço que, em última instância, é uma relação social que se materializa formalmente em algo passível de ser apreendido, entendido e aprofundado. Um produto concreto, a cidade [...] (CARLOS, 1997, p.28)

Uma cidade apresenta contrastes e heterogeneidade que se diversificam à medida que se percorre suas vias. As mudanças podem variar e apresentar contrastes observados como a implantação das chamadas áreas subnormais, conhecidas como “comunidades” ou mais popularmente “favelas” que, normalmente, se instalam em terrenos públicos acidentados ou não apropriados para a construção convencional, ou ainda que tenham pendência judicial, localizadas em bairros periféricos e, comumente, sem o mínimo de infra-estrutura. Costumam apresentar um colorido vermelho das ruas sem asfalto, tortuosas ou desordenadas. Por outro lado, a mesma cidade apresenta prédios de apartamentos, condomínios “fechados”, sobrados e mansões instalados em bairros com um traçado urbano ordenado cujo desenho lembra um plano quadrangular ou radioconcêntrico em torno de uma praça. As ruas deste setor da cidade são, em sua maioria, pavimentadas e, em geral, existe o cuidado de se plantar árvores em alamedas, calçadas, praças e jardins apresentando o verde com mais intensidade do que naquelas zonas onde o poder aquisitivo da população é inferior.

Nos muitos edifícios modernos a vida da cidade reflete-se na imensidade dos vidros fumê complementados pelo movimento constante de pessoas e transportes que circulam num eterno vai-e-vem.

No cenário da cidade surgem também os grandes conjuntos habitacionais destinados a uma parcela da população de baixa renda, ou ainda, os velhos casarões, memória de um passado relativamente distante e que ainda preserva a história e a cultura de um lugar.

Vale lembrar que a cidade é construída a partir da natureza, afinal todo o material empregado com a finalidade de conceber edificações arquitetônicas e espaços livres como ruas e praças, tais como rochas, areia, terra, mármore, concreto ou mesmo asfalto são oriundas de uma geologia específica e que pertencem ao meio natural. No entanto, após a construção, esquecemos que a cidade ainda é parte da natureza, embora transformada.

Ao se refletir melhor, percebe-se claramente que a cidade não se constitui algo separado da natureza. Afinal, esta é uma ação humana, ou seja, produção humana. Portanto, o gênero humano é natureza. Consequentemente, todo o seu produto e cultura também o é. Logo, a cidade e a natureza estão intrinsecamente ligadas entre si. Afinal, como afirma Sirkis (1999, p.17):

No ambiente construído, a natureza não chega a desaparecer; permanece à vista e não está apenas nas árvores e áreas verdes das ruas, das praças, dos parques. Dos jardins e até mesmo dos terrenos baldios. Está no ar, nas águas dos rios, canais e lagoas; está na fauna, nos insetos e nos microorganismos que convivem conosco no ambiente urbano.

Portanto, não se pode esquecer que a paisagem urbana naturalmente conduz ao entendimento do urbano associado ao homem, à dimensão social, à história da cidade, ao espaço físico transformado e à natureza.

No estudo sobre cidade, várias teorias vão sendo moldadas no decorrer da história e esta passa a ser analisada sob diversas óticas.

A partir do século XIX, várias obras foram elaboradas tratando o ambiente urbano como algo distinto da organização social e foram efetuadas pesquisas empíricas relacionadas às consequências da industrialização e da urbanização acelerada na problemática da desorganização social (DONNE, 1979).

Num segundo momento e com o principal objetivo de “legitimar as instituições da sociedade burguesa [...] protagonista da formação da cidade e do sistema capitalista”

(DONNE, op. cit. p. 19), a análise da cidade na conjuntura *econômica* como um elemento dinamizador do desenvolvimento urbano é adotada. A função *político-administrativa* é incorporada ao estudo assim como o aspecto *demográfico* e a *função da cidade*, ou seja, a razão de ser de sua existência.

Ao avaliar o motivo básico de os homens se agruparem com o objetivo de exercerem suas atividades econômicas, Pierre Moran ¹⁶ apresenta mais um método de análise da cidade que se trata da *economia urbana*, baseado nas teorias de localização das atividades econômicas em função do custo dos transportes.

A realidade urbana e o atrativo que a cidade exerce, levam à análise da *mobilidade social* e da relação *campo-cidade*. Afirmando que os agregados humanos tendem a ordenar-se nesses dois segmentos, estudos revelam uma desorganização psíquica no conviver urbano causando problemas nos habitantes da cidade provocados por desde o tráfego intenso, ritmo acelerado do dia-a-dia, miséria até a criminalidade violenta e conseqüente isolamento social. Essas questões não são, no entanto, prerrogativas exclusivas do citadino, o homem do campo, na atual conjuntura em que vive, não consegue escapar de toda essa problemática convivendo com elas através dos meios de comunicação e, por vezes, vivenciando tais situações. Ao observar essa modificação na estrutura sócio-psíquica, atinge-se um outro tipo de análise que se trata da teoria *psicológico-social*. Esta procura destacar as conseqüências das diferentes relações sociais que unem entre si as populações rurais e urbanas. Por fim, a teoria *ecológica*. Esta procura destacar que numa cidade o ambiente é “a qualidade da água, do ar, dos alimentos, o nível sonoro, a paisagem urbana, [...] a presença ou ausência de espaços verdes, ao mesmo tempo por seu papel na luta contra a poluição atmosférica e pelo contato que fornecem com a natureza” (Gardier apud CASTELLS, 1983, p. 229). Os itens envolvidos nesta afirmação levam à ponderação sobre a problemática dita ambiental.

¹⁶ P. MORAN na sua obra *L'analyse spatiale en science économique*, 1966 citado por M. DONNE, *Teorias sobre a cidade*, 1979, p. 115.

No momento presente, a questão ambiental está em evidência. Por vezes, as considerações sobre cidade e natureza enfatizam problemas urbanos generalizados como ambientais quando, em geral, se tratam de questões sociais. Souza (2001, p. 253-254) chega a afirmar que:

Esta ‘percepção’ de que as questões ambientais deveriam participar das discussões sobre o urbano, o político e as relações sociais, vem acompanhada por um movimento mais extenso [...] à deterioração da qualidade de vida das classes médias e, de outro, da ameaça à produção causada pelo esgotamento das matérias primas e pela própria deterioração dos ambientes dos locais de produção, pela poluição das águas e do ar. [...] A adoção desse olhar sobre o meio ambiente acabou por deslocar parte das questões amplamente trabalhadas pelas Ciências Sociais, sobre a questão da miséria e da qualidade de vida das populações proletárias, para uma discussão mais ampla que acabou por ampliar esse universo de debates para além da questão da miséria e para além das populações proletárias.

Efetivamente, o que se denota nos dias de hoje é que a problemática ambiental está em foco. Rodrigues (2001) chega a falar de um verdadeiro modismo. A realidade é que os meios de comunicação, o debate acadêmico, a ênfase com que tem sido tratada pela ação governamental, tudo isto leva a crer que a temática é pertinente numa época em que a ruptura dos “ideais socialistas” e a crise entranhada do modelo capitalista, tornaram a visão ambiental, na percepção de muitos, a única opção de compromisso em garantir um mundo com melhor qualidade de vida e de consolidar a expectativa de bem-estar para todos os seres que habitam o planeta Terra. Pode parecer utópico mas, muitas vezes “a utopia é necessária para o porvir humano. A utopia pressupõe que o que está à margem seja trazido para o centro e o que está nas margens não é o consumo ou retóricas, mas o SER humano” (RODRIGUES, op. cit., p. 220).

Recentes análises inter e multidisciplinares sobre a questão ambiental enfatizam uma abordagem mais dinâmica, que extrapola a perspectiva ecológica tradicional, fazendo-nos afirmar que o exame ambiental está sujeito a diversas vertentes e que deve ser integrado à

Economia, à Filosofia, à Política, ao Direito, à Sociologia, à Geografia, à História, à Antropologia a fim de que se possa obter uma harmonia nas decisões, ações e nos modos de convivência que acatem e que valorizem o espaço natural e urbano interligados com o ideal comum de melhor convivência para todos os que habitam nas cidades.

Embora a literatura sobre o urbano seja extensa e abrangente, o enfoque ambiental, conquanto pertinente, também se apresenta polêmico e controverso. Ao se ponderar sobre as questões ambientais urbanas, a tendência natural é reavaliar o papel do meio ambiente natural inserido no contexto da urbanização. Essa temática tem originado diversas linhas de pensamento sobre o conceito de cidade e natureza, mas continuam provocando cruzamentos incitando confrontos e indefinições.

Na ótica da ecologia urbana, a cidade já foi analisada como um organismo – estrutura organizada em que se exercem funções diversas como as de caráter social, político, administrativo, cultural. Para Wirth a cidade é “como uma estrutura física consistindo uma base de população, uma tecnologia e uma ordem ecológica” (WIRTH, 1973, p. 107).

Seguindo esse mesmo conceito teórico relativo à estruturação urbana, Park (1973, p.28) considera como fatores primários, na organização ecológica das urbes, as coisas que fomentam a concentração de populações urbanas e a mobilidade, com comunicação, transporte e construções, ou seja, a cidade é o “habitat natural” da sociedade civilizada.

A multiciplidade de profissões existentes nos limites da população urbana é um dos pontos mais notáveis e pouco compreendidos da vida citadina. Pensar a cidade como aglomeração de gente, segundo Park (1973), é compreendê-la como um organismo relacionado onde interesses diversos, políticos e particulares se encontram numa expressão coletiva e incorporada.

Muito do que normalmente consideramos como a cidade – seu estatuto, organização formal, edifícios, trilhos de ruas, e assim por diante – é, ou parece ser mero artefato. Mas essas coisas em si mesmas são utilidades, dispositivos adventícios que somente se tornam parte da cidade viva quando, e enquanto se interligam através do uso e costume, como uma ferramenta na mão do homem, com as forças vitais residentes nos indivíduos e na comunidade. [...] A cidade é o habitat natural do homem civilizado. [...] o homem [...] é um animal construtor de cidades. (PARK, 1979, p. 27)

Numa outra visão, considera-se que a cidade deve ser analisada como um ecossistema. O conceito de sistema ecológico ou ecossistema parte de uma percepção de que existe, entre os organismos vivos e o seu meio, uma inter-relação. Portanto, ecossistema é “qualquer unidade (biosistema) que abranja todos os organismos que funcionam em conjunto (a comunidade biótica) numa dada área, interagindo com o ambiente físico de tal forma que um fluxo de energia produza estruturas bióticas claramente definidas e uma ciclagem de materiais entre as partes vivas e não-vivas” (ODUM, 1988, p.9)

O ecossistema urbano então seria constituído pelo sistema natural (incluindo o homem) e o sistema sócio-cultural funcionando como um sistema de apoio à vida, particularmente a dos seres humanos. Dias (2001, p. 227) afirma: “Os ecossistemas urbanos apresentam características comuns de ecossistemas mais complexos, entretanto, ultrapassa-os em abrangência”, isto é, não se limita as suas fronteiras geográficas. O autor acrescenta: “as cidades consomem alimentos de outras áreas, porque elas são o final da cadeia alimentar”, a água utilizada vem de outros lugares, o lixo produzido não volta para onde foi produzido, e até mesmo parcelas da população podem ser itinerantes em função das estações do ano. Dessa forma, “os ecossistemas urbanos, afetam, na verdade, e são afetados pela biosfera como um todo, e o seu funcionamento interdepende não apenas de ecossistemas locais, mas da biosfera inteira” (DIAS, op. cit., p.227). Trata-se, portanto, de um sistema que não é auto-suficiente, ou seja, está sempre necessitando de uma inter-relação de trocas, de relações internas e externas.

A reflexão sobre a cidade enquanto ecossistema é motivo de controvérsia. Branco (1988, p.74), por exemplo, pondera que um ecossistema deve abranger organismos produtores, consumidores e decompositores para que a reciclagem de substâncias químicas possa ocorrer de forma continuada. Na concepção desse autor, a cidade seria somente a parte consumidora do sistema não dando margem a uma relação de trocas e, conseqüentemente não sendo admissível a sua conceituação como ecossistema.

Existem diferentes formas de analisar a cidade com analogias sistêmicas. Essas vertentes podem ser o bio-sócio-físico, o ambiental ou do habitat, o econômico. Partindo do ponto de vista econômico, as cidades podem ser vistas como sistemas de consumo, comerciais e de produção. Portanto, a cidade não seria apenas uma unidade ecológica. Seria baseada também na divisão do trabalho.

À medida que se vai analisando o espaço urbano, existe uma tendência generalizada em se concordar que há uma inter-relação dominante entre espaço, formação social e a natureza inserida no urbano; que as transformações das estruturas sociais e, conseqüentemente alterações econômicas, provocam mudanças no tecido urbano. Através dessas mudanças a cidade vai se estabelecendo e se expandindo segundo a sociedade que vai exercendo uma constante transformação em seu meio ambiente. Com isso, Castells (1986, p. 141) apresenta um conceito para a cidade como uma “coletividade social multifuncional territorialmente delimitada. As suas formas históricas, geográficas, técnicas, sociais, podem ser tão diferentes que, de fato, o mesmo termo cobre realidades sociais e ecológicas profundamente distintas”.

A questão ambiental, portanto,

(re)coloca em destaque contradições da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza. Formas de apropriação tanto reais [...] como simbólicas [...]. A questão ambiental deve ser compreendida como um produto da intervenção da sociedade sobre a natureza, diz respeito, pois, não apenas a problemas relacionados à natureza mas às problemáticas decorrentes da ação social (RODRIGUES, 1994, p.36).

Numa reflexão geral, percebe-se que os autores ao abordarem a natureza associada ao tema cidade, têm adotado perspectivas distintas mas coexistentes, ou seja, num primeiro momento consideram o meio ambiente (meio natural) mais abrangente e tratam o meio urbano (espaço construído) como um de seus subsistemas que deve estar em busca de um permanente equilíbrio com o sistema maior. Nesse contexto, geralmente aduz o meio urbano como um fator conflitante com a natureza e, com isso, a cidade é apresentada como um foco de externalidades negativas que devem ser corrigidas. Em outro momento, o meio urbano é visto num panorama mais diretivo envolvendo análises econômicas, sociais, culturais deixando a perspectiva ecológica num patamar, aparentemente, de menor relevância.

A questão ambiental urbana, como um caso particular da análise, apresenta uma diversidade de posições e o fato de diversos autores se concentrarem em aspectos específicos da relação cidade–natureza sugere que ainda se esteja distante de um pensamento mais consensual sobre um tema de tão alta complexidade.

Investigar a questão urbana e procurar defini-la em sua problemática significa tomar consciência das estruturas de relações buscando restabelecer o equilíbrio – muitas vezes contraditório – das relações sociais, culturais, de produção e ambientais. Com isso em mente, buscou-se uma cidade específica – João Pessoa, no estado da Paraíba - para, através da análise da expansão urbana e da representação social dos agentes da construção civil, fundamentar esse estudo.

3. O processo de expansão urbana da cidade de João Pessoa

Presentemente, os espaços urbanos tendem a ter uma intensa concentração de aglomerações humanas. No Brasil, especificamente, essa tendência crescente de aumento da urbanização tem provocado, desde 1950, um processo em que vai deixando para trás suas

características rurais e caminhando intensamente para a urbanização. Esse fenômeno da urbanização ocorre independente da cidade ser uma metrópole, porte médio, pequena ou de 1º, 2º ou 3º nível da hierarquia urbana.

Observando o processo urbano ocorrido atualmente, percebe-se que a concentração populacional nas cidades não é um fenômeno que se prenda unicamente à imigração da população para os aglomerados urbanos, mas que tem se tornado medida sempre crescente “um processo que conduz ao aparecimento de novas unidades ecológicas” (DONNE, 1979, p.48). A autora analisa essas unidades ecológicas, denominadas “ilhas étnicas”, como intensas colaboradoras na dinâmica da economia e na evolução citadina, contribuindo para a expansão urbana.

O agrupamento nas cidades existe para que os homens possam exercer melhor certas formas de atividades. Essas atividades representam as funções da cidade justificando sua existência e evolução e, através delas, permitir que seus usuários possam granjear recursos necessários para a própria sobrevivência. Vale salientar, porém, que essa tendência à aglomeração humana é algo mais do que a junção de amontoados de seres humanos individuais e de conveniências sociais agrupados num conjunto de atividades – comerciais, industriais, de lazer, culturais – e que se encontram unidos por uma simples coincidência espacial. O conceito de cidade vai muito além disto: “A cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza humana” (PARK, 1979, p. 26).

Ao ser elaborado esse produto da natureza humana, com suas várias características diferenciadas e diversificadas, percebe-se que cada meio urbano é um espaço que tem uma dinâmica ambiental própria e única, resultante de uma interação entre o ambiente natural e o ambiente construído, cuja harmonia deve ser intrínseca e não extrínseca. Isso não confere à cidade autonomia nem isolamento, mas apenas especificidade.

Em busca de uma especificidade, esse estudo leva à análise das contradições inerentes ao processo de produção de uma cidade e, para isso, tomamos como caso específico um local pré-determinado, a saber, João Pessoa, capital do estado da Paraíba, localizada na mesorregião da Mata Paraibana, tendo posição geográfica: Latitude S.– 7° 06’ 59’’ e Longitude W. Gr 34° 51’ 47’ e abrangência territorial de 210,8 km². Seus limites estão assim configurados: Bayeux (6km) e Santa Rita (12km) ao oeste; Conde (16km) ao sul; Cabedelo (18km), ao norte e o oceano Atlântico à leste.

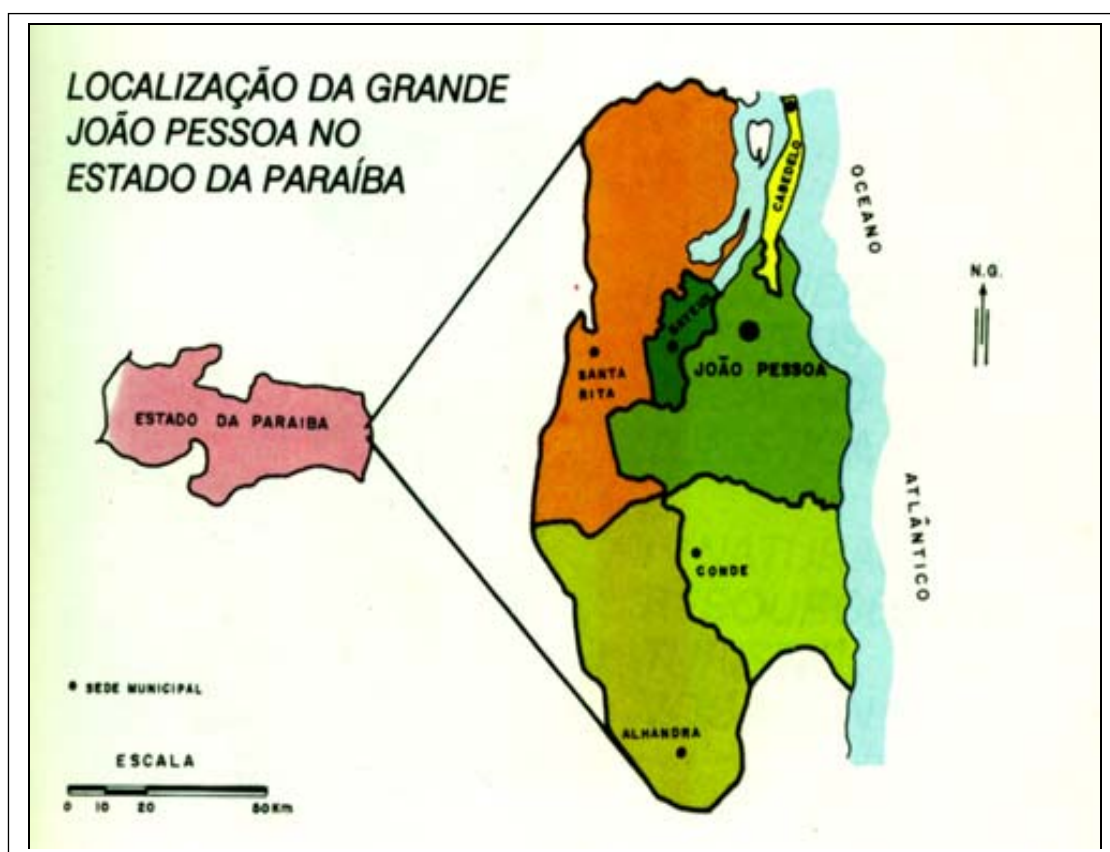


Figura 1: Mapa de localização do município de João Pessoa – Pb
Fonte: PMJP (2002)

O seu contingente populacional é de 597.934 habitantes distribuídos entre 279.476 do sexo masculino e de 318.458 do feminino, sendo ainda formado por 38,5% de jovens e

crianças, 53,3% de adultos e 8,2% de pessoas idosas. Dentre esse número total de habitantes, 15%, ou seja, 88 mil pessoas, têm alguma deficiência física. (IBGE 2001).

A cidade de João Pessoa chega a ter na sua constituição territorial 65 bairros cujas denominações remontam à sua história e cujos limites foram definidos pela Prefeitura Municipal (PMJP).

Com a finalidade de consolidar este exame, consideramos conveniente resgatar a história recente da cidade para uma efetiva compreensão dos caminhos históricos, geográficos e políticos percorridos até chegar à forma atual de expansão urbana, procurando compreender essa dinâmica no decorrer do tempo.

Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos [...]. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas (LEFEBVRE, 1969, p.48).

A produção da cidade moderna consolida-se no início do século XIX quando, a então cidade da Parahyba¹⁷, contava apenas com 3.000 habitantes, alcançando a cifra de 9.000 moradores em 1851 (AGUIAR & OTÁVIO, 1985).

Entre 1920 e 1924 ocorre uma reurbanização promovida pelo então prefeito Walfredo Guedes Pereira. A cidade tinha 40 mil habitantes e o seu crescimento esbarrava entre as turbulentas águas do rio Sanhauá e a paisagem natural da Lagoa dos Irerês (Foto 1). Estas “barreiras” naturais impediam a expansão da cidade fazendo com que ao se observar a urbanização como um todo, percebia-se claramente que a cidade se mantinha secular, circumspecta, circunscrita. Com a “urbanização” da Lagoa, ocorreu o estímulo ao fenômeno da urbanização favorecendo, em princípio, a construção de um novo espaço público de circulação, a avenida Cruz das Armas. Esta possibilitou a ligação da cidade com as áreas ao

¹⁷ Nome adotado após a expulsão dos holandeses que a ocuparam de 1634 a 1654 e que, durante esse domínio, a denominaram Frederica /Frederkstadt.

limítrofe sul e com a rodovia BR –101 em direção à cidade de Recife- PE, promovendo, assim, um eixo de circulação. (SILVEIRA, 1996).

Em 1930, o nome da cidade da Parayba foi mudado para João Pessoa em homenagem ao então presidente da Província: João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque.

Na década de 1940, a Lagoa do Parque Solon de Lucena era o limite natural da cidade e, até então, considerado um entrave em direção às praias. À medida que se venciam mais esta barreira natural que obstruía a expansão urbana, há um estímulo à urbanização dos espaços tradicionalmente desocupados nas faixas periféricas, originando novas ruas a exemplo da Avenida Getúlio Vargas e outras adjacentes, garantindo o crescimento da cidade no sentido leste.



Foto 1 – A Lagoa na década de 1920, antes da urbanização.

Fonte: Acervo PMJP (2000)

O núcleo urbano começou a apresentar sinais de crescimento com a abertura de novos caminhos e implantação de novas formas de transportes. Nas palavras de Leal (2001, p.217):

João Pessoa, por exemplo, pretendia fazer a ligação de uma estrada que, partindo da Lagoa, terminaria na orla. Iniciou a obra, porém, com duas modificações: não querendo mutilar a Praça da Independência¹⁸, iniciou-se depois do logradouro; na descida do Vale do Jaguaribe (ao lado do Esporte Clube Cabo Branco) fez um pequeno desvio, a fim de evitar a derrubada de um dos palacetes, ainda hoje existentes no início da Avenida Cabo Branco.

A abertura da Avenida Epitácio Pessoa unindo o centro, particularmente a Lagoa à praia, expandiu a cidade na direção de Tambaú e, conseqüentemente, possibilitou a incorporação efetiva das faixas litorâneas.



Foto 2 - Finalização das obras na Av. Epitácio Pessoa durante o governo de Argemiro de Figueiredo.

Fonte: Acervo Humberto Nóbrega

Em 1952, a supracitada avenida foi pavimentada com paralelepípedos proporcionando a formação de novos bairros como Tambauzinho, Miramar, Cabo Branco e Manaíra, definindo a expansão para o leste. Laviéri & Laviéri (1992) argumentam que, nesse período as classes de maior poder aquisitivo abandonaram o centro da cidade para se instalar no Bairro Miramar e, paulatinamente, na orla marítima. Este fato faz-nos reportar à teoria de Homer

¹⁸ Praça da Independência, vasta e excelente área arborizada (70.000m²), inaugurada em 1922 durante as comemorações que assinalaram os cem anos da independência brasileira.

Hoyt ¹⁹ a qual defende que uma cidade se divide em setores basicamente triangulares, quase como as fatias de uma pizza, e destaca que: “na consideração do crescimento de uma cidade, o movimento da área de altas rendas é, num certo sentido, o mais importante, porque tende a arrastar consigo o crescimento da cidade inteira na mesma direção” (Hoyt apud EUFRÁSIO, 1999, p.209).

Ao delimitar os setores da cidade, Hoyt expressa claramente a dinâmica do desenvolvimento urbano e esclarece:

[...] se um setor de uma cidade se desenvolve primeiro como uma área residencial de baixas rendas, ele tenderá a reter esse caráter por longas distâncias na medida em que o setor se expande através do processo de crescimento da cidade. Por outro lado, se uma área de altas rendas vem se estabelecer em outro setor da cidade, ela tenderá a crescer ou se expandir dentro desse setor e novas áreas de alto padrão tenderão elas próprias a se estabelecer na extensão externa do mesmo setor. (Hoyt apud EUFRÁSIO, op. cit., p. 210)

Embora observe-se na cidade a presença de aglomerados subnormais em áreas nobres, a exemplo dos Bairros São José, em Manaíra, essa simbiose somente vem a confirmar que “Nesta dinâmica de desenvolvimento são especificadas áreas naturais socialmente caracterizadas, que permitem dar relevo às relações entre aspectos espaciais e estrutura social” (DONNE, 1979, p.43).

¹⁹ Um dos integrantes da Escola de Chicago, que tinha como base a questão urbana relacionada à problemática da cidade onde se observava certas regras de crescimento através da densidade da população e de sistemas de valores e comportamentos, além de manter uma vertente ecológica.



Foto 3 – Vista aérea dos bairros Manaíra e São José.
Fonte: Acervo Eduardo Rodrigues Viana de Lima (2003).

A ocupação na direção sudeste começou a efetivar-se a partir de 1963 e foi fruto de uma política pública de caráter nacional conhecida como “Integração Nacional”. Vencendo mais uma “barreira” natural, neste caso o Vale do Jaguaribe, essas intervenções federais possibilitaram a implantação do Anel Rodoviário²⁰ objetivando o “escoamento de mercadorias do Porto de Cabedelo, que até então se dava apenas pela via ferroviária” (Laviéri & Laviéri, 1992, p.10) e ainda a implantação do Distrito Industrial e do Campus Universitário da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), importantes pólos de trabalho, contribuindo, assim, para a expansão urbana na direção sul.

Com a implantação do regime militar de 1964 e a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), houve um incentivo à construção de conjuntos habitacionais, tendo como principais critérios o custo do terreno, a

²⁰ Cruzamento da BR 101, que dá acesso às cidades do interior paraibano e às capitais da região, e a BR 230 que tem início na cidade de Cabedelo cortando todo o estado no sentido leste-oeste, além de ser o km 1 da Transamazônica.

distância do centro urbano, o custo da infra-estrutura e a existência de obstáculos naturais ou técnicos que afetassem diretamente a obra. (DIEB, 1999).

A construção do Conjunto Castelo Branco, em três etapas (1969, 1970 e 1974), próximo ao Campus Universitário da UFPB e do Vale do Jaguaribe, foi o primeiro de uma série de construções tais como: Conjunto dos Bancários, próximo ao rio Timbó (1980); Conjunto Mangabeira, margeando o rio Laranjeiras e construído em oito etapas, sendo a primeira em 1983 e a oitava em 1998, impulsionando a ocupação para além da faixa que contorna o trecho sudeste do anel rodoviário e denotando a real intenção dos planejadores em direcionar o crescimento da cidade para ocupação de uma área litorânea ainda não atingida. A pretensão do Estado de acelerar a expansão urbana nesta direção torna-se mais evidente ainda com a construção do conjunto habitacional Valentina de Figueiredo em 1985, transpondo o rio Cuiá. (cf. MAIA, 2000).

Nas décadas de 1970-1980 foram construídos 16 conjuntos habitacionais na cidade, entre eles o Costa e Silva (1971), Ernani Sátyro (1977), José Américo e Ernesto Geisel ambos em 1978, Cristo Redentor (1981) e Bairro das Indústrias (1983), que contribuíram para o adensamento da porção sul-sudoeste da cidade, provocando uma dilatação no tecido urbano e imprimindo “uma outra cidade e um outro padrão de crescimento distinto daquele vigente em João Pessoa até os anos 60 [...]” (MAIA, 2000, p.25). Nesse período, tendo como uma das principais causas a conjuntura econômica com crescente desemprego e miséria, a cidade revestiu-se de habitações subnormais situadas em áreas de risco e áreas de preservação, tais como, encostas, vales e aterro de mangues. O socialmente desprivilegiado pode argüir que o espaço ocupado por ele, em áreas correspondentes às que deveriam ser preservadas, é resultado de uma política pública deprimente e carente de revisão. Em contrapartida, o descaso com o meio ambiente é mais perceptível ainda à medida em que shoppings centers e loteamentos inteiros surgem, invadindo espaços anteriormente ocupados por mangues. A

reflexão não pode ser resguardada em detrimento de uma questão social existente pois, quando o social e politicamente privilegiado ocupa este tipo de espaço ambiental o seu argumento torna-se frágil, afinal é evidente que seu posicionamento é voltado puramente para um favorecimento econômico estritamente pessoal, em detrimento da preservação da natureza, acarretando, conseqüentemente, prejuízo a toda uma sociedade. (Foto 4).

O novo reordenamento da malha urbana e o conseqüente processo de periferização da cidade apresentam uma tendência de expansão em sentido tipo radial, obedecendo mais ou menos a mesma lógica cuidadosamente tratada por Singer (1978, p. 07) que denota uma expansão do centro principal da cidade e, com isso, deslocando os habitantes dos bairros centrais, considerados bairros de elite, para a periferia da cidade, no caso, a faixa litorânea.

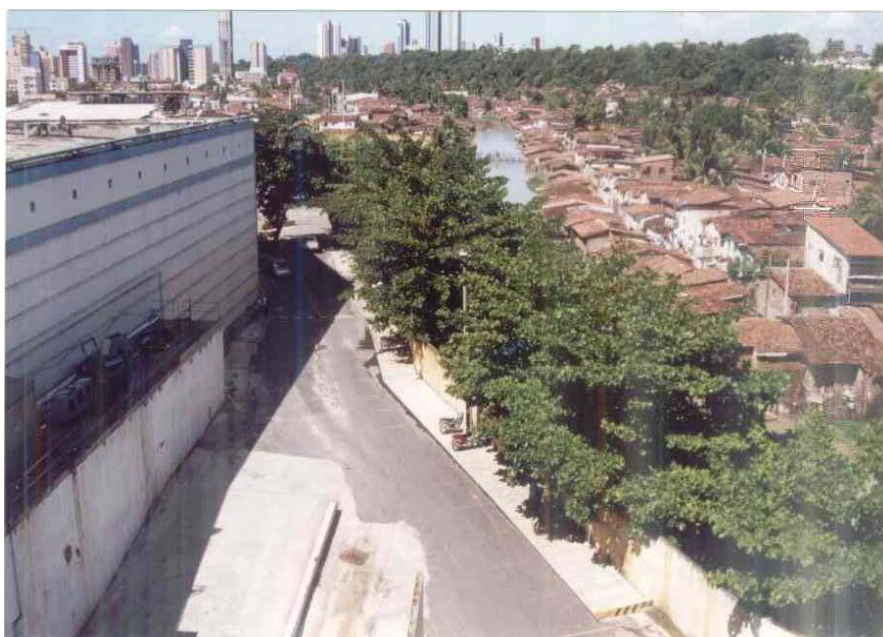


Foto 4 – Lateral do Shopping Manaíra vendo-se o rio Jaguaribe e trecho do bairro São José.
Fonte: André Witer e Breno de Sousa (2004).

Financiados pelo SFH (Sistema Financeiro de Habitação), através do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), os espaços litorâneos de Cabo Branco e Tambaú foram ocupados.

No início da década de 1970, a abertura da Avenida Argemiro de Figueiredo, foi o incentivo para a urbanização da praia do Bessa, embora esta apresentasse uma mata de restinga coberta por cajueiros nativos e coqueirais.

Para interligar o litoral Norte ao Sul, uma via litorânea foi criada na década de 1980 e é atualmente o principal eixo da expansão urbana até os limites com o Município de Cabedelo.

A partir de 1990, a urbanização intensifica-se a ponto de, no recenseamento de 1991, o município de João Pessoa ser considerado totalmente urbano, embora ainda se perceba na cidade áreas remanescentes com características rurais. (cf. MAIA, 2000).

Quadro 1. Demonstrativo da população urbana e rural do município de João Pessoa – 1970, 1980, 1991 e 2000.

1970		1980		1991		2000	
Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
135.876	1.035	335.205	3.424	497.314	0	597.934	0

Fonte: Censo (IBGE, 1970, 1980, 1991 e 2000)

A tendência atual de crescimento tende a permanecer por um certo período de tempo, pois em João Pessoa existem limites naturais, tais como os manguezais do rio Paraíba, ao

norte, o Oceano Atlântico, a leste, e o rio Sanhauá e os limites das cidades de Bayeux e de Santa Rita, a oeste, impedindo o crescimento territorial da cidade nestas áreas.



Foto 5 – rio Sanhauá
Fonte: Acervo PMJP (2000)

Em contrapartida, devido às conveniências pessoais e interesses econômicos, “os empresários de imóveis podem desviar a direção do crescimento residencial de alto padrão” tendendo a controlar a distribuição dos habitantes do espaço urbano. (Hoyt apud EUFRÁSIO 1999, p.221). Afinal, a população de alta renda de uma cidade não divaga a esmo na marcha do seu deslocamento, ela caminha num percurso demarcado numa ou mais zonas da urbe promovendo o crescimento territorial e conseqüente expansão do tecido urbano.

O crescimento urbano alcançado nos últimos tempos, obviamente, trouxe um desgaste para a cobertura vegetal presente na cidade, pois, a “cidade verde”, arborizada com uma suposta ocupação pouco densa do seu espaço urbano e que, no dizer de José Américo de Almeida, “apresenta uma feição mais vegetal do que urbana” parece estar desaparecendo.

indispensável é se conceituar *espaços verdes* como toda área urbana ocupada por qualquer tipo de vegetação e que tenha um valor social (bosques, campos, matas, jardins, alguns tipos de praças e parques) e *áreas verdes* referindo-se aos mesmos elementos mencionados anteriormente e ainda acrescentando qualquer área onde exista vegetação. Podemos afirmar, portanto, que a denominação utilizada não é precisa, pois nem todas as praças são áreas de lazer, precisando ser tratadas, ajardinadas, para somente então exercer um papel social. Nesse caso, o melhor termo, segundo o autor, para esse tipo de situação seria *espaços livres públicos de lazer e/ou conservação*.

Quanto às áreas verdes públicas urbanas ou, no dizer de Macedo (1995), *espaços livres públicos de lazer e/ou conservação*, a cidade de João Pessoa é portadora de complexidade e diversidade simbólica, que expressam referências culturais e ambientais relevantes para a memória e identidade coletiva. Entretanto, a cidade é carente em áreas verdes públicas tratadas, tais como praças ou outras que permitam acesso público. Excluindo-se as áreas de preservação e os vales, a cidade só possui 0,73 m² de área verde tratada (DIEB, 1999), quando, como vimos anteriormente, o recomendado é 12 m²/hab. para as áreas urbanas.

Quando se considera a problemática urbanística contemporânea é preciso também fazer referência a lugares da cidade cuja ambiência e paisagens naturais estão determinadas pela presença de jardins, parques, praias, entres outras belezas naturais, ruínas e complexos de monumentos que qualificam culturalmente o espaço urbano.

A cidade pode parecer extremamente verde, em especial, quando se aponta para os seus parques e resquícios da Mata Atlântica. Para que se possa entender a presença desses pontos naturais na cidade, destacaremos os principais: Mata do Buraquinho, Parque Arruda Câmara, Parque Solon de Lucena e o Parque Natural Municipal Lauro Xavier (em implantação).

Mata do Buraquinho:



Foto 6 – Vista aérea de João Pessoa destacando-se a Mata do Buraquinho.
Fonte: site www.joaopessoa.com.br, acessado em fevereiro de 2004.

Conforme Aguiar (2002), em 1856, a área da atual Mata do Buraquinho, então denominada Sítio Jaguaricumbe, aparece pela primeira vez no Registro de Terras Possuídas, com os seus limites "pelo poente" até o Palácio da Redenção, atingindo também os arredores da antiga Lagoa, onde hoje fica o Parque Solon de Lucena.

No decorrer dos anos, houve uma acentuada redução de sua área, principalmente por vendas ou desapropriações, até que, em 1907, em plena fase do urbanismo sanitarista brasileiro, o Estado adquiriu estas terras para dar início ao Projeto de Saneamento e abastecimento de água pela Parahyba Water Company, que já era dona do Sítio Jaguaribe de Baixo, vizinho ao citado Sítio Jaguaricumbe.

O serviço de abastecimento de água da cidade foi inaugurado em 1912 e as caldeiras eram alimentadas pela lenha oriunda da própria mata.

No ano de 1939, com o crescimento urbano, houve a necessidade de reforçar a oferta de água potável para o abastecimento, o que levou à aquisição da propriedade localizada à

margem direita do Rio Jaguaribe, a Propriedade Paredes. Esta anexação permitiu a construção da barragem, que foi inaugurada em 1940.

Em 1957, o Estado doou à União 166 hectares da Mata do Buraquinho para a implantação de um Horto Florestal de conformidade como o Acordo Florestal da Paraíba, celebrado entre o Serviço Florestal e o Governo da Paraíba desde 1951. O objetivo inicial desse Horto era a produção de mudas de essências florestais, com ênfase nas espécies nativas.

Na década de 1970, a Mata do Buraquinho recobria uma extensão aproximada de 565 hectares, dos quais uma razoável parte foi desmembrada e cedida para a construção do Campus da Universidade Federal da Paraíba.

Em 1989, através do Decreto Federal n.º 98.181, os 471 hectares restantes foram declarados Área de Preservação Permanente ficando, em parte, sob a responsabilidade do antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF (atual Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA) e 305 hectares permaneceu sob o controle da Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba (CAGEPA).



Foto 7 – Manancial presente no Jardim Botânico Benjamim Maranhão
Fonte: Acervo PMJP (2000).

A Mata do Buraquinho, extensa área verde situada no conglomerado urbano, contando com uma área de 471 hectares de preservação permanente é, portanto, também reserva de grandes mananciais da cidade e encontra-se delimitada tanto por ruas de tráfego leve quanto por avenidas e rodovias de tráfego pesado. No sentido sudoeste, margeia ruas limítrofes dos bairros de Jaguaribe, Rangel e Cristo. No sentido norte-nordeste, a Mata é margeada pela Avenida Dom Pedro II, no bairro da Torre e pela rodovia BR-230, a sudeste.

Recentemente, o Governo do Estado da Paraíba assumiu a responsabilidade da criação e implantação do Jardim Botânico de João Pessoa - PB. Em 28 de agosto de 2000, foi assinado o Decreto n.º 21.264 da criação do Jardim Botânico, e constituído o Grupo de Trabalho para elaborar o planejamento estratégico para a implantação do mesmo. A área escolhida compreende justamente a que é servida pela Av. Pedro II, onde de um lado está a Mata e do outro o bairro da Torre, no perímetro que inicia no terreno que ocupa a SAELPA (Sociedade Anônima de Eletrificação da Paraíba). No ponto onde há o contato direto da Mata com o bairro da Torre através da via D. Pedro II, até a margem esquerda do rio Jaguaribe.

O Parque Arruda Câmara (PAC), criado em 1922 e conhecido como “Bica”, apresenta-se como elemento apaziguador do convívio homem/natureza preservando, em seu interior, uma das mais antigas matas da capital e servindo como banco genético para a criação de espécies em extinção, caracterizando esta área como um patrimônio natural de inestimável valor ambiental dentro das rígidas estruturas da cidade.

Além de conter em seu interior uma área remanescente da Mata Atlântica e diversos riachos, possui significativo acervo histórico representado pela fonte de Tambiá, monumento tombado em 1941 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Arquitetônico Nacional (IPHAN). O parque passou à categoria de zoobotânico em 1999, ao adequar-se às normas previstas pelo



Foto 8 – Parque Arruda Câmara
Fonte: Acervo Niedja Lemos (2002).

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) incluindo, também, atividades de educação e sensibilização ambiental junto aos freqüentadores. A importância do PAC, com sua área total de 17 hectares, fica evidente na medida que se caracteriza como um ambiente onde os indivíduos podem, através da fruição de sua paisagem e contato com diferentes ecossistemas, obter alívio das tensões geradas pela vida estressante e competitiva, característica da sociedade atual. Sua importância também fica evidenciada ao se observar a relevância dessa área como local de convergência de distintos grupos sociais, realizando atividades comemorativas, turísticas, culturais, de lazer, entre outras.

Parque Solon de Lucena:

A área onde atualmente se situa esse parque era uma propriedade pertencente aos jesuítas no século XVII. Posteriormente, foi adquirida pelo português Vitorino Pereira Maia, que ali construiu sua residência. A propriedade correspondia a um terreno alagadiço constituindo um grande empecilho para o crescimento urbano no sentido leste. (DUARTE, 1985). Na gestão do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924), deu-se início à urbanização da área que provocou uma devastação da mata original, tendo sido plantadas em seu lugar palmeiras imperiais e outras espécies. Na administração de Argemiro de Figueiredo (1935-1940) plantaram-se árvores, construiu-se a fonte luminosa e o restaurante Cassino da Lagoa.



Foto 9 - Parque Solon de Lucena na década de 1940, vendo-se ao fundo o Cassino da Lagoa²¹. Fonte: Acervo PMJP (2000).

²¹ Segundo o arquiteto Mário Di Lásio, o cassino foi construído para mascarar a aparência desagradável da casa de máquinas da fonte (DIEB, 1999, p. 99).

Com a urbanização, o Parque torna-se, a partir de 1945, espaço para residências, à época considerado de alto padrão, e lugar de importantes eventos sociais e políticos. Na década de 1950, eram comuns o hábito do passeio ao redor da Lagoa, encontros de jovens, desfiles de “corso” durante o carnaval, corridas de automóveis, regatas e jogos.

Como resultado da dinâmica urbana, o Parque Sólon de Lucena localiza-se, atualmente, em ponto central e privilegiado da malha urbana. O Parque, popularmente conhecido como Lagoa, é uma área verde pública, circundada por dois anéis asfálticos abrangendo área de 15,4 ha, integrando vários espaços distintos: lagoa, gramados, jardins, ilhas de entretenimento e vias públicas, perfazendo um total de doze trajetos, que desembocam no círculo de tráfego e de pedestre. Numa cidade de aproximadamente 600 mil pessoas, torna-se pertinente apontar que, segundo a Secretaria de Transportes (STTrans), neste espaço urbano circulam, diariamente, cerca de 90 mil transeuntes, 420 ônibus fazendo, em média, 10 paradas diárias no local e, nos horários de maior movimento passam pela Lagoa 2.500 veículos pequenos/hora.



Foto 10 – Vista aérea do Parque Sólon de Lucena

Fonte: Acervo PMJP (2000).

Esse espaço, que em princípio era um ambiente de lazer, gradativamente se tornou também comercial, mantendo dez ilhas de quiosques com quatro barracas em cada uma. Recentemente, foi construída mais uma ilha e algumas barraquinhas padronizadas de madeira, totalizando quarenta e seis pontos comerciais, oficialmente instalados na área interna da Lagoa. A realidade, porém, mostra a presença de número incontável de pequenos ambulantes, vendedores de cartões telefônicos, frutas, alimentos, raízes medicinais e outros, além do comércio de automóveis e motocicletas.

A parte paisagística apresenta 162 palmeiras imperiais (*Roystonea oleracea*) e 377 outras plantas tais como: arbóreas, exemplificadas em ipês amarelos (*Tabebuia crysostricha*) e frutíferas representadas por mangueiras (*Mangifera indica*) e oitis (*Moquilea tomentosa*). Observa-se, ainda, a presença de exemplares da avefauna brasileira como: lavandeira (*Fluvicola climazura Vieil*), sabiá (*Turdus leocomelas*), bem-te-vi (*Megarynchus pitangal L.*), como também, beija-flores, andorinhas, rolinhas (*Columbina talpacoti*) e sibitos (*Coereba flaveola*).

Trata-se, portanto, de um espaço que merece plena atenção de governantes e usuários, haja vista que tem desenho significativo no tecido urbano, destaque na morfologia da urbe, provocando intenso interesse coletivo pela sua ambiência.

Parque Natural Municipal Lauro Xavier

Técnicos da Prefeitura Municipal estão analisando área onde se pretende criar um parque cujo nome provisório é Parque Natural Municipal Lauro Pires Xavier. Este não será tão somente uma reserva ecológica destinada aos moradores dos bairros de Tambiá e do Jardim 13 de Maio, mas uma referência para o Município, pois localiza-se no centro da cidade, nas proximidades do Hospital Santa Isabel, e conta com aproximadamente 25,33ha.



Foto 11: Área do futuro parque localizada em trecho do bairro Tambiá.

Fonte: Acervo Jacy do Egito (2004).

O principal objetivo para a criação desse parque reside na proteção e recomposição da fauna e flora do local além da recuperação e preservação dos trechos de Mata Atlântica e demais ambientes da área, como brejos e as três nascentes do Rio Tambiá, melhorando a qualidade do rio e a drenagem das áreas circunvizinhas. Desta maneira, o fluxo de indivíduos e espécie, que foi interrompido com a fragmentação da mata, poderá ser reativado.



Foto 12: Área do futuro parque localizada em trecho do bairro Treze de Maio.

Fonte: Acervo Jacy do Egito (2004)

Além das áreas apresentadas, a cidade de João Pessoa conta com outras grandes manchas verdes urbanas tais como: Mata da Graça, Mata do Polo Turístico do Cabo Branco, Mata da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Manguezais do Polo Turístico do Cabo Branco e dos rios Mandacaru, Jaguaribe e Sanhauá, além dos vales dos rios Jaguaribe e Timbó. A esses espaços verdes públicos significativos unem-se as vias arborizadas e praças.

Verificando atentamente a localização das praças e parques na malha urbana da cidade, observa-se que, nas áreas centrais e mais antigas, essas são mais freqüentes e mais próximas umas das outras. Une-se a isso, as vias arborizadas como elemento de ligação denotando, assim, uma imensa mancha verde nessa parte privilegiada da urbe.

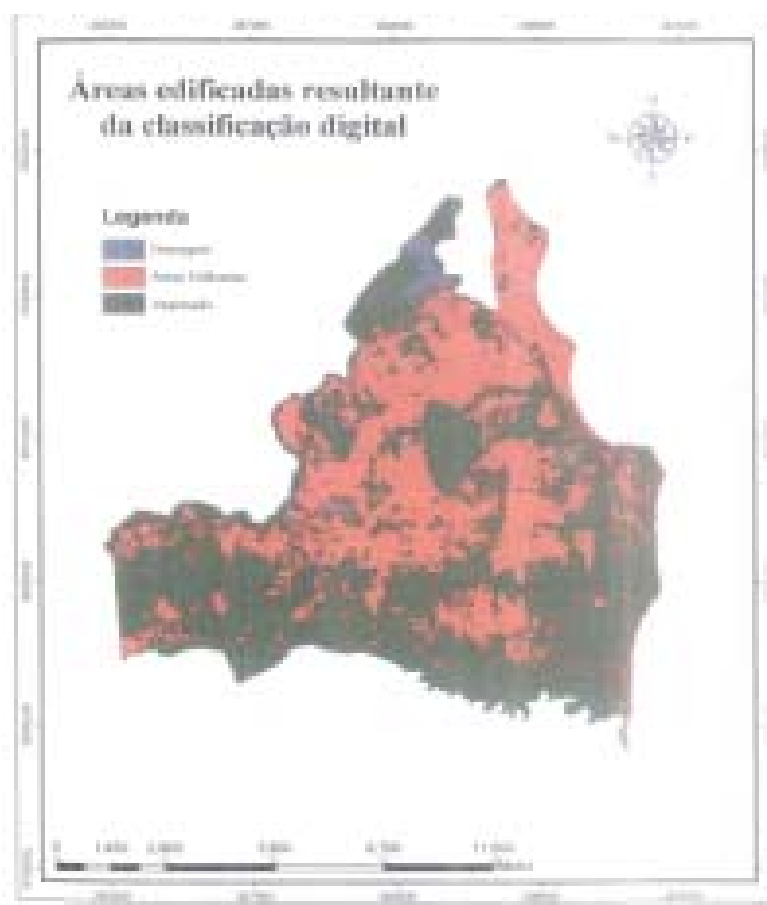
Essas vias arborizadas, praças e parques urbanos já se encontram incorporados à vida da cidade de maneira que sua proteção e manutenção são garantidas por lei e fazem parte do patrimônio cultural do Estado através dos artigos 25, 216, 219, 220, 227 e 228 da Constituição do Estado da Paraíba e também do artigo 39 do Plano Diretor da cidade de João Pessoa, de 1993. Dessa forma, verifica-se que já existe uma preocupação por parte de alguns planejadores e mesmo “construtores” em dotar a cidade de áreas verdes, portanto, com a questão ambiental urbana.

Na cidade como um todo, o potencial paisagístico encontrado nas praças é diferenciado. Por vezes, encontram-se pequenas praças arborizadas com boa conservação e outras bastante deterioradas. Existem casos em que elas têm grandes extensões, mas não apresentam manchas verdes significativas e ainda há que se registrar situação exemplificada pelo Bairro dos Estados, onde a única “praça” existente, não passa de um canteiro localizado em meio ao sistema viário.

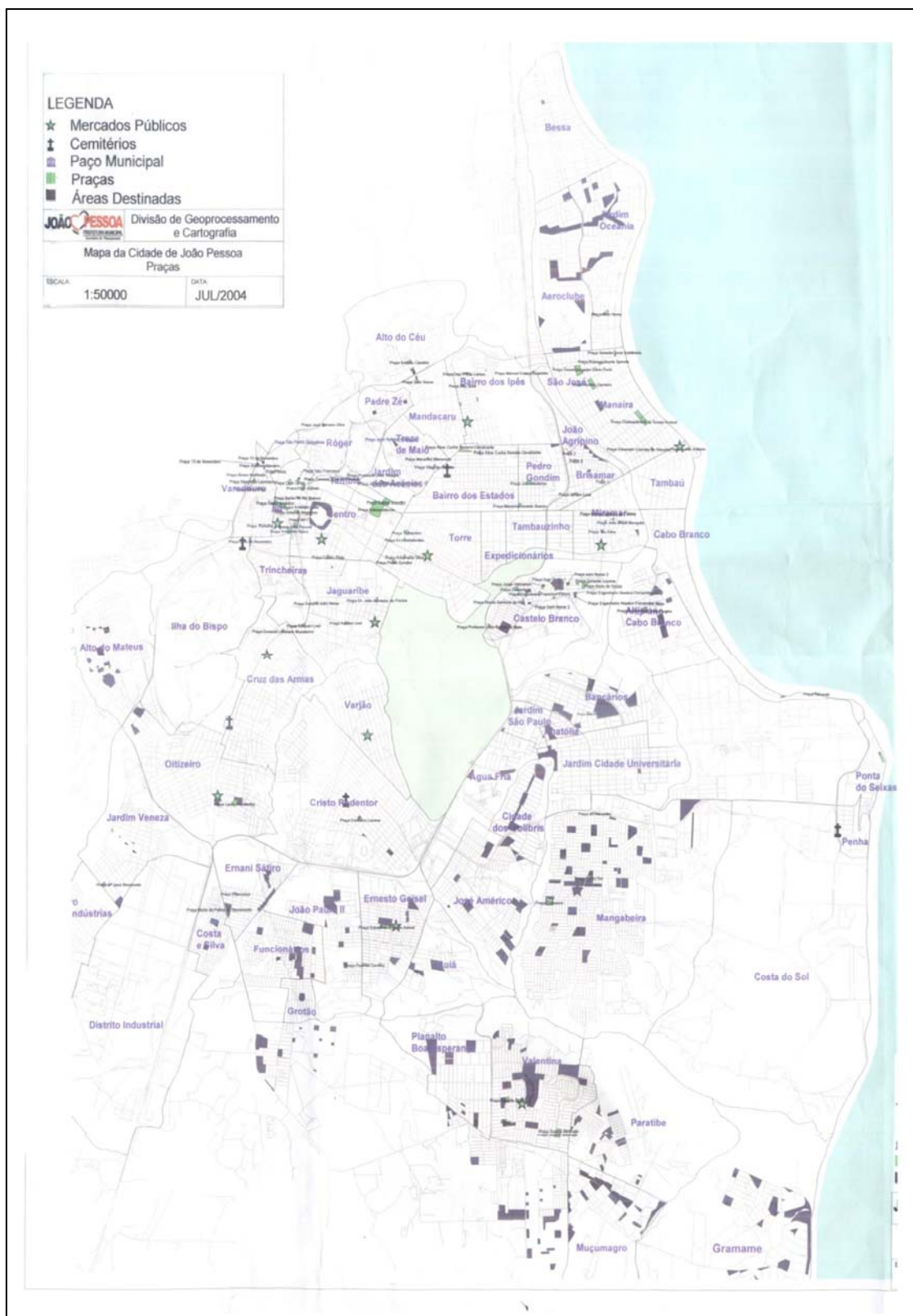
Embora os bairros do Cabo Branco e Tambauzinho tenham sido construídos sem nenhuma previsão para área verde pública, em geral os bairros possuem, pelo menos, uma

praça como é o caso de Altiplano Cabo Branco, Tambaú e Cruz das Armas e, em outros, áreas reservadas para a implantação das mesmas. A realidade, porém, mostra que freqüentemente essas áreas são invadidas por residências e serviços ou são utilizadas como depósito de lixo a céu aberto.

A utilização das áreas verdes de modo indevido leva a uma preocupação pertinente pois “[...] esses espaços públicos não podem sofrer alterações que descaracterizem suas finalidades precípua que visam o lazer e a saúde da população” (MACHADO, 1994, p.151).



MAPA 3 - Áreas edificadas, vegetação e drenagem de João Pessoa – Pb
Fonte: LEPAN – UFPB – Classificação: Uitaiguara N. Borges e Eduardo R. Viana de Lima - 2001



MAPA 4 - Áreas verdes da cidade de João Pessoa- Pb

Fonte: Acervo PMJP – SEPLAN (2003).

O crescimento da cidade, o despreparo dos administradores, o aumento populacional aliados à falta de entendimento sobre a valoração do verde na cidade pelos seus habitantes, que carecem de uma melhor orientação ambiental, levam, por vezes, a ações que interferem em toda a estrutura urbana favorecendo um total processo de degradação ambiental gerando, conseqüentemente, desgaste na qualidade de vida da população.

4. A urbanização e o processo de degradação ambiental em João Pessoa²²

Com o dinamismo de uma cidade de quase seiscentos mil habitantes, João Pessoa ocupa a posição de 26ª maior cidade do país (IBGE, 2001). Este número populacional deu-se principalmente pela migração do homem do campo (êxodo rural) e do homem de cidades de menor porte (êxodo urbano). Na fala de Lefebvre (1969, p. 73):

Nos países ditos “em vias de desenvolvimento”, a dissolução da estrutura agrária empurra para as cidades camponeses sem posses, arruinados, ávidos de mudança; a favela os acolhe e desempenha o papel mediador (insuficiente) entre o campo e a cidade, entre a produção agrícola e a indústria; freqüentemente a favela se consolida e oferece um sucedâneo à vida urbana, miserável e no entanto intensa, àqueles que ela abriga.

A impossibilidade da cidade apreender esta demanda, ocasiona um processo de urbanização com sérios comprometimentos ao meio ambiente e, conseqüentemente, à qualidade de vida da população.

Do ponto de vista ambiental, a ótica populacional denota duas dimensões analíticas, ambas intrinsecamente relacionadas com o aproveitamento ou utilização do espaço geográfico. A primeira delas, trata-se do processo de adensamento urbano que é um dos

²² Os assuntos abordados neste tópico foram exaustivamente debatidos enquanto cursava-se a disciplina ‘Subsistemas Componentes do Sistema Urbano e Impacto Ambiental’, ministrada pelo professor Edson Ribeiro Leite onde se pôde consolidar as afirmações aqui apresentadas.

fatores geradores de problemas ecológicos (esgotamento progressivo da base de recursos naturais) e ambientais (redução da capacidade de recuperação dos ecossistemas). A outra problemática populacional urbana refere-se à questão da distribuição espacial desigual, tanto de recursos naturais quanto das atividades econômicas empreendidas pela população urbana. Tudo isto acaba provocando uma ocupação desordenada do solo na cidade de João Pessoa o que faz com que moradias de baixo padrão ocupem vales, mangues e encostas. A favelização, assim como a ausência de esgotos sanitários e recolhimento de lixo adequado, acabam por provocar a poluição de solos e de rios, além de comprometer a rede de drenagem. A massa de pobreza exacerbada, precariamente instalada e sem vez nem voz, confunde-se com as conseqüências da degradação ambiental.

A este agravante unem-se déficits na infra-estrutura de serviços urbanos, cuja manifestação ambiental mais grave é a carência de saneamento básico. A falta de um sistema de coleta e tratamento de esgotos domésticos que atenda à cidade como um todo, afeta diretamente os corpos d'água da cidade poluindo-os e, em conseqüência disso, difundem inúmeras doenças. Segundo informações da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA (2001), a diarreia, contraída devido à má qualidade da água, é o principal fator de morte infantil no estado da Paraíba. Além da diarreia, a cólera, mesmo nos tempos atuais, ainda é uma das principais doenças relacionadas à falta de saneamento básico, destacando-se também a febre tifóide, hepatite e esquistossomose.

A limpeza urbana, através do recolhimento adequado do lixo, é uma questão sempre relevante e que não pode ser esquecida na pauta de uma boa gestão da cidade. Até bem pouco tempo a cidade ainda contava com "lixão", espaço a céu aberto, para receber os resíduos sólidos, acarretando problemas de contaminação do ar, da água e do solo, favorecendo assim a proliferação de vetores nocivos à saúde humana. No momento, a cidade conta com o sistema de aterro sanitário e com uma coleta seletiva do lixo, ainda incipiente, visando reciclar

materiais do tipo plástico, metais, papel, papelão e vidro, objetivando a reintrodução desses materiais no ciclo econômico. No entanto, a implantação deste sistema de coleta não chega a atingir nem 20% da população da cidade, atendendo apenas aos bairros litorâneos, como Cabo Branco, Manaíra, Bessa, Altiplano Cabo Branco, e o Bairro dos Estados.



Foto 13 – Limpeza pública no Centro da cidade.
Foto: Acervo Jacy do Egito (2003).

O uso maciço do automóvel, transportes coletivos e outros são os grandes responsáveis pela poluição atmosférica, cuja principal fonte é o monóxido de carbono (CO), oriundo principalmente da combustão da gasolina, produzido pela frota de veículos, sendo fatal em doses concentradas e em ambientes fechados. Soma-se a esta problemática ambiental urbana a poluição sonora gerada, principalmente, pelos meios de transporte (urbano e aéreo), pelos apelos comerciais, atividades comerciais e de serviços, eventos específicos, onde o som é utilizado em grande amplitude, e ainda por atividades noturnas e industriais específicas.

Uma outra problemática ambiental apresentada na cidade diz respeito à poluição das águas. A legislação em vigor define poluição hídrica como sendo “qualquer alteração nas características físicas, químicas e /ou biológicas das águas, que possam constituir prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar da população e, ainda, possa comprometer a fauna ictiológica e a utilização das águas para fins comerciais, industriais, recreativos e de geração de energia” (Alves apud SILVA, 2002, p.25). Esta legislação assume o caráter disciplinador das diversas atividades que possam vir a comprometer a qualidade dos corpos de água e se expressam nos níveis federal, estadual e municipal, com o objetivo específico de regularizar o uso e aplicação das águas, em especial, urbanas.

A ocorrência desse fenômeno dá-se devido à adição de substâncias ou formas de energia modificando o meio que, direta ou indiretamente, alteram a natureza de seu corpo de água, de forma a prejudicar seu uso. Esse prejuízo não se refere apenas ao indivíduo, mas também à biota aquática, às atividades sociais e econômicas, aos recursos naturais, aos acervos históricos, culturais e paisagísticos.

A água sempre foi um recurso estratégico à sociedade humana. As grandes civilizações do passado e do presente sempre dependeram da água para sua sobrevivência e desenvolvimento cultural e econômico. A ascensão e subsequente queda dessas civilizações estão intimamente relacionadas ao uso e abuso da água. A aplicação que se tem feito dela para abastecimento público, agricultura, transporte, recreação e turismo, disposição de resíduos, indústria, entre outros, tem sido a principal causa de sua poluição e dos conflitos que a envolvem.

Mesmo dependendo da água para sua sobrevivência e para o desenvolvimento econômico, as sociedades humanas vêm poluindo e degradando este recurso hídrico, tanto as águas superficiais quanto as subterrâneas.

Segundo Wellcomme (1985) os rios são sistemas lineares que fluem as águas que se

precipitam sobre as massas continentais e seguem superficialmente para os oceanos. Estes sistemas, entretanto, não são isolados. São sistemas abertos que refletem todos os eventos, naturais ou não, que ocorrem nas bacias hidrográficas. As águas correntes dos rios apresentam contínuos arrastes de material tanto orgânico como inorgânico das nascentes até a foz. Portanto, todos os eventos que ocorrem em toda a extensão da bacia hidrográfica modificam as condições dos ambientes aquáticos e também a qualidade da água.



Foto 14 – Comunidade próxima ao rio Jaguaribe.
Fonte: Acervo de Marco Antônio Suassuna Lima (2003)

A população parece ter perdido a memória dos antigos usos e funções que se estabeleciam com a água, inclusive sua função social. Aos poucos os rios e lagoas, inseridos no tecido urbano, foram sendo afastados do cotidiano das populações e o olhar que atualmente se lança sobre eles é um olhar sobre algo distinto do entorno, por vezes encarado até como um obstáculo a ser vencido.

A contaminação das águas pode dar-se de várias formas por meios biológicos e por agentes químicos e físicos. A contaminação biológica é devida a micróbios carregados para a água por animais infectados e/ou doentes, a excrementos humanos e animais, e também por contaminação hidrofecal. A contaminação química dá-se devido ao uso de produtos tóxico/venenosos e, por vezes, radioativos.

A água no espaço urbano aparece como fator de saúde e de desenvolvimento econômico provocando ações estruturais através das obras realizadas no local, efetuadas pelos planejadores, assim como embasada em uma legislação vigente que fiscaliza o uso e não uso da água em questão. Todo esse controle existe com o objetivo de mediar a relação espaço urbano-água.

Problemática encontrada na urbe estudada refere-se à poluição estética – visual, olfativa, auditiva. Esse tipo de poluição representa importantes fontes de tensão perceptiva, com graves efeitos inclusive sobre a saúde, no entanto, de difícil mensuração pelos aspectos subjetivos que envolvem a questão.

Outro aspecto relevante do problema ambiental na cidade está associado à frequência e intensidade de catástrofes naturais, especialmente as causadas pelas chuvas (enchentes, inundações, desabamentos, deslizamentos), em virtude da intensificação dos processos erosivos devido à destruição de áreas verdes, inadequada ocupação das áreas urbanas (encostas, mangues, proximidade de rios, etc.), acúmulo de lixo e deficiências na rede de drenagem. (Fotos 15 e 16).



Foto 15



Foto 16

Enchentes ocorridas na cidade depois das chuvas de janeiro de 2004.
Fonte: Acervo André Witer e Breno de Sousa.

Por fim, e não menos importante, a cada dia novas áreas são desmatadas ou destruídas sem que haja um planejamento para atenuar esse tipo de ação pois, a Mata Atlântica²³, por exemplo, embora de suma importância para a biodiversidade faunística e florística da cidade e até mesmo de todo o estado, está quase que totalmente aniquilada, restando muito pouco a preservar. Esse desmatamento gera diversos problemas que pode afetar diretamente a cidade, como alterações no clima, aumento da poluição, desconforto ambiental e minimização da

²³ Projeto de Lei sob o n.º 3.285 de 1992, que regulamenta o uso e a conservação da Mata Atlântica tramita na Câmara dos Deputados durante anos por falta de definição sobre o que é Mata Atlântica, comprometendo toda a luta de mais de uma década pela conservação do Bioma. Para evitar que essa discussão se prolongasse prejudicando a proteção deste bioma, o projeto de lei trouxe a idéia de ecossistemas atlânticos, dando destaque ao texto constitucional que determina proteção especial ao patrimônio nacional Mata Atlântica, Serra do Mar e Zona Costeira (art.225, § 4º CF/88).

No que se refere aos remanescentes florestais de Mata Atlântica em áreas urbanas ou metropolitanas, o avanço nas negociações deu-se no estabelecimento de limites percentuais à supressão de vegetação em estágio médio e avançado de regeneração, além das restrições para a supressão de vegetação que abrigue espécies em extinção, proteja mananciais, entorno de unidades de conservação, conecte remanescentes em estágio avançado de regeneração ou proteja área com excepcional valor paisagístico. (www.matatlantica.com.br - acessado em 14 de agosto de 2004).

qualidade de vida dos habitantes.

Um ponto não muito destacado, mas de profunda importância, é a ausência dos princípios de educação ambiental, inserido como um dos principais aliados na ajuda à comunidade, para a proteção do verde. A desinformação e o desconhecimento sobre a utilização e conservação adequada dos recursos naturais e espaços verdes públicos existentes efetivam-se como um dos grandes problemas, reforçando e contribuindo para o aumento da devastação e descaso das áreas verdes e daquelas de proteção ambiental o que leva a acarretar uma redução na qualidade de vida e bem-estar da população.

Assim, entendemos que a ação dos técnicos em planejamento e também daqueles que “constróem” a cidade é em grande parte responsável, tanto pelas implementações de áreas verdes, como também pela existência dos problemas ambientais. Portanto, averiguar qual a compreensão dos profissionais, sujeitos dessa pesquisa, sobre essas questões é o nosso principal objetivo, portanto, faremos inicialmente uma apresentação da discussão sobre as políticas urbanas que fundamentam as ações dos planejadores e também dos “construtores da cidade”.

III. MARCOS DE DECISÕES: POLÍTICAS PÚBLICAS URBANAS

*[...] alguma coisa deu errado no percurso da locomotiva do progresso.
Parece que o progresso técnico gerado pela racionalização capitalista
não funciona bem para os pobres e para o meio ambiente.*

Jung Mo Sung

1. Delimitação do campo teórico da política urbana

Castells (1983, p. 316) afirma que “o campo da ‘política urbana’ remete a três especificações teóricas: o político, a política, ‘o urbano’.”

Ao se fazer uma reflexão sobre cada item apresentado, pode-se elucidar que o político é a base na qual a sociedade regula as ações e contradições vigentes no espaço urbano e, através de leis estruturais, assegura a realização dos interesses daqueles que dominam tal sociedade.

A palavra ‘político’ deriva do substantivo grego *pólis* cujo significado, na língua de origem, é ‘cidade. Portanto, político originalmente diz respeito à cidade, associando-se ainda os termos cidadão e cidadania. Para se viver bem numa cidade, é indispensável a participação dos cidadãos, como costumavam fazer os gregos na *ágora* de Atenas – local onde todos os

cidadãos compareciam para tomar parte nas decisões públicas da cidade. A administração pública é, portanto, uma ação política.²⁴

A política pode ser conceituada como o “sistema de relações de poder”, ou seja, a inter-relação se consolidando à medida que uma classe social realiza seus interesses às custas de outros (Castells, 1983, p. 316).

Ao se analisar a planificação urbana, observa-se que o urbano adentra nessa realidade onde a intervenção dos aparelhos do Estado e a conexão com a organização do espaço estão associadas ao processo de consumo e o quanto cada cidadão pode gerir em retorno à cidade, favorecendo, nesse contexto, com equipamentos e infra-estrutura, áreas da cidade onde seus usuários podem contribuir mais efetivamente com um retorno financeiro aos cofres públicos.

Essa análise da estrutura urbana, ao mesmo tempo que esclarece a morfologia espacial, ambiental, a historicidade, economia e sociologia urbana, dá origem a um eixo essencial de sua interpretação que deriva, sobretudo, da inserção do processo político e sua relação de poder. Portanto, é imprescindível um estudo sob a ótica dos processos históricos e políticos percorrendo sobre o estabelecimento de leis que, subentende-se, têm como meta o desenvolvimento e transformação da urbe.

Para se compreender melhor a importância das políticas públicas urbanas e a atuação do cidadão na pólis, optamos por trazer à baila uma análise geral através de uma periodicidade temporal e, assim, buscar compreender as etapas do desenvolvimento das políticas urbanas e ambientais pois, essas atuam como controle, instrumento limitador no campo de atuação dos agentes da construção civil.

²⁴ Reportamos, assim, ao que diria Aristóteles - *"O homem é um animal político"* - não cabendo, portanto, a exclusão da atuação do cidadão quanto participante da cidade e da política existente nessa.

1.1 Breve Histórico.

Esta breve análise conduz ao entendimento do planejamento urbano articulado à estrutura da sociedade. Portanto, torna-se conveniente para uma melhor compreensão desse fenômeno no Brasil, fazer rápido esboço histórico demonstrando as fases urbanísticas e as políticas envolvendo o poder público e seu regime.

A política de ocupação e povoamento da colônia portuguesa, no Brasil, se deu inicialmente motivado pelos recursos naturais (pau-brasil) e objetivando tomar posse da terra recém conquistada.

Essa atuação, que pode ser denominada de “dominação colonial”²⁵, tinha por objetivos essenciais, a administração direta de uma exploração intensiva dos recursos e a afirmação de uma soberania política. Portanto, a implantação da cidade do tipo colonial tinha função sobretudo administrativa.

As normas vigentes no período colonial perduraram no Império passando por pequenas alterações nesse período. Uma delas, a Lei de 1º de outubro de 1828, atribuía aos vereadores competência para tratar dos bens e obras do Município. Às Câmaras cabiam a responsabilidade de “promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes; o asseio, segurança, elegância e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações [...]” (SILVA, 1995, p.47).

O artigo 66, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 6º da citada Lei de 1828 é um demonstrativo de como era a postura da Câmara referente à natureza urbanística:

1 – alinhamento, limpeza, iluminação, e despachamento das ruas, cais e praças, conservação e reparo de muralhas feitas para segurança dos edifícios, e prisões públicas,

²⁵ Cf. Castells (1983, p. 60), os tipos de dominação historicamente fornecidos são em número de três, podendo coexistir sempre e, no entanto, com predomínio de um deles. A saber: *dominação colonial; dominação capitalista e comercial; e dominação imperialista industrial e financeira.*

calçadas, pontes, aquedutos, chafarizes, poços, tanques, e quaisquer outras construções em benefício comum dos habitantes, ou para decoro e ornamento das povoações;

2 – o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos; o esgotamento de pântanos e qualquer estagnação de águas infectas; a economia e asseio dos currais, e matadouros públicos, a colocação de curtumes, os depósitos de imundícies, e quanto possa alterar, e corromper a salubridade da atmosfera (medidas de preservação do meio ambiente, de combate à poluição);

3 – edifícios ruinosos escavações e precipícios nas vizinhanças das povoações (medidas contra a deterioração do solo urbano);

4 – vozerias nas ruas em horas de silêncio, injúrias, e obscenidades contra a moral pública (em um aspecto medida contra a poluição sonora);

5 – construções, reparo, e conservação das estradas, caminhos, plantações de árvores para preservação de seus limites à comodidade dos viajantes e das que forem úteis para a sustentação dos homens e dos animais (SILVA, 1995, p.47).

No Império, as posturas municipais ordenavam a estética da cidade, ou seja, atuavam nas obrigações de alinhamento, dos arruamentos ou mesmo das possíveis desapropriações como pode-se analisar através da Carta Régia da criação da Capitania de São José do Rio Negro (Amazonas), de 3 de março de 1755, que traz todo o planejamento urbano que deverá ser executado nos seguintes termos:

[...] determinareis o lugar mais próprio para servir de Praça fazendo levantar no meio dela o Pelourinho: assinando área para se edificar uma Igreja capaz de receber um competente número de fregueses quando a povoação se aumentar, como também as outras áreas competentes para as casas das Vereações e Audiências, Cadeias, e mais Oficinas Públicas; fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, de sorte que fiquem largas e direitas as ruas.

Aos oficiais da Câmara que saírem eleitos e aos que lhes sucederem ficará pertencendo darem gratuitamente os terrenos, que se lhes pedirem para casas e quintais nos lugares que para isso se houverem delineado [...]. (GOULART, 1968, p.77).

Como se observa, as praças detinham os pontos de atenção urbanística, sendo extremamente valorizadas pois nelas se concentravam os prédios públicos. Esse cuidado com a preservação de um espaço livre tinha sua razão de ser, afinal destinava-se a acolher a aglomeração urbana condizente com os propósitos dos edifícios em seu entorno.

Segundo Silva (1995), o período republicano reproduziu as normas vigentes e a 1ª constituição nada trouxe de interesse para o planejamento urbano, a não ser o artigo 72, § 17, que fundamenta a possibilidade de desapropriação por utilidade pública.

Ao longo da República Velha, a herança escravista deixa marcas profundas no pensamento social. Atendendo às necessidades geradas pela expansão do setor cafeeiro, empreendem-se as políticas migratórias.

A essência rural vigente busca constituir a nação. O campo é projetado como a base fundamental para a constituição do país, contendo a idéia do homem e da natureza numa junção perene. A cidade, neste período, era vista como lugar do artificialismo e até mesmo de corrupção. Portanto, as elites ruralistas vêem a “população das cidades como ‘classes perigosas’, e a cidade como locus da desordem social e política e da improdutividade econômica. A cidade não é pois, para nossos reformadores, o seu eixo de atuação” (RIBEIRO e CARDOSO, 1996, p. 58).

Nesse período, a cidade, por não ser considerada na sua totalidade e as intervenções serem feitas de maneira localizada, não se pode considerar a existência de planos urbanísticos efetivos.

No decorrer do século XIX, o desenvolvimento da mineração estimulou o comércio e fez surgir um padrão de ocupação territorial que destacava os núcleos urbanos.

Nesse mesmo período, o pensamento urbanístico volta-se para as teorias higienistas.

Embora os principais postulados do higienismo, a exemplo da teoria dos miasmas²⁶ acabaram desacreditados, a influência destas idéias continuaram a se fazer sentir na forma da cidade e nas práticas de higiene da população até o século XX.

No Brasil, após a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República, as capitais do país experimentaram os efeitos de um desenvolvimento urbano, pois era necessário associar à República a idéia de progresso para bem impressionar os países da Europa, visando a estreitar laços político-econômicos, atraindo os imigrantes europeus e desfazendo, assim, a idéia preconcebida sobre a insalubridade das cidades e a incomodidade do clima tropical. Em contrapartida, o país agitava-se com a crise agro-pastoril. Conseqüentemente, o capital do campo deslocou-se para a cidade, que passou a ser moradia permanente de senhores de engenho e também de ex-escravos.

Nesse período, foram implantados, além dos parques, o ajardinamento de praças e das vias públicas, promovendo maior sociabilidade entre as pessoas. A repercussão deste discurso concretiza-se com a reforma sanitaria ocorrida no Rio de Janeiro em 1904-1908 e se estende por todo país, tendo como uma das justificativas a importância da higienização das áreas urbanas.

Começa então nesse período a idéia de que os “problemas urbanos” existem. Os primeiros urbanistas, os reformadores de moradias além de assistentes sociais e filantropos traziam à baila as questões sociais provocando uma reflexão sobre o viver nas cidades. A construção de *cidades – jardins*²⁷ - é considerada “um fator essencial para a educação popular

²⁶ Teoria dos miasmas, segundo a qual as doenças estavam associadas à putrefação e a maus odores, podiam se propagar pelo ar, e podiam ser evitadas por substâncias que impedissem a putrefação. Segundo a teoria dos miasmas, os vapores nocivos poderiam ocasionar qualquer tipo de doença (eram causas não específicas).

²⁷ Ebenezer Howard publicou o livro “Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform” em 1889, onde explica a concepção das “cidades-jardins”, baseada na conciliação entre o ambiente rural e o urbano, numa concepção não isenta de dimensões utópicas e sociais, produto das transformações advindas da Revolução Industrial na Inglaterra. Sua proposta vai além da harmonia entre homem e natureza. Ele apresenta toda uma política para a manutenção do equilíbrio social, ameaçado pelas péssimas condições de urbanização das camadas populares inglesas durante o século XIX. Planeja não só as formas, as funções, os meios financeiros e administrativos de

na luta contra a moradia insalubre, a tuberculose e o alcoolismo”. (Sellier apud TOPALOV, 1996, 27).

Para Topalov (1996), a educação é um requisito prévio para uma mudança sistemática na vida e nos costumes dos operários.

No caso brasileiro, as idéias de reformas sociais e a sua relação com discurso urbanístico não se apresentam de maneira clara, sendo notória uma certa adaptação para que “sirva(m) as ‘reais’ necessidades do país. As idéias de modernização, desenvolvimento e construção da nacionalidade, serão os principais temas que submeterão a questão social e darão um caráter distinto à discussão sobre o urbano no Brasil” (RIBEIRO & CARDOSO, 1996, p.54).

Na década de 1920, debates sobre a introdução do urbanismo no Brasil são incorporados, principalmente pela imprensa especializada. Devido à noção de que as cidades são lugares de desordem, começam a ser divulgadas concepções mostrando como expressão de atraso essa afirmativa frente à modernidade das metrópoles internacionais.

As elites nacionais passam a ter a cidade como referência para sua atuação comercial e política devido principalmente ao desenvolvimento da cultura do café e ao seu comércio internacional. A cidade passa a ser um lugar estratégico para seu projeto político e social. As reformas urbanas objetivavam então reproduzir uma nova imagem da cidade e das novas elites, em detrimento das camadas populares, que tinham seus alojamentos nos cortiços denominados “repúblicas”, caracterizando-se “como território da exclusão, da informalidade, da não-vigência das normas” (RIBEIRO & CARDOSO, 1996, p.60).

A aliança política, comandada por Getúlio Vargas, aprofunda o estabelecimento de uma nova base estrutural obedecendo a um padrão nitidamente urbano com o objetivo de satisfazer a modernização, ditada pelos moldes internacionais, baseados no consumo de bens

uma cidade ideal, sadia e bela, mas principalmente, um processo para satisfazer as massas e controlar sua concentração nos centros metropolitanos.

duráveis, fundamentando assim a criação da industrialização, modelo esse que foi responsável pelo desenvolvimento econômico até o início da década de 1960.

Após a II Guerra Mundial, o conceito de urbanização baseado numa valorização das áreas verdes nos centros urbanos consolida-se passando então a reforçar o ideal de conservação dos espaços naturais existentes e na preservação do patrimônio cultural e paisagístico das cidades.

No Estado Novo (1930-1945), as políticas públicas estiveram “atreladas à configuração e aos interesses conjunturais do Estado, gravitando ao redor de um quadro permanente de correção de problemas emergenciais” (MENEZES, 1996, p.27). O desenvolvimento de políticas sociais no campo habitacional tinha um sentido estratégico, pois visava a aumentar a capacidade de trabalho, fortalecer e preservar a família com o objetivo de produzir paz social. Embora as bases de legitimação do regime tenha uma expressão urbana intensa, a cidade não aparece como objeto de intervenção a não ser com base no padrão higiênico-funcional. Tendo como principais características:

“1 – concepção organicista na formulação do diagnóstico [...] e sustenta a formulação da cidade ideal.

2 – embelezamento, monumentalidade e controle social sobre o uso do espaço orientando a intervenção [...]” (RIBEIRO & CARDOSO, 1996, p. 64).

[...] o padrão higiênico-funcional acima descrito é desenvolvido principalmente com a elaboração do plano diretor do Rio de Janeiro, por Alfred Agache. [...] A influência da visita de Agache se estende [...] na elaboração dos planos de Porto Alegre e Curitiba [...]. São Paulo implanta o seu Plano de Avenidas, e também Recife ganha um plano diretor. Cabe lnomeados pelo governo Vargas. (RIBEIRO & CARDOSO, op. cit., p. 65).

Na década de 1950, a controversa implementação do Plano de Metas 1956 – 1961 de Juscelino Kubitschek, objetivando “Avançar 50 anos em 5”, trazia à tona o ambicioso projeto da construção de Brasília que deveria servir como símbolo de um país moderno, industrial,

sem problemas sociais. No entanto, a realidade socioambiental urbana reinante, com uma imensa parcela da população excluída do acesso a áreas privilegiadas do espaço urbano, achava-se clamoroso. Os problemas urbanos eram gritantes e a formulação de políticas públicas para a solução de tais impasses deveria ser colocada em pauta. O governo passa a incluir projetos de intervenção urbana, porém não atacando as causas reais como exploração imobiliária e conseqüente exclusão social, mas intervindo sobre suas conseqüências, como por exemplo, falta de habitação popular, poluição, falta de saneamento, transporte urbano e violência. A cidade passa a ser vista como uma questão que deve ser solucionada com bases primordialmente tecnicistas.

Analisando-se o período decorrido do regime militar à atualidade, observa-se que a ação do poder público nas cidades brasileiras, desde o período do Estado Novo – a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e que se firmou durante o período do regime militar (1964-1985) - foi marcadamente autoritário onde a opinião popular era negligenciada, depreciada. Esse modelo consolidou-se no momento em que o país vivia um período de crescimento econômico e, conseqüentemente, de desigualdade social, fazendo emergir um processo de urbanização intenso repleto de problemáticas.

O efeito da produção e apropriação do espaço urbano pelo capital, gerando um aparente crescimento econômico e “modernização”, conceberam uma concentração espacial de recursos e também populacional proporcionando, por sua vez, uma degradação ambiental e decadente qualidade de vida. Este quadro surgiu devido a uma industrialização concentrada e acelerada no centro sul do país, estimulando o êxodo de trabalhadores do campo em direção à cidade, ao mesmo tempo que ocorria a impossibilidade de criação de postos de trabalho no mesmo ritmo do crescimento populacional. Associado a isto, tornava-se visível a escassez de recursos para investimentos urbanos como infra-estrutura, serviços básicos como educação,

saúde e habitação. A cidade foi tematizada então como um problema econômico levando os reformadores a ponderarem a questão urbana como discussão do desenvolvimento.

Essa urbanização desenfreada ocorreu num momento histórico em que o poder público encontrava-se num total despreparo para encarar a situação vigente, ocorrendo que os gestores urbanos acabaram se tornando subalternos dos interesses imediatistas dos agentes economicamente dependentes do processo de produção da urbe, tais como empreiteiros de obras públicas, promotores imobiliários, empresários de indústrias automotivas, de transporte coletivo, entre outros. Este despreparo fez gerar uma crença de que o “desenvolvimento” a qualquer custo seria sempre um ponto construtivo, positivo. Este pensamento fez surgir intervenções nas cidades com uma centralização de poder pelo Estado. Esta imposição mostrou-se evidente ao se analisar o modelo governativo adotado nesta fase –

(...) autoritarismo; centralização do poder; ausência de participação – em qualquer nível - dos usuários e da sociedade em geral; Desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural numa lógica em que predominou o mito da modernidade como sinônimo da transformação urbana sem compromissos com o ambiente e os valores culturais; desarticulação das políticas setoriais; priorização do transporte individual; preferência pelas grandes obras, às vezes desnecessárias, canalizando recursos públicos para empreiteiras e relegando a segundo plano as iniciativas na área social; priorização, nos financiamentos habitacionais, para os setores de maior renda. (BONDUKI, 1997, p.62).

Nesse período o diagnóstico apresentado no espaço metropolitano caracterizava-se pela concentração de renda; altas taxas de crescimento e concentração populacional; elevação dos preços dos terrenos urbanos; tratamento diferenciado das ações do poder público para com as áreas periféricas, instigando a manutenção do quadro de miséria urbana; a superverticalização com o objetivo específico de promover a especulação urbana e ainda o surgimento dos vazios urbanos. Além de todos esses itens apontados, soma-se a estes a aplicação de, talvez, a mais danosa atuação, ou seja, o uso indevido de técnicas urbanísticas e construtivas degradantes, predatórias ao meio ambiente.

Convivendo com uma defasagem habitacional expressiva, a população buscava nos programas oficiais a solução para o “sonho da casa própria”. Em geral, no entanto, quem podia pagar o financiamento da habitação não queria morar em determinados lugares ou em certas moradias e aqueles que se interessavam em lá morar, eram parcelas consideráveis da demanda que não dispunham de renda mínima ou de uma comprovação de renda para ter acessibilidade ao sistema. Eram os carentes a e ao mesmo tempo os excluídos do programa.

Milhões de pessoas, sem alternativas, construíam de modo improvisado em loteamentos precários ou favelas, muitas vezes localizados em áreas de proteção ambiental, de mananciais ou frágeis do ponto de vista ecológico. Num período em que a consciência sobre a questão ecológica era ainda inexpressiva, o gravíssimo processo de degradação do meio ambiente urbano que afetou as cidades brasileiras no intenso processo de urbanização a partir dos anos 40 tem origens diferentes [...] falta de respostas às necessidades de habitação da população de baixa renda, levando-as à ocupação desenfreada de áreas que deveriam ser preservadas; despreocupação com o meio ambiente nos vários tipos de empreendimentos públicos urbanos – dos habitacionais e viários aos grandes projetos desenvolvimentistas; a ausência de fiscalização sobre a ação dos agentes privados que, em busca do máximo lucro e crescimento, não se preocuparam com a questão; a absoluta prioridade que o transporte individual recebeu em detrimento dos meios coletivos e, particularmente, dos movidos a fontes e energia não poluidoras (BONDUKI, 1997, p.63-64).

Pela carência ou não cumprimento da legislação específica de uso e ocupação do solo e objetivando mostrar um poder público preocupado e interveniente em relação à questão urbana, nos gabinetes, com total autoritarismo e, obviamente, sem o consentimento da participação da sociedade na tomada de decisão, legislações regulamentando o uso do solo urbano emergiram.

Surgia, assim, em volta de uma pequena parcela da cidade edificada pelos agentes imobiliários capitalistas de acordo com a legislação (a cidade legal), uma cidade real, habitada precária e predatoriamente por contingentes significativos da população, mas que inexistia perante os órgãos públicos, que não reconheciam esta cidade produzida espontaneamente por seus habitantes. (BONDUKI, 1997, p. 65).

A cidade era, assim, produzida seguindo um modelo de gestão com desenhos e contornos considerados maldefinidos por não serem concebidos como uma cidade real. Cabe lembrar que essa cidade existe, é real e embora tenha um paradigma de urbanização sem urbanidade e aos seus habitantes tenha sido legado uma “não-cidade”, tornando-os cidadãos incompletos, diminutos, é preciso compreender que essa cidade ilegal é real e que “essas distorções devem ser corrigidas, em nome da cidadania” (SANTOS, 1998, p. 112).

Ao longo desse período, parâmetros para a intervenção sobre o urbano foram concebidas baseadas em uma modernização comparada a metrópoles internacionais. Ao lado do padrão higiênico – funcional que se requalifica com a adoção dos princípios da Carta de Atenas²⁸, outros modelos vão emergindo como o ‘técnico-burocratismo desenvolvimentista’ com propostas de racionalização administrativas baseadas no *planning* americano. Esse padrão caracteriza-se por “não mais criar a cidade ideal, mas gerir com eficiência a cidade existente, eliminando-se os focos de ‘distorção’, oriundos de ‘disfuncionalidades’ do crescimento econômico” (RIBEIRO & CARDOSO, 1996, p. 68). Esse padrão proporciona uma “tecnificação” dos problemas urbanos.

A ‘reforma urbana redistributiva’ cuja principal expressão se dá em meados da década de 1980 no âmbito das discussões em torno da Constituinte, tem como características primordiais um discurso sobre a exclusão social e política das camadas populares, além de ter a propriedade privada da terra, o uso do solo urbano e o incentivo da participação da sociedade civil na gestão pública da cidade como objetos de intervenção.

A ênfase nas questões sociais através da discussão sobre planos diretores, em se tratando de uma exigência da Constituição Federal, solidifica a idéia de que o planejamento urbano deve ser visto sob a égide do social. No entanto, quando o planejamento urbano no

²⁸ Epístola definida no Congresso internacional de Arquitetura Moderna realizado em 1933, pretendendo ser uma base para a construção da cidade do futuro, tendo como principais orientadores a ‘Coerência Social’, a ‘Coerência Econômica’ e a ‘Coerência Ambiental’.

país busca assumir o objetivo que o orientava ao nascer nos países do primeiro mundo, ou seja, a problemática social, um novo paradigma começa a despontar a partir dos anos 70 – o ecológico, desvanecendo um pouco o destaque social que tal planejamento deveria suprir. Na década de 1980 é estabelecida a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada em 1983. Nela se considera a possibilidade da conciliação do desenvolvimento econômico ao lado da preservação ambiental. Entre os instrumentos jurídicos adotados sobressaem: a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e o zoneamento ambiental. A problemática ambiental é enfatizada como assunto relevante apoiada pela Agenda 21, aprovada pela Conferência das nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio 92), apontando a questão dos assentamentos humanos como um problema ambiental.

2. Política Ambiental e Cidadania

A falta de políticas públicas que efetivamente solucionassem as questões urbanas, assim como a urbanização acelerada e, conseqüentemente, a metropolização das cidades, contribuíram significativamente para acentuar os desníveis sociais e a transparência das más condições de vida da população. Associado a isto, críticas referentes a centralização do poder executivo, às obras faraônicas, à legislação urbana voltada aos interesses das classes dominantes assim como à falta de proposição para o reconhecimento da cidade ilegal/ real, ganham força ao longo da década de 1980. Dessa pressão da opinião pública nascem os novos movimentos ambientalistas, sensivelmente preocupados com a crise do ambiente urbano, a favelização e problemas correlatos tais como falta de saneamento, água, energia, de transporte coletivo e com a poluição em geral.

Nessa nova fase política compreende-se que o Estado, embora não possa deixar de se responsabilizar pela gestão urbanística e ambiental, deve permitir que cada vez mais as organizações governamentais e os movimentos sociais se mobilizem tornando-se aliados fundamentais na definição de políticas urbanas e ambientais.

Esse novo caminho a ser trilhado, embora pertinente, por vezes se torna difícil de ser construído pois, na mente da coletividade, ainda existem idéias arcaicas enraizadas e que se traduzem nas ações individuais e coletivas, procurando, em geral, exclui-se de uma participação concreta nas ações públicas em defesa do que é correto, por mais ferrenha que seja a batalha, e optando por seguir o percurso mais fácil que é o de responsabilizar o Estado por todas as ações políticas, econômicas, de segurança da população, das questões sociais, problemas ambientais assim como pela ocupação urbana desordenada.

Embora o Estado tenha responsabilidade direta na execução das políticas públicas, a consecução de uma sociedade participativa é por demais positiva. No entanto, a sujeição da população é sempre evidente existindo, segundo Coelho e Cota (1986, p.43), uma explicação óbvia para toda esta dependência das ações do Estado associada a “[...] visão de Estado todo poderoso, desvinculado das forças que o produzem ou o transformam [...]. A Revolução de 64 isolou ainda mais a sociedade civil das decisões do País e aprofundou o abismo entre Estado e povo”.

Os movimentos sociais e as organizações não governamentais (ONGs) começam a contribuir para um processo de mudança que favoreça uma postura de política ambiental participativa para a gestão da cidade que deve ser baseada na qualidade de vida e do ambiente. Embora esta atuação seja considerada a ideal, é questionável e para um bom observador é impossível não desconfiar de tanto empenho nas ações comunitárias de autogestão ou co-gestão de serviços públicos e fortalecimento do poder local.

Impossível não ver nessas ações uma direção bastante funcional com a demissão do Estado em relação aos serviços públicos. Particularmente no que se refere à infra-estrutura e serviços urbanos, o ajuste internacional tem representado a internacionalização, a privatização do todo ou da parte que pode incluir o controle total da tecnologia, a delegação da gestão e até a fixação de tarifas. É notável, como sabemos, o avanço das companhias internacionais nos espaços das privatizações dos países periféricos. Muitas delas são estatais do Primeiro Mundo, que participam das negociações de privatizações das estatais dos chamados países em desenvolvimento [...]. (MARICATO, 1997, p.30).

Reforça este pensamento Bonduki (1997, p.73) ao afirmar:

Esta nova forma de enfrentar a questão urbana ganha ainda maior relevância no momento em que urge construir alternativas aos modelos de Estado interventor [...] e o Estado mínimo, livre de suas responsabilidades com a qualidade de vida dos cidadãos, que o neoliberalismo quer impor ao País, defendendo a privatização dos serviços públicos e colocando-os sob a perspectiva do mercado e do lucro, o que provocaria maior segregação e restrição dos direitos sociais.

Essas reflexões, porém, não subestimam a importância da atuação participativa de toda uma comunidade com capacidade de reger os ditames da direção da cidade que é o seu espaço e lugar de viver, habitar, trabalhar e de lazer. O direito à cidade e à inclusão do cidadão neste posicionamento torna-se de vital importância para a apropriação do urbano pelos seus habitantes.

Bonduki (1997) destaca ainda algumas características da nova postura de gestão urbana participativa que tem surgido e o papel da comunidade dentro desta conjuntura:

1. Neste novo processo democrático, a descentralização é um dos pontos que mais se evidencia. As prefeituras têm procurado fazer suas próprias intervenções em decorrência da redução de investimentos do governo federal, ou seja, a participação direta ou indireta de órgãos ou de recursos federais torna-se cada vez menor, facultando as cidades e os agentes locais a se tornarem aceleradamente mais autônomos. Com este papel mais decisivo, o poder local adquire maior

representatividade podendo se estabelecer como o principal eixo articulador da renovação da ação pública nas políticas urbanas.

2. Participação do cidadão nas decisões da política pública, através da elaboração do orçamento participativo e da implementação de programas e projetos. Esta atuação poderá garantir maior transparência nas ações do governo como também poderá trazer um caráter renovador na cultura política da nação.
3. A manifestação da cidadania deve ser reforçada a ponto de que haja uma garantia do direito da apropriação da cidade pelos seus usuários e um efetivo investimento na área social com o objetivo intrínseco de priorizá-la. A atuação das Organizações Não Governamentais - ONGs, movimentos sociais e até mesmo o cidadão comum adicionando-se uma parceria com o poder público garante uma perspectiva de autogestão que pode trazer à baila uma urbe mais dinâmica e condizente com as necessidades de seus habitantes.
4. Conciliar a implantação de projetos urbanos com a preservação do meio ambiente, inclusive dando ênfase a recuperação ambiental de áreas de preservação que já foram ocupadas.
5. Um dos problemas ambientais mais sérios e um grande desafio para os administradores das cidades são os dejetos urbanos. A reciclagem do lixo, com a implementação de programas de coleta seletiva e geração de renda é uma das formas mais seguras para enfrentar a degradação ambiental.
6. Obras destinadas exclusivamente para favorecer o uso do automóvel beneficia uma parcela minoritária da população urbana sem resolver os problemas de congestionamento e violência no trânsito. Portanto, o transporte coletivo de qualidade poderia ser priorizado viabilizando uma postura bem mais ecológica.

(Adaptado de BONDUKI, 1997, p. 67-72).

A relação entre urbanização e meio ambiente é objeto de decisões políticas. Por se tratar de uma questão de interesse público, esse tema não pode ser enquadrado exclusivamente pelos interesses particulares de forças políticas com capacidade de barganha. Somente a plena ascensão à esfera pública pode garantir respaldo político a operações de articulação positiva entre a política de urbanização e a preservação dinâmica do meio ambiente natural e construído.

O ponto de vista ambiental propugna por um uso racional dos recursos naturais e se encontra fortemente embasado por um corte cientificista. Esse aval científico, amparado por análises abalizadas, busca legitimar uma política pública que garanta o bem de todos. Com isso, a temática ambiental tem permeado o campo do planejamento urbano fortalecendo as ações políticas proporcionando, inclusive, uma redefinição do papel econômico do Estado²⁹.

3. Instrumentos de Legislação Urbana e o Meio Ambiente

Existem diversos recursos que podem ser empregados para a concretização de melhor desempenho administrativo que venham a beneficiar o cidadão e impulsionar o bem viver nas cidades. Entre eles destacam-se o Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, Agenda 21, incluindo Cidades Sustentáveis e ainda Sustentabilidade Urbana e Indicadores Ambientais. Esses instrumentos serão sucintamente apresentados a seguir, para que se alcance melhor esclarecimento sobre a importância desses no contexto urbano.

3.1 – Estatuto da cidade

²⁹ Arlete Moysés Rodrigues no artigo intitulado *A questão ambiental e a (re)descoberta do Espaço: Uma nova relação Sociedade/Natureza?* (p.54 – 57) questiona essa posição mostrando o paradoxo entre a apropriação da natureza e a produção social sem descartar, no entanto, a questão meio ambiente como “bem comum”.

A Constituição Federal de 1988 incluiu um capítulo específico para a política urbana, que previa uma série de instrumentos para a garantia, no âmbito de cada município, do direito à cidade, da defesa da função social da cidade e da propriedade e da democratização da gestão urbana (artigos 182 e 183). No entanto, para que os princípios e instrumentos enunciados na Constituição pudessem ser implementados, fez-se necessário a elaboração de um projeto de lei complementar ao capítulo de política urbana da Constituição. A Lei n.º 10.257, aprovada em julho de 2001 e em vigência desde 10 de outubro daquele ano, ficou conhecida como Estatuto da Cidade. Portanto, a partir desse período, o capítulo de política urbana da Constituição de 1988, em combinação com o Estatuto da Cidade e o texto da medida provisória n.º 2.220 de 2001, são os instrumentos e diretrizes para a política urbana do país nos níveis federal, estadual e municipal.

O Estatuto da Cidade “é a lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta os instrumentos de política urbana que devem ser aplicados pela União, Estados e especialmente pelos municípios” (BRASIL, 2001, p.29).

O estatuto estabelece os parâmetros que devem orientar a estruturação da política urbana, em todas as instâncias do poder público. Enumeramos algumas delas:

1. gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade [...];
2. cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social;
3. Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população [...];
4. Ordenação e controle do uso do solo;

5. Proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico (BRASIL, 2001, p. 34-36).

Essas diretrizes e, em especial, a que assevera sobre “garantia do direito a cidades sustentáveis”³⁰, reconhecem e qualificam o direito do cidadão à cidade como um dos direitos fundamentais da pessoa humana e têm como fonte de origem os princípios constitucionais das funções sociais da cidade e da propriedade, norteadores da política urbana.

Não se estabeleceu ainda nenhuma base para a aplicação das leis vigentes no Estatuto na cidade de João Pessoa, contando esta somente com o Plano Diretor de 1992, como instrumento legal para definir os limites, as faculdades e as obrigações envolvendo a propriedade urbana.

3.2 O Plano Diretor

Instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, o Plano Diretor surgia, definido pela Constituição Federal de 1988, como obrigatório para todas àquelas cidades em que a população ultrapassasse os 20.000 habitantes e tendo como objetivo a missão de “promover o desenvolvimento integrado e o equilíbrio das cidades, em um contexto de explosão do processo de urbanização” (BRASIL, 2001, p.40).

O Plano Diretor da Cidade de João Pessoa surge com o objetivo de “nortear o desenvolvimento pretendido [...]” procurando tornar-se a “referência obrigatória para a consolidação e atualização do conjunto de Leis da cidade, na forma de Código de Urbanismo,

³⁰ O pleno exercício do direito a cidades sustentáveis compreende “condições dignas de vida, de exercitar plenamente a cidadania e os direitos humanos (direitos civis e políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), de participar da gestão da cidade, de viver numa cidade com qualidade de vida, sob os aspectos social e ambiental” (Brasil, 2001, p.34).

Código de Obras e Edificações, Código de Posturas e do Código de Defesa do Meio Ambiente [...]” (PMJP, 1994, página de apresentação).

O advento do Plano Diretor criava uma “perspectiva de melhores dias, de qualidade de vida e do exercício da cidadania para todos os pessoenses”. O prefeito à época da implantação, Francisco Xavier Monteiro da Franca, afirmava: “Não hesitaremos em acionar os instrumentos adequados visando uma gestão urbana plenamente democrática com o objetivo de transformar a realidade” (PMJP, 1994, página de apresentação).

A realidade, entretanto, tem mostrado que o planejamento, através do Plano Diretor, estabelece uma cidade “virtual” que não se relaciona com as condições reais de produção da cidade, pois para efeito do ordenamento do “uso e ocupação do solo”, a área urbana foi zoneada da seguinte maneira: *zonas adensáveis prioritárias* – onde a disponibilidade de infraestrutura básica, a rede viária e o meio ambiente permitem a intensificação do uso e ocupação do solo e um índice de aproveitamento³¹ 4,0; *zonas adensáveis não prioritárias* – onde a disponibilidade ou a falta de um dos sistemas da infra-estrutura básica permite uma intensificação moderada do uso e ocupação do solo e o índice de aproveitamento único até o limite de 1,5; *zonas não adensáveis* – onde a carência de um dos sistemas da infra-estrutura básica, da rede viária e do meio ambiente restringem a intensificação do uso e ocupação do solo e o limite máximo de construção é o índice de aproveitamento único; *zonas de restrições adicionais* – áreas onde o interesse social de preservação de características ambientais, paisagísticas, históricas e culturais, como patrimônio comum, impõem restrições adicionais ao uso e ocupação do solo. Foram determinadas as seguintes zonas de restrições: o centro principal da cidade, a orla marítima, Altiplano Cabo Branco e o cone de proteção ao vôo do Aeroclube.

³¹ Índice de aproveitamento - é o quociente entre o total das áreas construídas da edificação e a área do terreno. Esse índice regula a densidade e a lucratividade dos terrenos nas diversas zonas.

Quanto ao centro da cidade, o capítulo II, seção I, artigo 24, regimenta que como essa área

sofre processo acelerado de transformação e (...) abriga funções urbanas conflitantes, tais como: maior concentração de tráfego de veículos e pessoas e um número significativo de edificações de uso institucional, comercial e de serviços, (torna-se) portanto, objeto de regulamentação específica (...) de preservação do Patrimônio Histórico (PMJP, 1994, p.12).

Contudo, não existe nessa área uma “restrição à circulação de veículos”, controle dos “horários e percursos para operação de carga e descarga” e nenhum posicionamento quanto ao uso de pedestre tal como “a recuperação e livre desimpedimento das vias para circulação de pedestres” (op. cit., p.13).

A regulamentação da Orla Marítima resume-se a limitação da altura máxima da edificação em 12,90 metros, quando estas estiverem situadas em “uma faixa de 500 metros ao longo da orla e a partir da linha de testada da primeira quadra da orla em direção ao interior do continente” (op. cit., p. 13). Esta lei foi mantida com o objetivo de cumprir os artigos 229 da Constituição Estadual e 175 da Lei Orgânica do Município de João Pessoa. No entanto, interesses diversos, em especial, dos profissionais da construção civil, empreendedores imobiliários assim como do setor turístico, vêm efetuando uma atuação coercitiva de modo que a lei está sempre em pauta para revisão na Assembléia Legislativa. Contudo, as atuações organizadas dos movimentos sociais, ONGs, entidades profissionais e do Fórum Estadual de Reforma Urbana tem garantido a sua preservação.

A seção III, Art. 26, parágrafo II do Plano Diretor regulamenta “uma densidade bruta de até 50 hab./ha e limitação na altura das edificações de modo a preservar paisagisticamente a falésia e a Ponta do Cabo Branco”³² (op. cit., p. 14). Relativo adensamento tem ocorrido

³² Em recente entrevista (19 de agosto de 2004), na Rádio Tabajara FM 105.5, o governador do estado, Sr. Cássio Cunha Lima, incitava e apoiava plenamente o adensamento da área argumentado incentivo

nessa área urbana, desmatamento de trechos da Mata Atlântica visando a construções diversas, além de edificações que não condizem com o que é exigido.



Foto 17: Edifício em construção no Bairro Altiplano. Ao fundo, duas outras edificações.
Fonte: Acervo Jacy do Egito (2004).

O Plano Diretor, embora defina a área do Aeroclube como uma zona de restrição adicional, não apresenta lei específica, estabelecendo apenas que as restrições para edificações delimitadas pelo cone de Proteção ao Vão do Aeroclube são definidas pela legislação do Departamento da Aeronáutica Civil (DAC).



Fotos 18 e 19: Edificações próximas ao Aeroclube
Fonte: Acervo Jacy do Egito (2004)

Por fim, vale acrescentar as *zonas especiais* que são regidas por leis próprias de parcelamento, uso e ocupação do solo, compreendendo: *Zonas Especiais de Interesse Social* e *Zonas Especiais de Preservação*.

Ao se analisar as leis que regulamentam a zona de interesse social, percebe-se que se resumem praticamente a manter as ocupações de favelas e assentamentos, “facilitando” a

aquisição ou transferências de unidades habitacionais nesses espaços e cedendo assistência jurídica para a promoção da Ação de Usucapião Urbano³³. É afirmado, ainda, que aqueles localizados sob redes de alta tensão, de água e esgotos, área de risco ou as destinadas à realização de obras de interesse coletivo, não terão nenhum direito à regularização fundiária, limitando cada vez mais o espaço onde o privado de recursos possa ocupar o solo urbano.

Podemos concluir que o zoneamento traçado no Plano Diretor tende a ignorar que a população de baixa renda não tem nenhuma capacidade de investimento numa mercadoria cara – o espaço construído. O zoneamento define padrões de ocupação do solo baseado na lógica de investimento do mercado das classes média e alta, provocando a destinação do território urbano para esses mercados. Com isso, acaba gerando escassez de localização para os mercados de baixa renda, praticamente ignorando a sua existência. Surge daí a gestão da “ilegalidade”. Os espaços que “sobram” da cidade, ou seja, àqueles que são vetados para o estabelecimento do mercado formal, são os que findam sendo ocupados³⁴.

Observa-se, finalmente, que o Plano Diretor se trata de uma ferramenta mais reativa do que pró-ativa, favorecendo o uso da lei num sentido mais proibitivo do que alicerçador de estratégias de desenvolvimento. Exemplificando, ele estabelece metas e limites, fixa de maneira geral a localização e a especificidade das construções, e institui aos edifícios erguidos pela iniciativa privada, assim como à pública, um arranjo ordenado da área da cidade. No entanto, na vivência prática, tem-se notado que, mesmo dentro das limitações prescritas, ao deixar ao empreendimento privado a maior parte da tarefa de determinar os limites da cidade e, unindo-se a isso, as características que envolvem o sistema de apropriação individual, fica

³³ Ação essa que dificilmente é divulgada de maneira que a população de baixa renda sempre vive à margem de uma situação “legal”.

³⁴ As áreas ocupadas são encostas, beira de rios, mangue, áreas de preservação. Esses assentamentos precários tendem a ser incorporados à cidade e, em vários casos, dotados de infra-estrutura mas, nunca eliminando definitivamente a precariedade e os sinais da diferença em relação a cidade legal. Propaga-se assim, sob o ponto de vista urbanístico, uma dinâmica profundamente perversa onde se encontra áreas subutilizadas ou ‘vazias’ e, em outras, multiplica-se os assentamentos populares.

impossível determinar com precisão a extensão da concentração da população em determinadas áreas. Com isso, mais uma vez, reafirmamos que os interesses econômicos e as conveniências pessoais tendem infalivelmente a segregar os habitantes das cidades. Conclui-se portanto que “a cidade adquire uma organização e distribuição da população que nem é projetada nem controlada” (PARK, 1979, p.29).

3.3 – Agenda 21 e Cidades Sustentáveis

O processo de construção da Agenda 21 brasileira foi iniciado em 1997, depois dos reclames dos movimentos ambientalistas, que exigiam uma efetivação do que havia sido debatido no encontro denominado Rio-92. Além disso, unia-se a pressão sofrida pelo governo em função do Brasil sediar o encontro para o balanço denominado Rio+5 que, para tal ocorrer, exigia-se a elaboração da Agenda como condição de participação. Portanto, nada mais óbvio do que a rápida criação de Decreto, objetivando efetuar a elaboração da citada Agenda.

Em passos lentos, a Agenda vai sendo construída e espera-se que se torne uma poderosa ferramenta para o crescimento econômico, o equilíbrio ambiental e a justiça social, afinal, nas últimas décadas, foram formuladas críticas de conteúdo social e, principalmente, ambiental aos modelos de crescimento econômico do capitalismo contemporâneo levando políticos, cidadãos e comunidade científica de todo o mundo a um processo generalizado de reflexão e debate sobre alternativas ao modelo atual. Ficou evidente a necessidade de se propor uma nova forma de desenvolvimento que assegure a permanência e a continuidade das conquistas e avanços na qualidade de vida e na estrutura econômica atual e evite, ou minimize, as agressões às condições ambientais, que tendem a provocar, num futuro breve,

asfixia das possibilidades de desenvolvimento e o comprometimento da qualidade de vida da população.

A Agenda 21, em seu capítulo 7, prescreve a necessidade do Planejamento Ambiental, afirmando que a redução da pobreza só será possível mediante o planejamento e a administração do uso sustentável do solo. Com isso, ressurge o ideal de “desenvolvimento sustentável”³⁵, abrindo o caminho para melhorar o modelo de desenvolvimento consagrado pelo Relatório Brundtland³⁶, com a afirmativa de que é “aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem as suas próprias necessidades” (CNUMAD 1991). Apesar de tratar-se de um conceito ainda em construção, impreciso e cheio de ambigüidades e de ser alvo de análises e críticas diversas, ele apresenta um certo grau de adesão e tem sido incorporado, em diferentes níveis e formas, nos esforços de planejamento e gestão em várias partes do planeta. No Brasil, agendas nacionais e locais estão em processo de elaboração ou implementação, todas elas baseadas no conceito de desenvolvimento sustentável e buscando criar as condições e estabelecer os processos sociais nos quais os envolvidos vão pactuando progressivamente consensos e construindo os instrumentos de mudanças visando à sustentabilidade do desenvolvimento.

³⁵ O conceito de *desenvolvimento sustentável* surgiu da Estratégia Mundial para a Conservação (*World Conservation Strategy*) lançada pela União Mundial para a Conservação (IUCN) e pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (PNUMA), embora já tivesse aparecido com o nome de “ecodesenvolvimento” na Reunião de Founex em 1971. A estratégia mundial propunha uma harmonização entre o desenvolvimento socioeconômico com a conservação do meio ambiente, dando ênfase na preservação dos ecossistemas naturais e na diversidade genética, para a utilização racional dos recursos naturais (cf. FRANCO, 2001, p. 26).

O conceito de desenvolvimento sustentável é um conceito fácil de se concordar, pois é puro bom senso, mas é extremamente complexo e controvertido quando se tenta aplicá-lo ao nosso dia-a-dia. Para alcançarmos o desenvolvimento sustentável serão necessárias mudanças fundamentais na nossa forma de pensar e na maneira em que vivemos, produzimos e consumimos. O desenvolvimento sustentável, além da questão ambiental, tecnológica e econômica, tem uma dimensão cultural e política que vai exigir a participação democrática de todos na tomada de decisões para as mudanças que serão necessárias.

³⁶ Em 1983, foi criada pelo Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMNAD), através da Assembleia Geral das Nações Unidas. O objetivo da criação desse grupo de pessoas, presididas pelo então Primeiro Ministro da Noruega, Gro Harlem Brundtland, era reexaminar os problemas críticos do meio ambiente e desenvolvimento do planeta e formular propostas realistas para solucioná-los. A comissão, em 1987, chega a um relatório de todas aquelas atividades, intitulado *Our common future* (Nosso futuro comum) que ficou conhecido como Relatório Brundtland e reconhecia de forma oficial o termo “desenvolvimento sustentável”.

Dentro desse contexto, surge a aspiração da cidade sustentável. A sustentabilidade para uma cidade, pode não ser a mesma para outra, com isso, não se pode caracterizá-la com um conceito fechado e acabado. Cabe a cada sociedade construir e reconstruir a sua cidade sustentável. Vale salientar, ainda, que as noções sobre ‘desenvolvimento sustentável em cidades’ e de ‘cidades sustentáveis’, são diferentes e que o entendimento dessa diferença pode contribuir para a discussão aqui apresentada.

Desenvolvimento sustentável indica um processo a ser seguido, a partir de compromissos ambientais e sociais com as gerações contemporânea e futura. Cidades sustentáveis indica uma realidade já determinada, onde observa-se um equilíbrio entre aquilo produzido e consumido pela cidade, sem quaisquer impactos no montante de recursos ambientais hoje disponíveis. Assim, enquanto o primeiro conceito permite "concessões" no percurso em direção a algo a ser atingido, o segundo indica uma transformação já realizada e concernente à idéia de sustentabilidade (ULTRAMARI, 2002).

Como a cidade se constitui em um fenômeno altamente complexo, na verdade é, no dizer de Quadri (1997, p. 133) “a forma mais complexa e acabada da organização humana. Nela podemos conviver milhões de seres vivos (incluindo fauna e flora urbanas), realizar simultaneamente um sem-número de atividades cotidianas, interagir, comunicar-nos, produzir e consumir bens e serviços”, esta necessita de uma política urbana que priorize a sustentabilidade urbana em busca da cidade ideal - a cidade sustentável –, fenômeno esse em construção e que pressupõe um conjunto de mudanças, algumas subjetivas e individuais e outras objetivas e que devem ser alcançadas de forma coletiva.

A sustentabilidade das cidades vai depender, portanto, de nossa capacidade de reorganizar os espaços, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações e superar as desigualdades socioeconômicas, como condição para o crescimento econômico, e não como sua consequência.

Apesar da criação de grande número de conceitos que tem sido criados - cidade ecológica, cidade sustentável, cidade saudável, ecossistema urbano durável, desenvolvimento urbano sustentável - e que podem ser usados para caracterizar algumas iniciativas dos poderes locais, os mesmos só são possíveis se acompanhados da idéia de transformação contínua e de avanços diversos, cada um a seu tempo, definindo o que se deseja que permaneça, o que se deseja transformar, os limites e as modalidades da transformação.

3.4. Sustentabilidade urbana e os Indicadores ambientais

Para avaliar o grau de degradação do ambiente e, mais recentemente, o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável, os “indicadores ambientais urbanos” conceituados por Franca (2001, p.6) como “parâmetro ou um valor derivado de outros parâmetros, que proporcionam informações sobre um determinado fenômeno [...] tem, ainda, significado que se estende além das propriedades associadas ao valor do parâmetro em uso”, podem ser inseridos como mais um instrumento de legislação urbana e ambiental para auxiliar na busca da qualidade de vida urbana. Seu uso pode ser efetivado em quatro categorias: medir performance ambiental; integrar preocupações ambientais em políticas setoriais; integrar ambiente e economia de forma ampla na tomada de decisão e, por fim, informar sobre o estado do ambiente.

Historicamente, nas décadas de 1970 e 1980, indicadores ambientais começaram a ser utilizados através dos esforços de governos e organizações internacionais na elaboração e divulgação dos primeiros Relatórios sobre o Estado do Ambiente (FRANCA, 2001).

A Conferência Rio-92 e a Agenda 21 colocaram a necessidade da implementação de indicadores ambientais em um novo patamar de integração às demais dimensões do desenvolvimento sustentável. O capítulo 40 da Agenda 21 recomendou ao sistema das Nações

Unidas que trabalhasse junto a outras organizações internacionais, no sentido de desenvolver um conjunto harmonizado de “indicadores do desenvolvimento sustentável”. Os indicadores pretendidos deveriam desempenhar múltiplos objetivos.

Indicadores do desenvolvimento sustentável necessitam ser desenvolvidos a fim de proporcionar uma base sólida para a tomada de decisão em todos os níveis e para contribuir para a sustentabilidade auto regulada do sistema integrado meio ambiente e desenvolvimento (AGENDA 21, cap. 40).

A respeito dessa questão, observou-se que a sistematização das informações ambientais para apresentação na forma de indicadores requer o uso de uma estrutura, ou *framework*, de organização lógica das informações que as torne facilmente compreensíveis pelos usuários. O relatório do WRI ³⁷ apresenta, dentre outros, o framework Pressão-Estado Resposta (PSR), originalmente proposto pelo governo Canadense e largamente adotado internacionalmente, a partir do emprego e divulgação pela Organization for Economic Cooperation and Development - OECD. Esta estrutura objetiva, basicamente, apresentar as informações ambientais de forma a responder as seguintes questões:

- O que está acontecendo com o meio ambiente e com a base de recursos naturais?
- Por que está acontecendo?
- O que está se fazendo a respeito?

A primeira questão pode ser respondida através de indicadores que reflitam as alterações ou tendências no estado físico ou biológico do ambiente natural (Indicadores de Estado); A Segunda, através de indicadores que refletem o grau de tensão ou pressão das atividades humanas, que causam as alterações ambientais (Indicadores de Pressão); Para

³⁷ O World Resources Institute - WRI envolveu-se com a pesquisa para o desenvolvimento de indicadores ambientais no final do ano de 1980 e início de 1990. Em 1993 o WRI iniciou uma colaboração com o governo Holandês (Dutch Ministry of Housing, Physical Planning and Environment) que levou à publicação do relatório “Environmental Indicators: A Systematic Approach to Measuring and Reporting on Environmental Policy Performance in the Context of Sustainable Development” (HARMMOND et al., 1995).

responder a terceira questão, necessita-se medidas ou indicadores relevantes aplicáveis à avaliação das políticas adotadas pela sociedade para fazer frente aos problemas ambientais (Indicadores de Resposta).

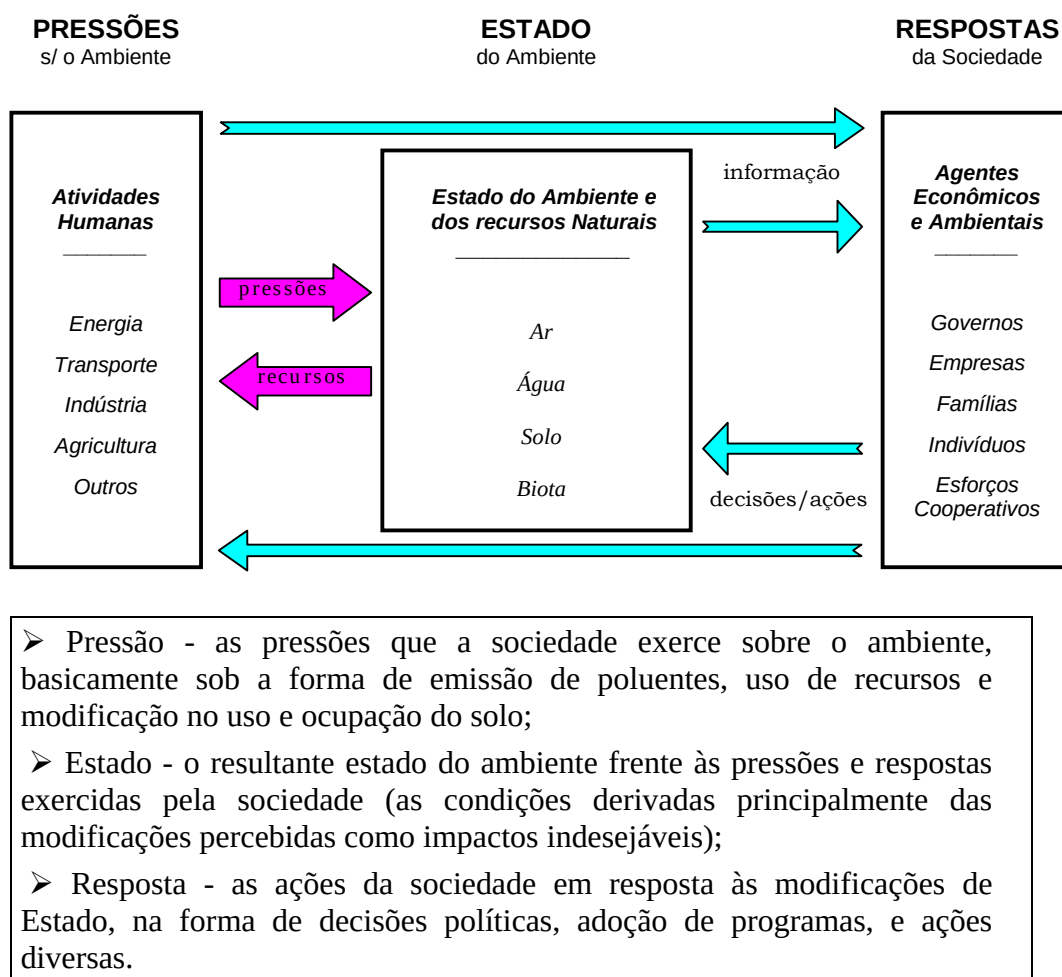


Figura 1 - Estrutura PSR para Organização e Apresentação de Informação Ambiental.
Fonte: OECD, 1993

A figura 1 apresenta o diagrama do framework Pressão-Estado-Resposta (PSR), conforme adotado pela OECD. Devido a simplicidade de sua concepção, o uso dessa estrutura tem ampla aceitação. Ao invés de tentar estabelecer interligações específicas entre as

atividades impactantes e cada uma das modificações do ambiente, o modelo PSR não discrimina tipo ou forma da infinidade de interações que ocorrem entre as atividades humanas e o sistema ambiental. O modelo parte do princípio que as atividades humanas simplesmente exercem pressões sobre o ambiente, as quais podem induzir mudanças no Estado do Ambiente. A sociedade então responde às mudanças tanto de Pressões, quanto de Estado, através de políticas econômicas, sociais e ambientais, destinadas a prevenir, reduzir, ou mitigar pressões e/ou danos ambientais.

Quanto à especificidade dos Indicadores Ambientais relativos ao ambiente urbano, alguns estudos têm sido feito, dentre eles, o Centro para os Assentamentos Humanos - UNCHS (HABITAT) que, por força de seu mandato como uma das organizações do sistema das Nações Unidas, desenvolveu um Programa de Indicadores Urbanos, voltado para a capacitação e intercâmbio visando à produção de informação e indicadores sobre as condições e tendências do meio urbano.

Um primeiro conjunto de Indicadores Urbanos Globais foi produzido para a Conferência Habitat II, realizada em Instambul, no ano de 1996. Foram compilados dados de 237 cidades ao redor do mundo, utilizando-se um conjunto de 40 indicadores, denominado *Abridged Survey* (ver lista completa em Anexo). Em seguimento à Conferência de Instambul, o HABITAT recebeu mandato para desenvolver um sistema de indicadores representando o conjunto mínimo de dados e informações necessários para o monitoramento das mudanças nas condições dos assentamentos humanos no período *post* Habitat II.

Objetivando não perder esses ideais de vista, a Agência Ambiental Européia - EEA vem desenvolvendo de forma sistêmica esforço de avaliação do estado do ambiente, englobando todos os países do Continente Europeu. Um dos instrumentos básicos utilizado é o Relatório de Estado do Ambiente (*State of Environment Report - SOE*) que, por sua vez, se apóia nos conjuntos de indicadores ambientais e de sustentabilidade disponíveis.

O primeiro relatório publicado foi intitulado "*Europe's Environment: The Dobris Assessment*" (EEA, 1995). Nele identificado e analisado os problemas ambientais fundamentais da Europa, agregados na forma de 12 temas listados na Tabela abaixo.

Tabela 1 - Temas do Relatório *Dobris Assessment*

1)	Alterações climáticas
2)	Destruição do ozônio estratosférico
3)	Acidificação
4)	Ozônio Troposférico e <i>smog</i> de verão
5)	Produtos Químicos
6)	Resíduos
7)	Biodiversidade
8)	Águas interiores
9)	Ambiente marinho e costeiro
10)	Degradação do solo
11)	Ambiente urbano
12)	Riscos tecnológicos e naturais

Fonte: EEA, 1995

No Brasil, ainda se caminha a passos lentos e, até o momento, somente o IBGE tomou a iniciativa de implementar projeto para a produção dos indicadores de sustentabilidade no país. Numa perspectiva abrangente, serão compatibilizados, ao todo, 59 indicadores (20 sociais, 19 ambientais, 14 econômicos e 6 institucionais). Os indicadores serão avaliados pela Comissão Consultiva de Estatísticas Ambientais, recém criada pelo IBGE, integrada por especialistas de diversas instituições. A Tabela a seguir ilustra a estrutura temática adotada. O conjunto completo de indicadores encontra-se em Anexo.

Tabela 2 - Estrutura temática dos Indicadores do Desenvolvimento Sustentável

Dimensão	Temas	Subtemas
Social	➤Eqüidade	▪ Pobreza ▪ Igualdade de gênero ▪ Bem-Estar infantil
	➤Saúde	▪ Estado nutricional ▪ Doenças ▪ Mortalidade ▪ Saneamento ▪ Água Potável ▪ Serviços de saúde
	➤Educação	▪ Nível Educacional ▪ Alfabetização
	➤Habitação	▪ Condições de habitação
	➤Segurança	▪ Criminalidade
	➤População	▪ Dinâmica populacional
Econômica	➤Estrutura econômica	▪ Desempenho da economia ▪ Comércio ▪ Situação financeira
	➤Padrões de produção e consumo	▪ Consumo de materiais ▪ Uso de Energia ▪ Geração e Manejo do Lixo ▪ Transporte
Ambiental	➤Atmosfera	▪ Mudanças climáticas ▪ Destruição da camada de ozônio ▪ Qualidade do Ar
	➤Terra	▪ Agricultura ▪ Florestas ▪ Desertificação ▪ Urbanização
	➤Oceanos mares e Áreas costeiras	▪ Áreas costeiras ▪ Pesca
	➤Água doce	▪ Quantidade de Água ▪ Qualidade da Água
	➤Biodiversidade	▪ Ecossistemas ▪ Espécies
Institucional	➤Estrutura institucional	▪ Estratégias de implementação do desenvolvimento sustentável ▪ Cooperação Internacional
	➤Capacidade Institucional	▪ Acesso à Informação ▪ Infra-Estrutura de Comunicação ▪ Ciência e Tecnologia ▪ Preparação e resposta para desastres naturais

Fonte: UNCSD/IBGE (2002)

Percebe-se, claramente, que os indicadores ainda estão situados numa construção intelectual incipiente, mas buscando inovar as teorias normativas mirando o desenvolvimento, tão efetivamente preconizado pela teoria ecológica, com base na dinâmica evolutiva dos sistemas socioculturais e ambientais.

Espera-se que os parâmetros adotados para se obter os indicadores ambientais sejam incorporados plenamente às políticas públicas, em especial, as ambientais e urbanas visando a um favorecimento da população e uma melhoria de vida em áreas específicas de atuação e em cada região ocupada, afinal,

os padrões de qualidade ambiental variam entre a cidade e o campo, entre cidades de diferentes países, entre cidades de um mesmo país, entre áreas de uma mesma cidade. Varia, também, a avaliação de se a qualidade ambiental está melhorando ou piorando. Isso porque a qualidade do meio ambiente depende de processos nacionais, em nível urbano e rural e de políticas adotadas em todas as esferas: federal, estadual ou municipal, pública ou privada (MACHADO, 1997, p.18).

Com isso, podemos aferir que a política ambiental, entendida no seu sentido mais abrangente, não pode ser separada de uma discussão de valores mais latentes e que regem a sociedade humana. É pertinente, portanto, trazer à baila uma visão consensual do passado e do futuro para, assim, projetar o avanço necessário entre a produção econômica, consumo, crescimento da população e a necessária qualidade ambiental, em busca de tornar viável a passagem do modelo de desenvolvimento atual para se constituir em sustentável.

Essa busca pela sustentabilidade urbana pode estar diretamente associada aos agentes da construção civil que podem contribuir na efetivação de uma cidade em que os modelos propostos, em termos de sustentabilidade urbana, possam ser implantados na prática. É óbvio que, visto sob a ótica do discurso ecológico, existe um antagonismo entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Espera-se, no entanto, que aqueles que contribuem para a

“construção” da cidade e seu destino final possam desenvolver interesses em criar condições sustentáveis referidas à dinâmica social, à qualidade de vida e às dinâmicas natural e urbana, produzindo práticas locais bem sucedidas aliadas a políticas públicas positivas, de modo que se possa efetivar a expansão urbana, conjuntamente, com a preservação de áreas naturais, que possam caracterizar a cidade no seu eterno contraste espaço construído e natural, para não sucumbir no “pesadelo” citado por Lynch (1977, p.207) quando afirma que “se o mundo fosse coberto por uma única e imensa cidade, como atingir o feliz contraste entre cidade e campo? A metáfora dramatiza a necessidade de tornar mais rica a contextura das grandes cidades.”

IV. O MEIO AMBIENTE NA PERSPECTIVA DOS AGENTES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DA CIDADE DE JOÃO PESSOA

“Um objeto ou lugar atinge realidade concreta quando nossa experiência com ele é total, isto é, através de todos os sentidos, como também com a mente ativa e reflexiva. Quando residimos por muito tempo em determinado lugar, podemos conhecê-lo intimamente, porém a sua imagem pode não ser nítida, a menos que possamos também vê-lo de fora e pensemos em nossa experiência.”

Yi-Fu Tuan

Nesse capítulo, apresentamos os profissionais da área de construção trazendo à baila as suas opiniões e percepções para que possamos entender a atuação desses profissionais na cidade e a valoração que estes concedem aos espaços verdes urbanos.

1. Representações das categorias profissionais: os sujeitos e suas respectivas formações profissionais

Procuramos investigar a percepção dos entrevistados segundo as especificidades de cada categoria profissional. Para tanto, foram definidos três grupos – arquitetos, engenheiros e empresários da construção - em função da formação profissional e dos papéis que cada um desempenha na esfera da construção civil e sua contribuição para a expansão urbana da cidade.

A decisão por analisar em separado cada categoria profissional partiu da premissa de que as práticas profissionais poderiam guardar especificidades, em função do papel ou

desempenho assumido por cada grupo na sua atuação profissional. Esta hipótese foi apenas parcialmente confirmada pela análise qualitativa, no decorrer da qual foram observadas semelhanças representacionais nas diversas categorias.

Quadro 2: Relação dos sujeitos da pesquisa por sexo, formação, ano e instituição de conclusão de curso.

Sexo	Masculino Feminino	Arquitetos	Engenheiros	Construtores
		10 21	95 27	28 -
Ano de Conclusão de curso	1968 a 1979	01	50	04
	1980 a 1991	21	55	16
	1992 a 2003	09	17	04
	Não declarou		-	04
Instituição de Conclusão de curso	UEPB campus I	27	103	12
	UEPB II	-	09	08
	UFPE	03	04	01
	USP	-	04	-
	UFES	-	-	01
	UNIPÊ	01	-	-
	UFRJ	-	02	01
	ETFPB	-	-	01
	Não declararam	-	-	04
Formação dos construtores	Engenheiro civil			13
	Eng. Elétrico			03
	Arquiteto			03
	Matemático			02
	Direito			02
	Técnico			01
	Não declarou			04
Total		31	122	28

Analisando o quadro acima denota-se que, excetuando-se os arquitetos, dez (10) do sexo masculino para vinte e um (21) do feminino, entre os sujeitos da pesquisa há um número maior de membros do sexo masculino, pois dos cento e vinte e dois (122) engenheiros, noventa e cinco (95) são do sexo masculino e vinte e sete (27) do sexo feminino. E dos vinte e

oito (28) construtores nenhum é do sexo feminino. No entanto, não se considerou essa variável como um posicionamento pertinente para o tipo de análise que se pretende trabalhar, pois optou-se pela variável categoria profissional, ou seja, agentes da construção civil, e não analisar o posicionamento do profissional, baseado na questão do gênero. Portanto, no dizer de Kerlinger (1980, p.23), a variável categoria, no caso específico da pesquisa que aborda uma visão profissional, “tem por característica o fato de todos os membros de uma categoria [...] serem considerados iguais no que diz respeito àquela variável.”

Quanto às universidades cursadas, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Paraibana de educação (UNIPÊ), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ou ainda a antiga Escola Técnica Federal da Paraíba (ETFPB), atualmente reconhecida como Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET), pelas suas diversidades acadêmicas, distanciamento geográfico e formas diferentes de administração (particular e privada) procuramos, nesse estudo, não nos ater ou investigar algum tipo de relação quanto a grade curricular adotada por essas e o posicionamento das informações transmitidas pelos pesquisados. Enfatizamos, porém, baseados nas informações obtidas através dos entrevistados que, com referência ao ano de conclusão, estes diferenciavam-se nas informações obtidas quando se questionava sobre se haviam alcançado alguma fundamentação com relação ao meio ambiente. Observamos que os profissionais em Arquitetura e Urbanismo que concluíram seus cursos em anos tais como: 1974, 1981, 1984, 1990, 1999 e 2003 afirmaram que haviam obtido fundamentação a respeito do meio ambiente urbano nas respectivas grades curriculares. Quanto aos concluintes nos anos de 1980, 1987, 1993, 1997 asseveraram que não haviam sido orientados para o entendimento do tema em pauta.

Contradição aparece com relação ao ano de 1982, onde um profissional (UFPB, feminino) afirma que “sim”, recebeu orientação sobre meio ambiente urbano, enquanto que outro profissional (UFPB, masculino) relatou que “não”. Contradizendo opiniões, incoerência surge referente ao ano de 1983 pois, duas arquitetas (UFPB) declaram “não” e uma (UFPB, feminino) insiste que “sim”. Existe, ainda, um antagonismo referente ao ano de 1984, afinal, dois profissionais (UFPB, feminino) argumentam que uma delas havia obtido orientação ambiental, enquanto que a outra não.

Baseado nessa análise, pudemos observar que existe uma escala intermediária formada por anos consecutivos onde, aparentemente, não foi explorado o tópico “meio ambiente” nos cursos em questão, enquanto que, nas extremidades dessa escala, os profissionais concluintes nos anos citados estão convictos que obtiveram fundamentação sobre a temática “meio ambiente urbano”. Ou seja, os profissionais concluintes nos anos de 1974 a 1984 e 1990 a 2003 são categóricos em afirmar “sim” e aqueles que concluíram cursos em anos intermediários respondem “não” a mesma argüição. Exceção a essa seqüência de anos - *sim e não* - apontada anteriormente, parece acontecer quando a posição do profissional (UFPB, feminino) concluinte no ano de 1980, foge dessa estrutura ao afirmar que não teve orientação sobre meio ambiente. Pode-se inferir que o alcance de um nível escolar mais elevado, como é o caso dos pesquisados, leva a uma compreensão dos fatos e argumentação lógica dos mesmos num parâmetro estruturado e, obviamente, mais comprometido em termos gerais, inclusive no caso específico de meio ambiente urbano, no entanto, pode-se aferir que por um condicionante pessoal o profissional não tenha se apercebido de tal ensinamento ou, não exista mais na memória clareza em responder sobre tal indagação. As contradições ocorridas em 1982, 1983 e 1984 podem estar baseadas nessa mesma premissa.

Na classe de construtores, como o nível educacional é diferenciado, ao relatar sobre o entendimento referente ao meio ambiente, surgem diversas opiniões e, por vezes, sob pontos

divergentes. Aqueles que obtiveram diplomação em direito, matemática e engenharia elétrica afirmaram que não obtiveram tal conhecimento. Um arquiteto, cujo ano de conclusão foi 1974 (UFPE) assegurou que “sim”, havia recebido fundamentação em meio ambiente. O único técnico presente à pesquisa também afirmou “sim”. Entre os engenheiros civis, estes se dividiram entre “sim” (1976, UFPB II), (1980, UFPB), (1982, UFRJ), (1982, UFPB II), (1996, UFPB II) e aqueles que garantiram que “não”, são empreiteiros que concluíram seus cursos nos anos e instituições a seguir: (1979, UFPB), (1989, UFPB), (1981, UFES), (1980, UFPB II). Vale salientar que três desses profissionais optaram por não declarar opinião sobre tal questão.

É sabido que a educação serve para, além da obtenção do conhecimento, a aplicação deste através de envolvimento consciente, buscando fazer com que a instrução obtida se volte para a transformação da realidade. Com os dados obtidos nesse estudo, pudemos perceber que os envolvidos na pesquisa obtiveram conhecimento direcionado ao meio ambiente, no caso dos arquitetos, nos anos anteriores a 1984 e posteriores a 1990, estabelecendo uma lacuna, um intervalo de tempo onde não se desenvolveu tal conhecimento.

Quanto aos engenheiros civis, foram feitas afirmativas de que houve estudo ambiental em anos anteriores a 1973. Contradições prevaleceram referentes ao período de 1975 a 1996 onde se observava a oscilação entre “não” e “sim”. Pode-se inferir que a justificativa para tal indecisão pode estar associada à certa falta de sensibilidade ao tema e ao fato de que, ao recorrer à memória, não se encontra a firmeza esperada na resposta ao questionamento. Segundo Paulo Freire apud BERBEL (1999, p.11), “aprender é apreender a razão de ser do próprio objeto que se quer aprender”. Para tal, faz-se necessário sair das primeiras percepções sobre o objeto, que no caso apresentado é meio ambiente, e partir para um estudo mais aprofundado, motivação esta que talvez não tenha ocorrido para apreender o tema em foco. Pode-se inferir ainda sobre a possibilidade da(s) disciplina(s) dos cursos de formação em

pauta que trabalham a temática serem do bloco de optativas facultando aos discentes creditarem-na(s) em seus currículos escolares ou não.

A partir do ano de 1997 até 2003, a segurança em afirmar que não se obteve fundamentação em temas ambientais é veementemente positiva. Este dado merece destaque, pois neste período a problemática ambiental atingiu grandes proporções, sendo conteúdo obrigatório de vários cursos.

Compreende-se que o aprendizado das técnicas construtivas é por demais importante para o profissional dessa área. Julga-se, em contrapartida, que uma ênfase maior com relação à temática meio ambiente deve ser relevante na formação profissional daqueles que irão agir diretamente na produção do espaço urbano executando projetos, planos e planejamentos, que impulsionarão o eterno movimento da cidade, pois esta nunca permanece estagnada mas em constante atividade e os agentes da construção civil estão intensamente envolvidos, sendo os impulsores desse fenômeno. Uma maior conscientização e sensibilização ambiental poderia ser buscada incessantemente para beneficiar o espaço urbano em que se vive. Sabe-se que o ser humano precisa agir para transformar. Freire apud BERBEL (1999, p. 19) afirma que “a conscientização só acontece se nós aliarmos a reflexão à ação. A pura ação nem sempre é transformadora. Ela pode ser repetitiva, pode mudar a aparência e não transformar nada.” Portanto, orientações, reflexões sobre a temática meio ambiente urbano são necessárias para se alcançar resultados mais positivos nos planos de construção e reconstrução da cidade visando a melhor qualidade de vida para seus habitantes e a melhorar a atuação do profissional como um dos agentes desse processo.

2 Espaços naturais da cidade na visão dos agentes da construção civil

Análises diversas avaliam que áreas naturais urbanas, resquícios de recursos naturais dentro de uma cidade, proporcionam aos seus habitantes momentos de interação com a natureza e trazem pleno relaxamento auxiliando, assim, a minimizar as tensões criadas no dia-a-dia na convivência do espaço urbano. Estudos enfatizam que estas áreas verdes públicas urbanas são portadoras de uma enorme complexidade e diversidade simbólica, que expressam referências culturais e ambientais relevantes para a memória e identidade coletivas.

Ao se observar a cidade nota-se que, além do espaço verde público, encontra-se ainda cobertura vegetal oriunda de jardins, pomares e quintais, o que contribui para o conforto ambiental num contexto positivo. Por fim, quando se considera a problemática urbanística contemporânea, é preciso também fazer referência a lugares da cidade cuja ambiência está determinada pela presença de paisagens naturais, jardins públicos e parques, ruínas e complexos de monumentos, que qualificam culturalmente o espaço urbano.

Quando se parte para analisar a apreensão do espaço da cidade, percebe-se que este se constitui num conjunto de diferentes usos justapostos entre si. Tais usos definem áreas específicas como centro da cidade, áreas industriais, local de concentração de atividades comerciais, de serviços, de lazer e as residenciais, que se distinguem na forma e conteúdo social. Para esse estudo, buscou-se a perceptibilidade de espaços naturais constantes na cidade em exame. Consideramos esses como símbolos fortes ou símbolos da vida urbana. Na fala de Lynch (1997, p. 134):

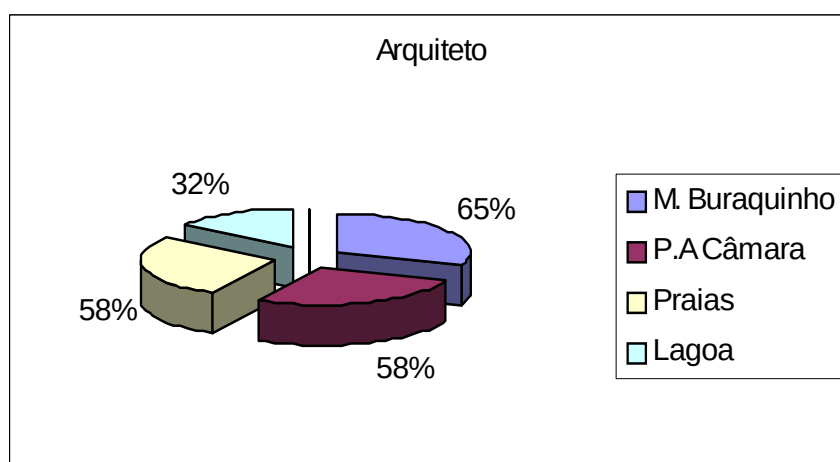
a clareza da estrutura e a expressividade da identidade são os primeiros passos para o desenvolvimento de símbolos fortes. Ao aparecer como um lugar admirável e bem interligado, a cidade poderia oferecer uma base para o agrupamento e a organização de tais significados e associações. Em si mesmo, esse sentimento de lugar realça todas as atividades humanas que aí se desenvolvem e estimulam o depósito de um traço de memória.

Buscamos ainda analisar esses símbolos fortes como pontos nodais definidos como “lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar [...] ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum uso ou de alguma característica física” LYNCH (1997, p. 52-53). Ao conceituar pontos nodais, Lynch (1997) os associa a vias, caminhos, trajetos ou ainda aos núcleos de bairros. No entanto, como os espaços naturais buscados nessa pesquisa são traços dominantes, levando-se em conta toda a área citadina, ou seja, o ambiente físico em estudo, julgamos pertinente orientá-los como tal.

É evidente que cada observador seleciona, ordena e imprime significado daquilo que vê. Sendo assim, o símbolo natural captado individualmente pode diversificar significativamente conforme os espectadores e as diversidades entre eles.

Compreendendo que, para ter plena percepção dessas áreas, se faz necessário conhecê-las e estar apto a entender as transformações que se apresentam nesses espaços e ao seu redor, buscou-se questionar os sujeitos da pesquisa sobre que áreas naturais seriam essas e, assim, encontrar a percepção ambiental dos sujeitos da pesquisa. Com isso, almejamos concretizar uma representatividade da classe construtora da cidade.

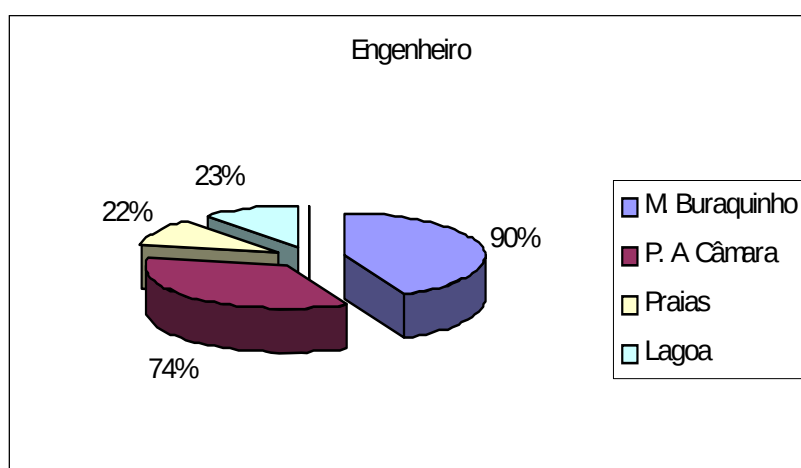
Gráfico 1- Percepção ambiental do profissional arquiteto-urbanista referente às áreas verdes.



Fonte: Pesquisa efetuada pela autora, entre julho e setembro de 2004.

Como observado no gráfico 1, dos trinta e um (31) arquitetos entrevistados, vinte (20), ou seja, o equivalente a 65%, percebem a Mata do Buraquinho mais fortemente, seguido do Parque Arruda Câmara (PAC) e praias, ambos citados por dezoito (18) entrevistados (58%). Estes apresentaram também a “Lagoa” – dez (10) arquitetos (32%). Esse grupo de profissionais prontamente ofereceram respostas à essa questão sem se esquivar ou optar por não responder. Alguns deles percebem ainda a Mata Atlântica que foi citada por nove (9) dos pesquisados (29%), bem como mangues (13%), falésia (6,5%) e estuário (3%).

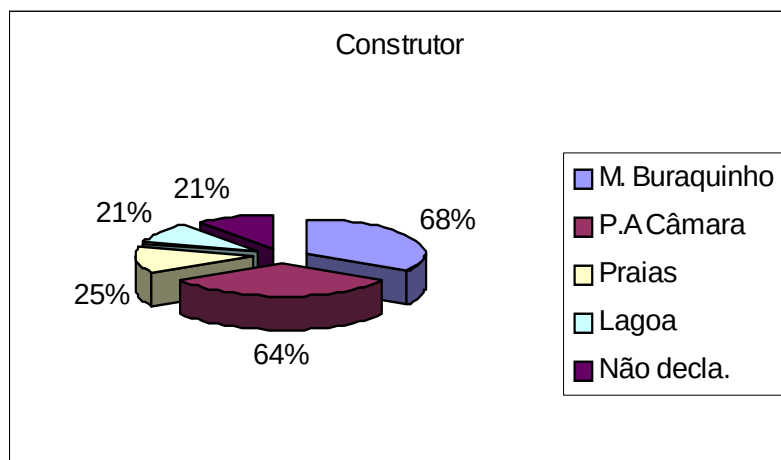
Gráfico 2- Percepção ambiental do profissional engenheiro referente às áreas verdes.



Fonte: Pesquisa efetuada pela autora, entre julho e setembro de 2004.

Dentre os cento e vinte e dois (122) engenheiros entrevistados, cento e dez (110), o equivalente a 90%, percebem a Mata do Buraquinho, noventa (90) dos pesquisados, ou 74%, citam o Parque Arruda Câmara, 23% evocam a “Lagoa” e vinte e dois por cento (22%) ditam as praias. Nenhum deles se recusou a responder sobre tal temática envolvendo as áreas verdes.

Gráfico 3 – Percepção ambiental dos construtores referente as áreas verdes



Fonte: Pesquisa efetuada pela autora, entre julho e setembro de 2004.

Dos vinte e oito (28) construtores entrevistados, seis (6), o equivalente a 21%, optaram por não responder a questão apresentada. Em contrapartida, 68% deles apontaram a Mata do Buraquinho como uma área natural significativa na cidade, seguido do Parque Arruda Câmara (64%). Vinte e cinco por cento (25%) citaram as praias e vinte e um por cento (21%), a Lagoa ou Parque Solon de Lucena.

Gradativamente, foi-se percebendo que os três grupos, ao serem argüídos, embora aparentemente distintos, tinham um entendimento comum com relação à temática abordada, o que nos fez reportar ao conceito de representação social, no sentido de que o grupo desenvolve um conjunto de princípios construídos interativamente e compartilhado pelo mesmo, formando condutas.

Analisando os gráficos 1, 2 e 3, observa-se que não houve diferença significativa, nos distintos grupos, ao escolherem a Mata do Buraquinho, o Parque Arruda Câmara, as praias e a Lagoa (Parque Sólón de Lucena) pois, esses espaços verdes urbanos foram eleitos e compartilhados por muitos ou pela maioria dos entrevistados. Ao se perceber que todos os sujeitos da pesquisa tinham um discurso semelhante, optou-se por, nesse momento do trabalho, incluí-los como um único grupo uniforme. Sobre esse procedimento nos embasamos

em Castells (1983). O autor apresenta esta uniformidade no pensar e falar como *efeito de legitimação*, significando que “toda ideologia racionaliza certos interesses, a fim de apresentar sua dominação como expressão de interesse geral” (CASTELLS, 1983, p. 267). Castells (1983) sugere ainda que, além do efeito de legitimação, os grupos apresentam ainda o *efeito de comunicação*, através do uso de códigos, onde “esta comunicação efetua-se por um processo de reconhecimento entre os indivíduos [...] e que este reconhecimento é ao mesmo tempo um desconhecimento, [...] que torna possível a comunicação através de uma falsa apreensão da situação vivenciada; [...]” (CASTELLS, 1983, p. 267).

Nesse contexto, buscamos apresentar os espaços naturais como aduzidos pelo grande grupo formado pelas três categorias de profissionais apresentadas nesse estudo. Portanto, os espaços verdes mais citados foram:

Jardim Botânico, também nomeado como popularmente é conhecido - *mata do buraquinho* ou ainda como *horto florestal*.

Podemos inferir que, como os profissionais envolvidos nesse estudo são habituados a fazer consultas, análises mantendo, assim, intensa convivência com projetos, escalas gráficas e mapas, não tiveram dificuldade, mesmo sem ter esse tipo de material presente no momento da entrevista, em identificar o jardim botânico como um espaço natural significativo na cidade. Isso pode ter ocorrido, provavelmente, pela sua forma singular de “coração”, sua estrutura no contexto urbano, sua dimensão e localização espacial – praticamente no centro do mapa da cidade. Podemos acrescentar ainda o contraste do seu verde com o seu plano de fundo, que reforça a identidade do todo compondo um cenário que assegura a importância de se dar atenção especial a essa área. Com isso, esse espaço urbano proporciona um enriquecimento e aprofundamento no seu caráter de natureza, de verde na urbe, produzindo uma imagem forte - símbolo da vida urbana.

Vindo em segunda posição, o *Parque Arruda Câmara*, por vezes evocado como ‘*Bica*’. Localizado no centro comercial da cidade, apresenta algumas características físicas marcantes para o design urbano. Buscou-se apoio nos estudos de Lynch (1997) para compreender e qualificar o valor que se atribuiu a esse espaço verde.

A primeira delas é a singularidade, pois o Parque Arruda Câmara apresenta clareza da figura-plano de fundo: nitidez dos limites, contraste de superfície, forma, tamanho, uso, localização espacial (LYNCH, 1997). Esse contraste ocorre em relação ao entorno, imediatamente visível, com sua urbanização definida e o verde do parque em si. Além disso, a experiência do observador qualifica o entendimento da área como atrativo natural à medida que emerge o mérito do seu potencial histórico-cultural e de lazer para toda a população da cidade, atribuindo-lhe uma identidade única.

O parque Arruda Câmara apresenta ainda simplicidade da forma, com uma geometria simples e limitação bem definida. O seu predomínio aparece em “decorrência do tamanho, da intensidade ou do interesse, resultando na leitura do todo como uma característica principal associada a um conjunto” (LYNCH, 1997, p. 118). Pode-se acrescentar a isso, o alcance visual que proporciona uma sensação de penetração visual, tanto concreta quanto simbolicamente, servindo, por vezes, de ponto de referência no auxílio de localização dos transeuntes no interior da malha urbana.

Finalmente, foram mencionadas, de modo geral, as *praias* - espaços esses apontados como natureza existente na cidade. Pode-se estimar que o atrativo por essa área livre da cidade se refere à existência de uma vegetação exuberante, extremamente diferenciada com seus coqueirais, castanholas e vegetação rasteira, o contraste entre mar e terra, além da morfologia costeira com suas falésias que formam um cenário marcante, unindo-se ainda o prazer da convivência com esse espaço físico de lazer e contemplação, podendo-se, inclusive, legitimá-las como efetivos pontos de orientação. Tuan (1980, p.131) complementa:

Não é difícil de entender a atração que exercem as orlas marítimas sobre os seres humanos. Para começar, sua forma tem dupla atração: por um lado, as reentrâncias das praias [...] sugerem segurança; por outro lado, o horizonte aberto para o mar sugere aventura. Além disso, o corpo humano, que normalmente desfruta apenas do ar e da terra, entra em contato com a água e a areia. [...] A praia também é banhada pelo brilho direto e refletido da luz do sol, porém a areia cede à pressão, penetrando entre os dedos do pé e a água recebe e ampara o corpo.

Portanto, as praias constituem poderosas impressões visuais e sensitivas. Alain Corbin (1989) em sua obra *“O território do vazio”* complementa essa idéia apresentando um relato sobre a praia e o imaginário ocidental expondo que, bem antes do final do século XVIII, as praias haviam se tornado lugares de contemplação e deleite e apreciadas também como “um remédio contra a melancolia e os males da cidade enferma” (CORBIN, 1989, p. 176). O mar adquire, assim, papel decisivo na história do nosso planeta.

[...] A beira-mar propõe um cenário no qual, mais que em qualquer outro, é possível, devido ao próprio espetáculo do enfrentamento do ar, da água e da terra, desenvolver-se a fantasia de fusão com as forças elementares. [...] A vacuidade do oceano, convertido em lugar metafórico do destino da pessoa, [...] convida a periódicos balanços de vida.
[...] O indivíduo não vem mais admirar aí os limites impostos por Deus ao poder do oceano; em busca de si mesmo espera descobrir-se ou, talvez melhor, reencontrar-se. Assim, compreende-se o enriquecimento considerável da experiência das praias. As impressões que estas propõem são analisadas, desde então, por cada um dos cinco sentidos [...]. As maneiras inéditas de postar-se, permanecer na praia, sentar-se, estender-se na areia, registram esse aprofundamento da busca. (op. cit., p.177)

A importância dada à praia pelos sujeitos da pesquisa determinam como a mesma é observada por eles. Esse espaço livre é apontado como um local de significância na vida da cidade, afinal a expansão urbana em direção ao mar é notória e visível, caracterizado-o como um significativo espaço natural do município de João Pessoa.

A Ponta do Seixas, embora seja um atrativo ambiental, turístico e geográfico, pela sua posição privilegiada como “mais oriental das Américas”, foi citado apenas uma vez por um

engenheiro, natural da cidade do Rio de Janeiro, com formação profissional naquele local e atual residente da cidade de João Pessoa.

O *Parque Solon de Lucena*, por vezes cognominado de ‘*Lagoa*’, surge em quarto lugar nesse ranking elaborado pelos agentes da construção civil. A ‘*Lagoa*’ é um lugar incomum: parque e ponto central ao mesmo tempo, por vezes passa despercebida sua importância como espaço verde. Segundo Tuan (1983, p. 4), “os lugares são centros aos quais atribuímos valor.” O Parque Solon de Lucena (*Lagoa*) é um ponto nodal, um marco na geografia da cidade, um lugar em que muitos consideram ‘a cara de João Pessoa’. Caminhando pelas ruas ou observando da janela de um carro ou de um ônibus, nota-se o seu centro circunscrito num imenso mapa. A *Lagoa* descortina-se em uma visão deslumbrante. Os bairros em seu entorno se estendem em ruas que partem como os raios de uma roda e no seu centro, um lago redondo cercado de palmeiras (EGITO, 2002). O descaso como é tratado esse parque tanto pelo poder público como pela própria população, justifica a posição que tomou nessa análise.

Referências sobre *matas*, em alusão a *resquícios da Mata Atlântica*, fez com que essas ocupassem a quinta posição no exame dos espaços verdes da cidade. Por vezes, a *Mata da Amém* é citada, embora já esteja em perímetro urbano da cidade de Cabedelo, assim como as *matas que margeam a BR 230*. Essa indefinição sobre a localização dessas áreas pertencerem ou não à João Pessoa, provavelmente se deva ao fato de a expansão da cidade ter ocorrido de forma tão gradativa, que não deu oportunidade a se fazer conveniente reflexão sobre a conurbação³⁸ ocorrida.

Faz-se necessário uma pausa para perscrutar sobre as praças da cidade. Algumas, podem ser consideradas apenas como áreas de lazer afinal, por vezes, seu espaço é priorizado

³⁸ Patrick Geddes, em seu livro intitulado *Cities in evolution* (1915), criou a palavra “conurbação” para indicar os diversos grupos urbanísticos que aparecem na Inglaterra, mudando a natureza da autonomia local. Em termos simples, esse vocábulo significa que, com a expansão urbana, no lugar de linhas divisórias, surgem linhas de unificação.

para o recreio (área de jogos e brincadeiras), mas existem aquelas de caráter contemplativo, isto é, áreas de valor cênico e paisagístico.

Lynch (1997, p.84) entende os pontos em direção aos quais e a partir dos quais o observador pode adentrar e se movimentar como um ponto nodal incluindo nesses a esquina, a praça. No que diz respeito às praças de João Pessoa, segundo informações dos servidores da PMJP, a cidade conta com noventa e sete praças. Os entrevistados dessa pesquisa, no entanto, em momento algum fizeram menção a qualquer tipo de praça. Mesmo aquelas com forte cobertura vegetal não conseguiram ser identificadas como espaço verde da cidade. Lynch (op. cit.) aponta sobre esse tipo de situação argumentando que “(se) pode inferir que as imagens de maior valor são aquelas que mais se aproximam de um forte campo total: densas, rígidas e vivas; que recorrem a todos os tipos de elementos e características formais sem uma concentração limitada”. A imagem das praças tornou-se irrelevante com relação a tantos outros pontos de referência do verde encontrados na urbe. Unindo-se a isso, pode-se argumentar possibilidades como as mudanças de comportamento onde a convivência na praça é trocada pela companhia das tecnologias modernas, associada ao temor da violência reinante na atualidade.

A cidade em estudo possui ruas arborizadas no centro da cidade, em corredores viários, como avenida José Américo de Almeida, popularmente conhecida como Beira-Rio (por margear trecho do rio Jaguaribe), Cruz das Armas, Eptácio Pessoa, Ruy Carneiro, João Machado, Maximiano Figueredo e Getúlio Vargas. Para alguns entrevistados essas vias eram os elementos urbanos predominantes como espaço verde. Embora essa importância diversificasse conforme o grau de sensibilidade ambiental de cada sujeito da pesquisa, ao serem percebidas e, conseqüentemente, destacadas na entrevista, valorizou-se e polarizou-se o poder do verde característico desses espaços de circulação. É óbvio que o trânsito complica a estrutura, mas, em muitos casos, esse contraste do verde e volume de veículos contribui ainda

mais para a clara definição da estética, leveza e amenidade trazidas pelas árvores de modo que tornam essas vias mais perceptíveis, claras e dominantes na composição do seu derredor. Ao conter árvores alinhadas nas partes centrais dessas vias, a cidade se beneficia embelezando-se e minimizando o calor urbano. Como afirma Sirkis (1999, p.137): “[...] quanto mais arborizadas suas ruas, maior conforto ambiental dos seus habitantes. Uma boa quantidade de árvores nas suas ruas protege do calor, melhora a defesa contra os poluentes atmosféricos e o barulho, a absorção de águas pluviais e não permite a erosão do solo.”

Torna-se cabível aqui observar que embora os bairros sejam “áreas relativamente grandes da cidade nas quais o observador pode penetrar mentalmente e que possuem algumas características em comum” (LYNCH, 1997, p.74), somente o *Altiplano Cabo Branco* foi citado como um bairro diferencial na cidade. Para alguns dos entrevistados, - 17% dos engenheiros e 7% dos construtores - (os arquitetos não se posicionaram), esse bairro foi considerado como espaço verde. Essa visão é compreensível pois, afinal, o bairro ainda possui resquícios da Mata Atlântica, na barreira limítrofe da praia do Cabo Branco e é considerado pelo plano diretor da cidade como uma zona de proteção ambiental (ZEP). A realidade, porém, mostra uma avançada ocupação favorecendo o desmatamento e beneficiando a especulação imobiliária.

A *cidade inteira* também passa a ser considerada um símbolo forte. “De fato, a cidade inteira pode tornar-se um ponto nodal” (LYNCH, 1997, p.81). Corrobora com essa posição Tuan (1983, p. 191) ao assegurar que “ a cidade é um lugar, um centro de significados, por excelência. Possui muitos símbolos bem visíveis. Mais ainda, a própria cidade é um símbolo”. Faz-se necessário compreender a cidade como um todo, incluindo os elementos construtivos, arquitetônicos na composição da natureza urbana. A paisagista e planificadora Anne Whiston Spirn descreve essa relação delicada entre o ambiente natural e o construído:

A cidade nem é totalmente natural, nem totalmente construída. Ela não é ‘desnatural’, mas a transformação da natureza ‘selvagem’ pela humanidade para servir suas próprias necessidades. A cidade precisa ser reconhecida como parte da natureza e desenhada de acordo com isso.

A cidade, os subúrbios e a periferia rural precisam ser vistas como um único sistema evolutivo dentro da natureza, da mesma forma que, individualmente, todo parque ou edifício, dentro do todo mais amplo (Spirn apud SIRKIS, 1999, p.18).

Para confirmar a importância dessa visão do todo pode-se, inclusive, buscar a noção de totalidade, um dos legados deixados pela filosofia clássica e que afirma que: “todas as coisas presentes no universo formam uma unidade [...]. A totalidade é o conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento” (SANTOS, 2002, p. 115-116). Lynch (1997) percebe essa totalidade de uma maneira poética ao asseverar: “Neste caso, o imaginado seria o modelo de desenvolvimento de elementos, e não os elementos em si – do mesmo modo que nos lembramos das melodias, e não das notas que a compõem. [...] A total orquestração dessas unidades é que amarraria uma imagem densa e viva” (LYNCH, 1997, p. 120-121).

Vale salientar que essa concepção do todo foi apresentada por duas entrevistadas, ambas arquitetas. Uma delas não é natural da cidade em estudo e a outra se encontra, no momento, residindo em Recife-PE e se deslocando temporariamente para a cidade de João Pessoa por motivo de trabalho. Sabe-se que o visitante e o natural da terra evidenciam aspectos diferentes do meio ambiente: “A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética [...] ele julga pela aparência, por algum critério formal de beleza” (TUAN, 1980, p.74) com a vantagem de “perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente” (TUAN, 1980, p.75). Pode-se inferir que, como nesses casos, a visão do outro, daquele que veio de lugar distante e encontra um outro lar ou

ainda daquele que, por ser natural da terra, mantém uma topofilia³⁹, favorece a imagem do todo, da cidade por inteiro, do verde pleno. Pode-se deduzir que a visão da cidade em sua totalidade esteja também associada ao marketing do verde, ou seja, da divulgação da cidade como a mais verde do Brasil ou a segunda no mundo. Essa reflexão nos transporta ao questionamento levado aos agentes da construção referente ao tema “cidade verde”.

2. “Cidade verde” ou a emergência do saber ambiental

Ao se trabalhar a frase “João Pessoa – cidade verde”, os envolvidos na pesquisa puderam evocar diversos verbetes. Foi utilizado o teste de associação, ou evocação livre de palavras, que se constitui num tipo de investigação aberta baseada na solicitação de respostas dadas a partir de um estímulo instigador, no caso, a própria imagem da cidade presente numa vivência corriqueira dos profissionais entrevistados. Para cada sujeito da pesquisa, foi solicitado que respondesse, utilizando apenas três vocábulos, o que lhe vinha à mente ao ouvir “João Pessoa – cidade verde”. Tal procedimento baseou-se na estratégia de análise do Núcleo Central de Vergès, apresentado por SÁ (1996), que defende que ao se apresentar um estímulo indutor, surgirão diversas evocações. Listadas todas expressam um conjunto de unidades semânticas que, classificadas e analisadas, apresentam um “núcleo central”.

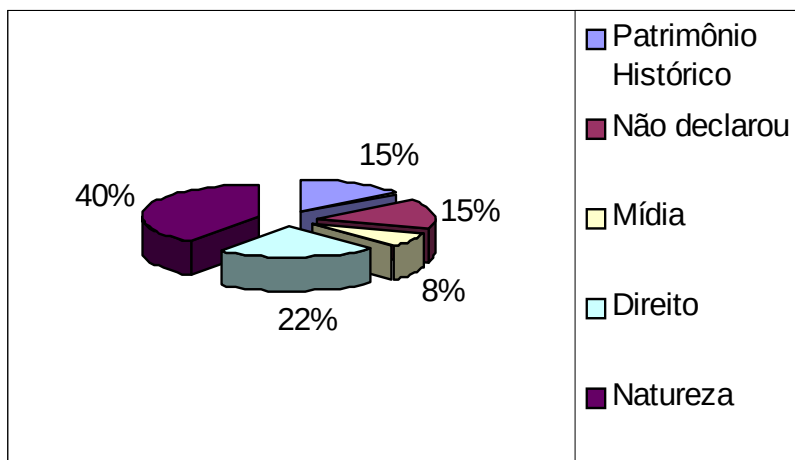
Nesse ponto da pesquisa, percebemos que os grupos distintos de pesquisados se separam fixando vertentes diferentes na maneira de perceber a cidade como verde, pois os construtores dividem suas opiniões utilizando palavras que evocam idéias que variam entre direitos do cidadão – sociedade (direito, cuidado, sociedade) e a natureza em si (meio

³⁹ Segundo Tuan (1980, p. 107) “topofilia” é um neologismo reportado a idéia de laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material.

ambiente, natureza viva, natureza, prevenção), além de manter uma relação desse verde com o patrimônio histórico (história). Quatro (4) dos entrevistados, o equivalente a 14%, preferiram nada declarar. Com relação à qualidade de vida e à questão paraclimática, apenas um dos participantes da pesquisa manifestou-se com um desabafo: “*precisamos respirar melhor*”, justificando, com essa frase, o motivo maior do compromisso de se manter massa verde na cidade. Expressões como “cidade bem arborizada”, “verde de quintal” e “verde vida”, foram registradas. Dois dos empreiteiros (7%) entendem que a sentença “João Pessoa – cidade verde” carrega apenas um peso para evocação da *mídia*, sem que exista nenhuma fundamentação.

Como analisado anteriormente (capítulo 2), a expansão urbana generalizada provoca desgaste na cobertura vegetal. A Organização Mundial de Saúde e a ONU apontam um índice de 12 m² como padrão ideal de vegetação para as cidades (SIRKIS, 1999). João Pessoa pode parecer extremamente verde, em especial, quando se contabiliza os seus parques e os resquícios da Mata Atlântica. Dieb (1999) assegura um total de 32,05 m²/hab ao somar as Zonas Especiais de Preservação, tais como manguezais e vales dos rios. Excluindo esses, o registro é de apenas 0,73 m² de área verde. Daí esse questionamento perdurar na mente de alguns dos entrevistados e aflorar a idéia de pura propaganda num quadro que poderia ser melhor resolvido se houvesse uma mais cuidadosa preservação para com as áreas verdes existentes na cidade.

Gráfico 4: “cidade verde” na percepção dos construtores.



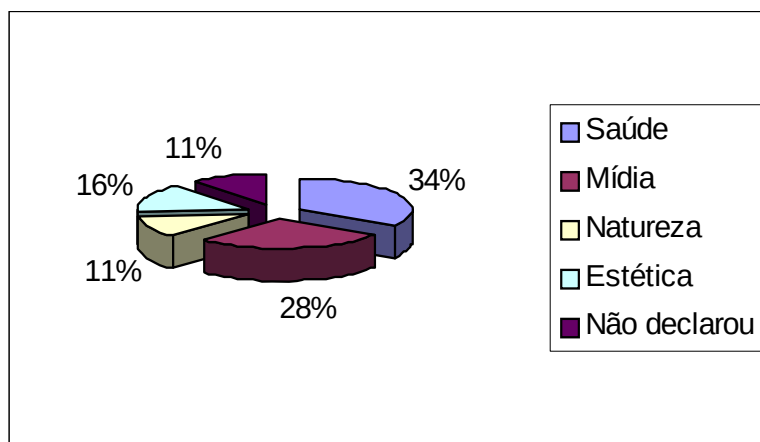
Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de julho a setembro de 2004.

Entre os arquitetos, dos trinta e um (31) entrevistados, quatro (4), o equivalente a 13%, optam por nada declarar e os demais utilizaram a palavra *cidade* com intensa frequência. Eles tendem a classificar os verbetes empregados em sentidos associados a diversas temáticas tais como: saúde (qualidade de vida, cidade saudável, vida, conforto visual,); natureza (jardins, espaços verdes, ar puro); estética (beleza, harmonia, qualidade, cidade maravilhosa) e propaganda (marketing, mídia, verba). Expressões como “*cidade impar e privilegiada*”, “*o verde mora aqui*”, “*espaço urbano harmonioso*”, mesclam com a manifestação “*verde como propaganda*”, corroborando com opiniões de alguns dos construtores relatadas acima. A menção à propaganda é esclarecida por Tuan (1980, p. 193):

A propaganda estridente foi a técnica para criar uma imagem impressionante [...]. Os promovedores raramente podem apregoar o passado ou a cultura de sua cidade; por isso a ênfase tende a ser dada a excelência abstratas e geométricas, como ‘a mais central’, ‘a maior’, ‘a mais adiantada’ e ‘a mais alta’.

No caso da cidade em estudo, o slogan é “a mais verde do Brasil” .

Gráfico 5: “Cidade verde” na percepção dos arquitetos.



Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de julho a setembro de 2004.

Na visão dos engenheiros, a questão apresentada é disposta de maneira relativamente diferenciada. Além da classificação apresentada pelos arquitetos e construtores (direito à cidade, saúde, natureza em si, propaganda e estética), este grupo acrescenta um diferencial ao praticamente subdividir o tema natureza em preservação, exemplificado pela frase “*preservar o meio ambiente*”; ar puro – com termos como “*oxigênio*” “*ar puro*” ou “*pulmão verde nordestino*”; e mar – verbete empregando por dois engenheiros. Além disso, esses profissionais acrescentaram mais dois itens significativos, sendo o primeiro deles: riqueza. Na visão das ciências econômicas, a questão ambiental emprega o conceito de valoração ambiental no sentido de distinguir entre os valores de uso e valores de ‘não uso’. Segundo Marques & Comune (1996, p.32) “o primeiro refere-se ao benefício obtido a partir da utilização efetiva do ambiente, de forma direta ou indireta; o segundo não implica em utilização imediata ou futura do recurso ambiental”. Portanto, na opinião citada, o verde da cidade tem um intenso valor aos olhos daqueles que opinaram com o termo “*riqueza*” ou “*valorização*”. Pode-se afirmar, portanto, que essa massa verde possui “*valor de existência*”, ou seja, “o valor que os indivíduos conferem a certos serviços ambientais [...] mesmo quando

não há intenção de apreciá-los ou usá-los de alguma forma [...]” (MARQUES & COMUNE, 1996, p. 33). Confirmamos, através dessa opinião, que alguns dos profissionais entendem que o verde apresenta valor histórico-cultural-paisagístico para o patrimônio da cidade. Conclui-se, portanto, que os sujeitos que opinaram dessa maneira entendem que deve continuar existindo o “*valor de opção*” que segundo Marques & Comune (op.cit., p.33), “expressa uma preocupação com a geração futura, mas também com a geração presente à medida que procura manter a possibilidade de uso futuro e sustentável do recurso ambiental”. Vale salientar que todos os entrevistados, ao serem indagados sobre essa questão, foram unânimes em considerar as áreas verdes como de extrema significância para o patrimônio da cidade.

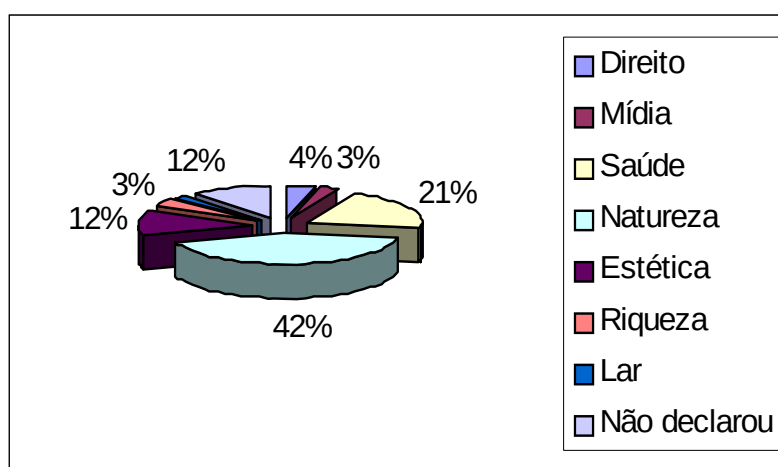
O segundo item acrescentado remonta à idéia de lugar. Tempo e lugar são componentes básicos do mundo em que se vive, no entanto, uma questão é sempre levantada: Que é um lugar? O que dá identidade e aura a um lugar? Segundo Tuan (1983) “os lugares são centros aos quais atribuímos valor” e acrescenta: “(...) o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. “Espaço” é mais abstrato do que “lugar”. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor”. Portanto, o espaço é o “maior lugar possível. O lugar manifesta-se como área, região, território. Estes, são uma expressão do lugar” (SILVA, 1988, p. 7). Pode-se deduzir que, ao acrescentar a imagem de “*lar*” ao ambiente verde da cidade, os três engenheiros que tiveram tal afirmativa passaram a transmitir uma certa reverência pelo lugar em que vivem. Passam a perceber a cidade num sentido mais pessoal, único e intimista, com uma observação especial voltada à vivência, como algo que tem uma vida pessoal e familiar considerando o lugar em que vive como terra preferida, a melhor, independentemente de razões estritamente lógicas. Isso reporta, então à idéia de que

Nós vivemos e agimos no espaço. E é no espaço que se desenvolvem tanto nossa vida pessoal como a vida coletiva da humanidade. [...] O espaço é tão indispensável quanto o tempo para a expansão da vida [...] deste modo coloca-se diante de nós o problema do espaço vivido, [...] ou, se é possível exprimir-se assim, do espaço amatemático e ageométrico (Minkowski apud BETTANINI, 1982).

A noção de cidade verde como “lar” é abrangente e sentimentalista, pois o termo “lar” remonta à idéia de proximidade, lembranças, esperanças, ou seja, do sentir na primeira pessoa.

Diversas frases, todas com o mesmo sentido, foram utilizadas para enfatizar a representação mental da cidade-verde: “*cidade bem arborizada*”, “*cidade verde*”, “*segunda mais verde do mundo*”, “*o centro da cidade é verde*”, “*cidade com muitas áreas verdes*”. Duas opiniões, entretanto, chamaram a atenção por expressarem posição contrária às afirmativas anteriores. Ao asseverar “*deveria ser qualidade de vida*” ou ainda “*desorganização urbana e ambiental*”, esses engenheiros passam a analisar a problemática ambiental existente e os seus focos de atuação numa perspectiva clara de que nem tudo se encontra primoroso, em especial numa cidade em que, ao se promover a expansão urbana, a diminuição da cobertura vegetal é uma realidade.

Gráfico 6: “cidade verde” na percepção dos engenheiros



Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de julho a setembro de 2004.

4. A Expansão Urbana: Positividade e Negatividade

Os envolvidos na pesquisa foram questionados sobre em qual(is) área(s) da cidade a expansão urbana é mais visível e, ao detectá-la(s), informar quais os efeitos negativos e positivos dessa expansão. Optamos por trabalhar os grupos separados pois, embora tivessem alguns pontos em comum, apresentando identidades, em outros mostravam particularidades relevantes para esta pesquisa.

Os setores apontados como os mais perceptivos para a expansão, segundo os construtores, são apresentados na tabela abaixo:

Tabela 3: Opinião dos construtores sobre expansão urbana.

Setor	N.º de Sujeitos Pesquisados.	Positivo	Negativo
Norte	04	Local de praias e mais próximo do centro da cidade.	Limitação do espaço e difícil saneamento.
Sul	03	Existência de espaço e facilidade de saneamento.	Distante do centro.
Sudeste	02	Nenhum	Meio ambiente atrapalha
Litoral	13	Boas moradias, valorização	Falta de infra-estrutura, esgotamento sanitário e divisão da sociedade.

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de julho a setembro de 2004.

Dos vinte e oito (28)) construtores, cinco (5) deles, o que equivale a, aproximadamente, 18%, preferiram não opinar sobre esse tema. Entre os demais, embora tenham emitido parecer sobre os espaços da cidade em crescimento, dezoito, ou seja, 64%, optaram em não expressar opinião sobre a positividade e a negatividade da questão em pauta. Considera-se um número extremamente alto. Não houve meio, porém, de se obter alguma opinião desses pois, em geral, argumentavam “*não tenho a menor idéia*”, “*prefiro não*

responder” ou ainda “*o que falei já basta*”. Em nenhum momento foi exibida expressão como “não sei” ou “nunca refleti sobre esse tema”.

Quanto aos arquitetos, os argumentos referentes à positividade e à negatividade da expansão ocorrerem nas áreas citadas por eles são sempre consolidadas com posições seguras. Somente duas (2) arquitetas (6;5%), do grupo de trinta e um (31) preferiram não destacar os pontos positivos e negativos ao opinarem pelo setor sul. Quanto aos demais, manifestaram opiniões por vezes extensas sobre a expansão ser positiva ou negativa nos setores apontados, contribuindo para uma maior convicção do pensamento individual gerando o coletivo.

Ao indicar os pontos negativos, expandiam opiniões que partiam da visão ambiental, perpassando pela estrutural urbana e chegando às questões sócio ambiental e econômicas.

Tabela 4.: Opinião dos arquitetos sobre expansão urbana.

Setor	N.º de Sujeitos Pesquisados.	Positivo	Negativo
Norte	01	Não existe	Meio ambiente dificulta.
Sul	20	Nenhum Áreas livres preservadas. Dar vida aos espaços. Geração de empregos e renda.	Vales dos rios e entornos ocupados. Desmatamento e comprometimento da ventilação. Expansão em áreas de preservação. Expansão desordenada. Verticalização; adensamento. Falta de infra-estrutura. Favelização. Pontos de violência
Sudeste	03	Nenhum Adensamento de áreas.	Serviços e infra-estrutura deficientes. Ilegalidade das construções. Meio ambiente dificulta.

Litoral	16	Nenhum. Área nobre. Dar vida aos espaços. Geração de empregos e renda. Implantação de infra-estrutura.	Degradação em áreas naturais. Expansão em áreas de preservação ambiental. Desmatamento. Descaracterização da paisagem. Adensamento de áreas. Verticalização. Expansão desordenada. Favelização em áreas de preservação. Ocupação sem infra-estrutura.
----------------	----	--	---

Fonte: Pesquisa realizada pela autora no período de julho a setembro de 2004.

Analizando a tabela quatro, alguns posicionamentos merecem certa reflexão:

Dos trinta e um (31) entrevistados, um (1) não conseguiu perceber nada de positivo na expansão da cidade mas, em contrapartida, argumenta que o “meio ambiente dificulta” tal expansão. Ao ser mais detalhadamente argüido sobre isso, o arquiteto expôs *“sinto um certo pesar em atuar em áreas que sei que são ZEPs (zonas especiais de preservação). Melhor seria se elas não se localizassem ali”*. Esse posicionamento torna-se omissivo na medida em que o profissional não se posiciona efetivamente ao exercer o direito da opção em construir em detrimento de uma área em que ele tem pleno conhecimento de sua importância na preservação do verde da cidade.

Número significativo de arquitetos, ou seja, vinte e três (23), o equivalente a 74%, dos trinta e um (31) entrevistados não conseguiram apontar fatores favoráveis para a expansão ocorrer na(s) área(s) por eles indicadas. O que demonstra o não interesse ou o desconhecimento de conteúdos básicos da temática urbana.

Como ponto negativo da expansão urbana foram citados a falta, deficiência ou ocupação sem infra-estrutura. Essa situação foi narrada por onze (11) arquitetos, o que equivale a, aproximadamente, 36% .

Quanto ao adensamento de áreas, uma aparente contradição parece desaparecer quando uma arquiteta argumenta, positivamente, com relação à verticalização afirmando: “*a concentração evita novos desmatamentos, redução dos custos com infra-estrutura e elaboração de grandes projetos para circulação urbana*”. Um arquiteto complementa, divergentemente, preferindo o adensamento horizontal: “*Nas áreas adjacentes à Mangabeira, a preocupação é com a ocupação desordenada do espaço, que afeta inclusive as áreas de vegetação que por lei estariam protegidas. Por outro lado, ao se expandir horizontalmente, a região de Mangabeira garante uma ocupação mais "humana" do espaço (imagine se Mangabeira, com cerca de 60.000 habitantes fosse composta em sua maioria por edifícios de 8 (oito) ou mais pavimentos, ao invés das casas existentes...)*”.

Como o montante de engenheiros pesquisados é significativo, os números e posições destes se tornam relevantes. Por exemplo, treze (13) deles, ou seja, aproximadamente 11%, apontaram áreas na cidade que são condizentes para expansão, mas preferiram não opinar sobre os fatores positivos ou negativos dessa expansão. Quarenta e dois (42), o equivalente a 34,4%, expuseram opinião sobre zonas em expansão, mas não responderam os pontos positivos da questão, apenas os negativos, e três (3), isto é, 2,46% dos entrevistados, omitiram-se totalmente.

Nessa argüição sobre área(s) em que a expansão urbana era mais visível e quais os efeitos positivos e negativos de tal fato, os engenheiros citaram basicamente as áreas apresentadas pelos construtores e arquitetos, com exceção da zona norte, que não foi citada em absoluto, mas, em compensação, apresentaram uma área específica da cidade, o bairro Altiplano do Cabo Branco, área essa que vem sendo motivo de intensos debates na sociedade, com o apoio consagrado do poder público, objetivando a promoção de um adensamento maior nesse espaço urbano.

Tabela 5: Opinião dos engenheiros sobre expansão urbana.

Setor	N.º Sujeitos	Positivo	Negativo
Altiplano	21	Nenhum. Não respondeu. Lugar salubre p/ a expansão. Turismo, renda e empregos.	Nada respondeu. Marginalização. Violência. Falta de infra-estrutura. Falta de saneamento. Desmatamento (1)
Sul	33	Muitos. Não respondeu(5) Ocupação de espaços vazios com infra-estrutura. Lugar salubre p/ expansão. Dispersão do centro. Ordenar o espaço urbano. Única zona disponível para expansão. Densidade apropriada. Geração de empregos e renda. Infra-estrutura p/ a classe média.	Degradação ambiental. Diminuição da área de mangue e degradação da mata ciliar. Efeitos impactantes irreversíveis. Desmatamento. Expansão ocorrendo em áreas preservadas. Falta de planejamento. Falta de fiscalização em novos empreendimentos.
Sudeste	19	Densidade apropriada. Aumento da população. Lugar salubre p/ expansão. Geração de empregos e renda.	Falta de infra-estrutura. Falta de saneamento. Super população sem infra-estrutura.
Litoral	65	Nada responderam. Desconheço. Nenhum. Lugares salubres p/ expansão. Vida saudável. Ordenar o espaço urbano. Ocupação do solo e expansão. Usufruto do espaço. Densidade apropriada. Embelezamento artificial. Desenvolvimento. Turismo, renda e empregos.	Degradação ambiental. Poluição. Diminuição da qualidade de vida. Barulho e falta de higiene nas praias. Aumento de temperatura. Grande densidade demográfica. Falta de infra-estrutura, incluindo saneamento. Grande distância p/ o centro.

Fonte: Pesquisa efetuada pela autora no período de julho a setembro de 2004.

(1) Apenas um engenheiro referiu-se ao desmatamento ocorrido na área com a devastação do resquício da Mata Atlântica existente no mencionado espaço urbano.

Ao serem questionados sobre os fatores positivos da expansão ocorrer nos setores indicados pelos entrevistados, dois (2) deles, (1,64%), responderam “*nenhum*”. Três (3) outros, o que equivale a 2,46%, se omitiram totalmente não manifestando opinião. Houve ocasião em que dois (2) dos engenheiros responderam os pontos positivos da expansão, mas não opinaram quanto aos negativos. Dois (2) entrevistados (1,64%) responderam que havia “*muitos*” fatores positivos para a expansão na citada zona mas, nenhum deles esclareceu quais, preferindo não responder.

Referindo-se como um fator positivo, dois engenheiros citaram “*aumento de população*”. No entanto, três engenheiros, sendo duas engenheiras e um engenheiro, preferiram ver essa ampliação na densidade demográfica da cidade como ponto negativo.

Analisando, ainda, os fatores positivos da expansão, vinte e sete (27) dos pesquisados, ou seja, 22%, preferiram nada responder. Enquanto que dois (2), o que equivale a 1,64%, afirmaram desconhecer essa positividade e três (2,46%) argumentavam que não existe “*nenhum*” ponto positivo. Observa-se, portanto, que enquanto 22% dos entrevistados optaram por não se posicionar sobre essa questão, apenas 4,1% afirmaram, categoricamente, que não percebiam qualquer positividade na expansão urbana apontada por eles no litoral.

Quinze (15), ou seja, 12% dentre os cento e vinte e dois (122) engenheiros entrevistados, observaram como ponto negativo o aumento de temperatura e a grande densidade demográfica. Ao fazerem tais afirmativas, observavam a questão da verticalização e conseqüente adensamento no espaço litorâneo.

Outro fato verificado é que um número significativo de sujeitos, num total de vinte e cinco (25), ou seja, 20,5%, citaram “*falta de infra-estrutura, incluindo saneamento*” como ponto negativo na expansão no litoral. Vale lembrar que para a instalação desses e de outros bens de consumo coletivo necessita-se de intervenção estatal. Salienta-se, porém, que essa intervenção está presente em todo o processo de expansão induzindo, inclusive a

desordenação da cidade. Nesse impasse, afirma Lefebvre (1999, p. 145) que o “urbanismo se vê atenazado entre os interesses particulares e os interesses que decidem em nome das instâncias superiores e dos poderes. [...] O urbanista se insinua entre ambos, na fissura entre promotores imobiliários e poderes, quando há fissura”. Portanto, se torna árduo trabalhar o ideal e o real na construção da cidade.

Torna-se relevante salientar que um engenheiro considerou o litoral, bairro Altiplano e a zona sudeste da cidade como “*locais agradáveis e salubres para a expansão*” revelando uma visão totalmente voltada para a importância do processo de ocupação. Refletindo, porém, sobre o enfoque dessa pesquisa e visando não transparecer uma ambigüidade, um mal-entendido com relação à temática meio ambiente, o referido profissional acrescentou em seguida: “*Precisa haver melhor planejamento para ocupação adequada*”.

Os três grupos distintos (construtores, arquitetos e engenheiros) têm, basicamente, a mesma percepção com relação ao meio ambiente urbano pois, além de reconhecerem os mesmos atrativos naturais na cidade: Mata do Buraquinho, Parque Arruda Câmara, praias e ‘Lagoa’, traçam opiniões relativamente semelhantes com relação à “João Pessoa - cidade verde” e têm uma visão clara referente às áreas em expansão, todos, com exceção apenas de dois engenheiros, responderam afirmativamente a questão “as áreas verdes apresentam algum valor histórico – cultural significativo para o patrimônio da cidade?” acrescentando ainda que essas áreas têm importância relevante para a estruturação do espaço urbano.

Excluindo-se apenas dois (2) construtores e um (1) engenheiro, os demais profissionais, cento e oitenta e um (181) ao todo, são unânimes em responder positivamente ao questionamento “com a expansão do espaço urbano, existe alguma necessidade específica de se manter características paisagísticas e ambientais? Demonstrando uma compreensão sobre o tema versado e a opinião de que deve ser ministrado dentro do contexto urbano.

Observamos que os agentes da construção civil têm uma percepção clara da valorização do verde no contexto urbano e uma plena compreensão da expansão desordenada da cidade. Na própria visão apresentada por esses profissionais, essa expansão manifesta mais pontos negativos do que positivos. No momento, porém, de exercer a atuação profissional, esse “saber” não traz nenhuma contribuição para modificar a estruturação pela qual a cidade avança. Com isso, tem-se uma cidade extremamente desordenada, cuja expansão mostra-se predatória com os recursos naturais, provocando desmatamentos, ocupação de áreas de mangues e outras, sob proteção ambiental.

Como analisado no capítulo anterior (cap. III), a relação entre a expansão urbana e meio ambiente é objeto de decisões políticas. As leis de proteção ambiental existem e precisam ser efetivamente cumpridas para que se possa almejar uma expansão urbana harmoniosa. Contribuição para esse sucesso pode estar diretamente relacionada à atuação dos agentes da construção civil, na medida em que utilizam o conhecimento adquirido, por esses profissionais, em práticas construtivas positivas.

REFLEXÕES FINAIS.

*“As cidades são muito mais do que um amontoado de prédios,
avenidas e veículos, jardins e detritos, pontes,
escadarias e pessoas em movimento”.*
Tânia Fischer

Como os símbolos da vida urbana podem diferir não só pela escala da área considerada, mas também por uma questão de ponto de vista, a relação do meio ambiente com o sentimento parece clara e pungente. No entanto, torna-se difícil formular regras gerais. De fato, o lado subjetivo da questão envolve os pesquisados, grupo aparentemente coeso (agentes da construção civil), de modo que aparentes contradições surgem provocando ambigüidades, oscilação singular entre o conhecimento sobre a temática ambiental, onde a leitura e o entendimento do espaço os conduzem a perceber a natureza, e a prática do “imobiliário”, em que nessa vivência perpassa tanto a construção como a especulação.

A cidade, ao ser edificada, adquire novos matizes e elementos construídos segundo as exigências humanas. O que se percebe é que, à medida que a urbe vai se expandindo, o anseio pelo espaço verde é firmado a ponto de que as áreas verdes urbanas, além de suas características amenizadoras do clima, favoráveis à estética e geradoras de sensações psicológicas positivas, ainda proporcionam uma qualidade urbanística e ambiental valorizada do ponto de vista econômico. Os pesquisados esboçam ter conhecimento e reafirmam esse

saber, quando afirmam perceber no tecido urbano da cidade de João Pessoa–PB o verde dos parques, jardins e vias públicas arborizadas.

Os agentes da construção civil percebem o verde urbano positivamente. No entanto, pode parecer conflitante as opiniões positivas, com relação ao verde da cidade e a realidade onde o setor imobiliário desempenha o papel de fator econômico, tanto para o profissional, como para a estrutura econômica em derredor, pois o mercado da construção civil é considerado gerador de emprego e renda em todas as épocas do ano mas, especialmente em época de depressão econômica, afinal é para ele que converge o capital, provocando com isso um intenso incentivo à indústria da construção. Conseqüentemente, os profissionais da área construtiva são conduzidos, nesse modelo econômico e estrutural, a promover significativa destruição em massa de cobertura vegetal, mangues e áreas de preservação, objetivando beneficiar as construções e conseqüente favorecimento da ocupação humana nesses espaços anteriormente naturais e trazidos para o artificial.

A questão principal é como compatibilizar qualidade ambiental com a expansão urbana que envolve, nesse contexto, desenvolvimento econômico. Estima-se que o aumento da consciência ecológica poderia ser o ponto primordial, o que implicaria na busca constante de melhor qualidade ambiental, seguido de cuidados por parte dos agentes da construção e governantes, quando da implementação e aprovação de empreendimentos, investimentos e projetos que venham a danificar o meio ambiente.

Pode-se aferir que os agentes da construção são observadores e em seguida técnicos do espaço. Essa observação, por vezes, passa para segundo plano quando o assunto em foco é a relação natureza *versus* cidade devido, provavelmente, a tendência de se inclinar a atuar como um profissional da construção, com maior veemência, do que buscar a circunspeção de uma sensibilização ambiental. Com a função de criar e recriar o espaço e agindo no interior desse, os profissionais da construção tendem a sentir como se fossem ‘encarregados’ de partir

e repartir os habitantes em definidos compartimentos (moradias) e lugares na urbe. Desta relação dilacerada, o mundo de sua percepção do verde e a esfera de sua experiência pragmática onde suas ações, determinadas e reguladas pelos valores imanentes às tendências (representação social), findam por provocar nestes profissionais uma serenidade nas suas atuações, como se tudo fosse rotineiro e normal, sem necessitar de grandes reflexões ao exercer suas atividades no espaço urbano, levando-os, assim, a agir em desarmonia com o que professam acreditar.

Esse questionamento parece não existir, inclusive, porque a população residente, que considera não ter saber técnico ou experiência suficiente comparada com o profissional, não consegue ver outra coisa, nos agentes da construção, senão elementos de prestação de serviço para a organização do espaço da cidade, o que por sua vez gera satisfação ou insatisfação para alguns cidadãos. Apesar de que a apropriação do espaço urbano é um direito inerente a qualquer cidadão, morador da cidade, uma vez que esses também são produtores do espaço, de maneira geral, o habitante comum não formula nenhum questionamento quanto às ações dos “agentes da construção”, preferindo, por vezes, responsabilizar o poder público e suas diversas políticas na urbe. Essas, por vezes, mal resolvidas ou mal aplicadas.

Torna-se uma grande ilusão supor que o Estado poderia e saberia administrar a cidade como o centro de todas as coisas. A atuação da sociedade, como um todo, e dos profissionais da construção, em particular, faz-se necessário para a consecução de um espaço mais harmonioso. No entanto, o poder público ainda é considerado por muitos como um administrador supremo e estritamente ligado aos setores do capital e os profissionais formados por esse poder, a rigor, estão historicamente servindo-o. Com raras exceções, a massa dos profissionais que a Universidade coloca à serviço da Nação está à serviço do poder dominante. Obviamente, muitos dos profissionais têm trabalhado intensamente, concorrendo com suas energias e conhecimento para proporcionar um espaço de convivência mais

agradável. Seus esforços, contudo, não têm alcançado os resultados esperados. A cidade tem se expandindo desordenadamente, com falta de infra-estrutura, degradação ambiental e conseqüente diminuição da qualidade de vida.

É inegável que o homem necessita de abrigo, trabalho e lazer e que pode ser encontrado na cidade através de construção contínua do espaço. No entanto, se pudesse ser somado a isso o puro verde, elemento amenizador e disciplinador harmonioso da cidade ter-se-ia um recurso a mais, de extrema valia, que poderia conferir em definitivo, sem muitos argumentos e discussões, o tão almejado título, à cidade, de “João Pessoa – cidade verde”.

Nesse estudo procurou-se trazer os resultados da percepção e representação dos agentes da construção civil de maneira abalizada e que possa contribuir para a realização de futuras pesquisas. Acredita-se, porém, que, como o ser social está sujeito a constantes transformações, essa representação possa ser reestudada em períodos distintos para se confirmar futuras mudanças de opinião. Assim, apontaremos algumas questões que merecem maior reflexão:

- Por se tratar de uma pesquisa onde a subjetividade esteve firmemente presente e que a análise envolvendo o ser humano nunca é acabada, necessita-se de investigação futura buscando consolidar mais eficazmente os resultados aqui apresentados, objetivando uma avaliação com exames precisos referentes a prováveis mudanças de opinião ao longo do tempo.
- É tempo de reexaminar o papel dos agentes da construção civil de maneira mais precisa detalhando possíveis e plausíveis soluções ambientais apontadas e vivenciadas pelos “construtores do urbano” pesquisados (amostragem), com o objetivo de alicerçar futuros profissionais no conceito de evitar a degradação ambiental e procurar efetivar a sustentabilidade urbana.

- Importa daqui por diante examinar de que maneira e através de que mecanismos os agentes da construção podem aplicar seus conhecimentos técnicos de maneira mais abrangente, mais equilibrada, na construção de uma cidade que tem um enfoque – marketing – voltado à natureza.
- Interpretar os programas de políticas públicas aplicados até o momento e os reintegrarem a um conjunto coerente de práticas e representações. Assim, com essa reflexão consolidada, buscar propostas e soluções, com planos e projetos, que possam trazer a possibilidade de se alcançar um planejamento urbano-ambiental na cidade de maneira mais concreta (unindo-se o planejamento à ação), de modo que o estudo possa vir a ser materializado.
- O ambiente urbano não deve ser compreendido apenas pela visão de um grupo restrito para essa análise. Afinal, os moradores, habitantes do lugar experienciam o espaço de formas diversas: morando, trabalhando, socializando, descansando ou somente passando pelo mesmo. Elas formam suas idéias e “pensamentos” sobre a cidade. Com isso em mente pode-se, a partir da vivência de cada indivíduo, de seu real concreto, levá-lo através da percepção ambiental da realidade que o cerca, conduzi-lo à reflexão sobre essas questões e formar representações dos lugares da urbe.

REFERÊNCIAS

ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. in: MOREIRA, Antonia S. Paredes e OLIVEIRA, Denize C. **Estudos Interdisciplinares de Representação Social**. Goiania: Cultura e Qualidade, 1998. p. 27-30

AGUIAR, Wellington & OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos**; Evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

AGUIAR, Welliington, **Cidade de João Pessoa. A memória do tempo** . 3ª ed. Edições Funesc, João Pessoa: 2002.

BASSANI, Marlise A. Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental. In Harry Alberto BOLLMANN... et alli; orgs. Nilson Bolina MAIA, Henry Lesjak MARTOS, Walter BARRELLA. **Indicadores ambientais: conceitos e aplicações** São Paulo: EDUC/COMPED/INEP, 2001, p. 47-57.

BATISTA Jr, Paulo Nogueira. **Mitos da “Globalização”**. Cadernos Temáticos, vol 4, Rio de Janeiro: SERGE- Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro: 1999. p.8

BERBEL, Neusi A. Navas. **Metodologia da Problemática, fundamentos e aplicações**. Londrina, PR: ed. Vel, 1999.

BETTANINI, Tonino. **Espaço e Ciências Humanas**. Trad. Liliana Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (coleção geografia e sociedade; v.2).

BONDUKI, Nabil Georges. Habitat II e a emergência de um novo ideário em políticas urbanas. In: Angela Gordilho SOUZA. (organizadora). **Habitar Contemporâneo: Novas Questões no Brasil dos Anos 90**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 1997, p. 59-74

BRANCO, Samuel Murgel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Cidade (2001)**. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília: Câmara do Deputados, 2001.

BRASIL, **Tendências demográficas**: uma análise dos resultados da sinopse preliminar do censo demográfico 2000/ IBGE. Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. 3ª ed. Lisboa: Presença, 1986.

CASTORIÁDIS, C. **A instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CATÃO, M. F. M. **Projeto de vida em Construção na exclusão Inserção Social**. João Pessoa: UFPB, Ed. Universitária, 2001.

CNUMAD, **.Nosso Futuro Comum**. Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Nações Unidas, Nova York, 1991.

COELHO, Maria Célia Nunes e COTA, Raymundo Garcia. **Meio ambiente e Constituinte**. Maity. Rio de Janeiro: 1986.

CORBIN, Alain. **O território do vazio – A praia e o imaginário ocidental**. Trad. Paulo Neves. São Paulo: editora Schwarcz Ltda, 1989.

DAVIS, Kingsley. **Cidades- A urbanização da Humanidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 13-35

del RIO, Vicente. Considerações sobre o desenho da cidade pós- moderna. In: **Novos recortes territoriais, novos sujeitos sociais: desafios ao planejamento**, anais ANPUR, vol. 1, Recife: MDU, UFPE, 1997.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: Princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Gaya , 1998.

DIEB, Marília de Azevedo. **Áreas verdes públicas da cidade de João Pessoa**: Diagnóstico e perspectiva. Dissertação de mestrado. PRODEMA. CCEN. UFPB. 1999.

DONNE, Marcella Delle. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Edições 70, 1979.

DUARTE, Waldemar. Da Lagoa dos Irerês ao Parque Sólon de Lucena. In: AGUIAR, Wellington e MELLO, José Otávio de A. **Uma cidade de cinco séculos: evolução e roteiro**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

EGITO, Mª Jacy C. do. **A Lagoa no centro das atenções: um enfoque em educação ambiental na cidade de João Pessoa - PB** – Monografia de especialização em Educação Ambiental. João Pessoa, 2002.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**; tradução de Rosa C. Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global 1986.

EUFRASIO, Mário A. **Estrutura Urbana e Ecologia Humana**. São Paulo, Curso de pós-graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.

FRANCA, Luiz Penna. Menu básico de indicadores ambientais urbanos para o Consórcio **PARCERIA 21** a ser utilizado na metodologia GEOCITIES. IBAM - Instituto de Administração Municipal, 2001.

FRANCO, M.^a de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável**. 2^a ed. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2001.

GOMES, Edvânia Torres. Agendando velhos reencontros: relações entre os humanos e a natureza nos espaços socialmente produzidos. In: M^a Encarnação Beltrão SPOSITO (org.) **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas/**. – Presidente Prudente: [s.n], 2001, p.231-251.

HAMMOND, A., Adriaanse, A., Rodenburg, E., Bryant, D., and R. Woodward. **Environmental Indicators: A Systematic Approach to Measuring and Reporting on Environmental Policy Performance in the Context of Sustainable Development**. World Resources Institute, Washington, DC, 1995.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. Tradução Helena M. Rotundo. São Paulo: EPU. 1980.

HERZLICH, C. Les Représentations Sociales. in: Serge Moscovici (Org.) **Introduction à la Psychologie Sociale**. Paris: Librarie Larousse, 1972.

LAVIÉRI, João Roberto & LAVIÉRI, Beatriz. Evolução da estrutura urbana recente de João Pessoa – 1960 a 1986. **Textos UFPB-NDHIR** (Núcleo de Documentação e Informação Histórica e Regional , n.29, jul., 1992.

LEAL, Wills. **O Real e o Virtual**. João Pessoa: Arpoador Editora, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 1969.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LYNCH, Kevin. A cidade como Meio Ambiente. In: Davis Kingsley et alli. **Cidades - a Urbanização da Humanidade**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 207- 216.

_____. **A Imagem da Cidade**. Tradução Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Sílvio Soares. **Espaços Livres**. Paisagem Ambiente Ensaios São Paulo n. 7 p. 15 – 56. jun. 1995.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Estudos de Direito Ambiental**. São Paulo: Malheiros, 1994.

MACHADO, Lucy M. C. P. Qualidade Ambiental: Indicadores quantitativos e perceptivos. In: H.L. Martos e N. B. Maia (orgs). **Indicadores Ambientais**. Divisão de Sistema Documentação – Campus “Luis de Queirós”/ USP. Sorocaba, 1997. p. 15-21.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade: Permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-Pb**. São Paulo: USP, 2000.

MARCONDES, M^a José de Azevedo. **Cidade e Natureza** – Proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MARICATO, Ermínia. Contradições e avanços da Habitat II. In: Angela Gordilho-SOUZA (org). **Habitar Contemporâneo: Novas questões no Brasil dos anos 90**. Salvador: Universidade Federal da Bahia/ Faculdade de Arquitetura/ Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ Lab-Habitar, 1997, p. 21-31.

MARQUES e COMUNE. A teoria neoclássica e a valoração ambiental. In ROMEIS, Ademar Ribeiro et all. (org) **Economia do meio Ambiente: Teoria, Políticas e a Gestão de Espaços regionais**. Campinas: UNICAMP 1996.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1996.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. 4^a ed. São Paulo. Martins Fontes: 1998.

ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Editora Guanabara. 1988.

OECD. **OECD Core Set of Indicators for Environmental Performance Reviews**. A Synthesis Report by the Group on the State of the Environment. Environment Monographs No 83. Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris, 1993.

PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 26-67.

PMJP. Plano diretor da cidade de João Pessoa. João Pessoa, PMJP, 1994.

QUADRI, Gabriel.. Políticas Ambientais para uma Cidade Sustentável. In: Eduardo Alva (org.). **Metrópoles (In)Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

REIS FILHO, Nestor Goulart.. **Contribuição do estudo da evolução urbana do Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

RIBEIRO, Luis César e CARDOSO, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L. C. e PECHMAN, Robert (org.) **Cidade, povo e nação**, Rio de Janeiro, 1996 p. 53-78

RODRIGUES, Arlete Moysés. **A questão ambiental e a (re)descoberta do Espaço**: Uma nova relação sociedade/ natureza? In Boletim Paulista de Geografia n.º 73. Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1994.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Produção do Espaço e Ambiente Urbano. In: / Mª Encarnação Beltrão Sposito (org.). **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. – Presidente Prudente: [s.n], 2001 p.211-230

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SÁ, C. P. **Núcleo Central das Representações Sociais**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Textos selecionados de Métodos e Técnicas da Pesquisa Científica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Impetus Desenvolvimento Educacional Ltda, 2001.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**.2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1994 – (Estudos urbanos; 5).

_____. **O espaço do cidadão**. 4ª ed. São Paulo: Nobel, 1998- (coleção espaços).

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002 (Coleção Milton Santos; 1).

SILVA, José Afonso da. **Direito Urbanístico Brasileiro**, 2. Ed. São Paulo: Helvética editorial, 1995.

SILVA, R. P. da. **Aspectos geo-sanitários e poluição hídrica do médio curso do Rio Araçagi (PB)**. Monografia de Especialização em Análise Ambiental. Guarabira. UEPB 2002.

SILVEIRA, José Augusto R. **Espaços livres públicos-formação da paisagem da cidade de João Pessoa- Pb**, Revista Conceitos/ Associação dos docentes da UFPB. V.1, n.1, João Pessoa, 1996.

SINGER, Paul. Uso do solo na economia capitalista. Revista “**Chão**” n.º 30, 1978

SIRKIS, A. **Ecologia Urbana e Poder Local**. Rio de Janeiro: Fundação Onda Azul, 1999.

SJOBERG Gideon. Origem e evolução das cidades In DAVIS, Kingsley (org.) **Cidades. A urbanização da Humanidade**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. p. 36-51.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fonte, 1989.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Gustavo de O. Coelho. Cidade, meio ambiente e modernidade. In: Mª Encarnação Beltrão Sposito (org). **Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas/**. – Presidente Prudente: [s.n], 2001. p. 253-279.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800 – 3ªed./ Trad. João Roberto Martins Filho, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TOPALOV, Chistian. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. In: RIBEIRO, L. C. e PECHMAN, Robert (orgs.) **Cidade, povo e nação**, Rio de Janeiro: 1996 p. 23-51.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** – um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

_____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

ULTRAMARI, Clóvis. **Da viabilidade de um desenvolvimento sustentável para as cidades**. Disponível em: <<http://www.unilivre.org.br/centro/textos/Forum/viabilid.htm>>. Acesso em: 09 jan. 2004.

VIGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WAGNER, Wolfgang. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. in: GUARESCHI, P.A. e JOVCHELOVITCH, S. **Textos em Representações Sociais**, 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 149 - 186

WELCOMME, R. L. **River fisheries**. FAO Fisheries Technical Paper 1985.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In VELHO, Otávio Guilherme (org.) **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973, p. 90 –111.

ANEXO I

PESQUISA – PRODEMA UFPB/UEPB

OBJETIVO: Captar a percepção ambiental dos agentes da construção civil na cidade de João Pessoa.

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

1. Qual a sua formação profissional, em que ano e local concluiu o seu curso?
2. O que lhe vem à mente ao ouvir: João Pessoa – cidade verde. Utilize apenas três palavras.
3. As áreas verdes apresentam algum valor histórico – cultural significativo para o patrimônio da cidade?
() Não () Sim
4. Qual a importância das áreas verdes para a estruturação do espaço urbano?
() Nenhuma () Pouca () Muita
5. As áreas verdes têm uma posição limitadora para o desenvolvimento urbano?
() Sim () Não
6. Com a expansão do espaço urbano, existe alguma necessidade específica de se manter características paisagísticas e ambientais?
() Não () Sim
7. Na sua formação profissional, o curso promoveu uma fundamentação que visasse uma melhor compreensão referente ao meio ambiente urbano?
() Sim () Não
8. Quais os espaços naturais da cidade de João Pessoa?
9. Em que área(s) a expansão urbana é mais visível?
10. Quais os efeitos positivos e negativos da expansão ocorrer no(s) setor (es) citado(s)?

Observações:

ANEXO II
Lista de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável - UNCSD / IBGE

Relação dos Indicadores Básicos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela CDS – ONU, segundo Dimensões, Temas e Subtemas			
Dimensão	Temas	Subtemas	Indicadores
Social	Eqüidade	Pobreza	Porcentagem da população vivendo abaixo da linha de pobreza
			Índice de gini de desigualdade de renda
			Taxa de desemprego
		Igualdade de gênero	Relação entre o salário médio dos homens e das mulheres
		Bem-Estar infantil	Porcentagem de crianças abaixo de 15 anos vivendo fora do lar
	Saúde	Estado nutricional	Estado nutricional das crianças
		Doenças	Mortalidade e morbidade devidas a doenças selecionadas
		Mortalidade	Taxa de mortalidade abaixo dos 5 anos
			Esperança de vida ao nascer
		Saneamento	Porcentagem da população com condições adequadas de esgoto
		Água Potável	População com acesso à água potável
		Serviços de saúde	Porcentagem da população com acesso a cuidados básicos de saúde
			Imunização contra doenças infecciosas infantis
			Taxa de uso métodos contraceptivos
	Educação	Nível Educacional	Taxa de conclusão do primeiro grau
			Taxa de conclusão do segundo grau
		Alfabetização	Taxa de alfabetização de adultos
	Habitação	Condições de habitação	Área de moradia per capita
	Segurança	Criminalidade	Número de crimes notificados por 1000 habitantes
	População	Dinâmica populacional	Taxa de crescimento populacional
			População de assentamentos urbanos formais e informais

Dimensão	Temas	Subtemas	Indicadores
Econômica	Estrutura econômica	Desempenho da economia	PIB per capita
			Participação dos investimentos no PIB
		Comércio	Balança comercial de produtos e serviços
		Situação financeira	Dívida / PIB
			Total da assist. oficial ao desenvolvimento como porcentagem do PIB
	Padrões de produção e consumo	Consumo de materiais	Intensidade do uso de materiais
		Uso de Energia	Consumo anual de energia per capita
			Participação de fontes renováveis no consumo total de energia
			Intensidade do uso de energia
		Geração e Manejodo Lixo	Geração de lixo industrial e doméstico
			Geração de resíduos perigosos
			Geração de resíduos radioativos
			Reciclagem e reutilização de lixo
		Transporte	Distância percorrida per capita por modo de transporte

ANEXO II (Continuação)

Lista de Indicadores do Desenvolvimento Sustentável - UNCSD / IBGE

Relação dos Indicadores Básicos de Desenvolvimento Sustentável propostos pela CDS – ONU, segundo Dimensões, Temas e Subtemas			
Dimensão	Temas	Subtemas	Indicadores
Ambiental	Atmosfera	Mudanças climáticas	Emissão de gases do efeito estufa
		Destruição da camada de ozônio	Consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio
		Qualidade do Ar	Concentração de poluentes atmosféricos em áreas urbanas
	Terra	Agricultura	Área de culturas temporárias e permanentes
			Uso de fertilizantes
			Uso de pesticidas agrícolas
		Florestas	Área total de florestas
			Intensidade de extração florestal
			Terras afetadas por desertificação
	Oceanos mares e Áreas costeiras	Urbanização	Área de assentamentos urbanos formais e informais
			Concentração de algas em águas costeiras
			População total em áreas costeiras
	Água doce	Pesca	Captura anual das principais espécies pesqueiras
			Retiradas anuais de águas subterrâneas e de superfície, como porcentagem do total de água disponível
			Demanda bioquímica de oxigênio em corpos d'água
	Biodiversidade	Qualidade da Água	Concentração de coliformes fecais em água doce
			Área de ecossistemas selecionados
			Áreas protegidas como porcentagem da área total
		Espécies	Abundância de espécies selecionadas
Dimensão	Temas	Subtemas	Indicadores
Institucional	Estrutura institucional	Estratégias de implementação do desenvolvimento sustentável	Estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável
		Cooperação Internacional	Implementação ou ratificação de acordos globais
	Capacidade Institucional	Acesso à Informação	Número de rádios ou acesso à internet por 1000 habitantes
		Infra-Estrutura de Comunicação	Telefones fixos ou celulares por 1000 habitantes
		Ciência e Tecnologia	Gastos com p&d como porcentagem do pib
		Preparação e resposta para desastres naturais	Perdas econômicas ou humanas devidas a desastres naturais

Fonte: <http://www1.ibge.gov.br/ibge/presidencia/noticias/0406meioamb.shtm>